

Pâmela Pongan

A POLÍTICA SOB O BÁCULO: DOM AGOSTINHO NO
COMANDO DA DIOCESE DE PALMAS – FRANCISCO
BELTRÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof.(a) Dr.(a) Adelar Heinsfeld.

Passo Fundo

2019

Dedico este trabalho aos meus pais Gilmar e Íria por sempre estarem ao meu lado nos melhores e piores momentos, me incentivando direta e indiretamente. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa é resultado de dois anos de pesquisas e trabalho, demonstrando o que podemos chamar de “parto”, resultado de determinadas escolhas que fizemos ao longo da vida, às vezes dolorosas, mas em sua totalidade gratificantes e enriquecedoras. Porém, não sentimos tais “dores” sozinhos, a dividimos com alguém que está ao nosso lado, aqueles que “não precisavam estar aí, mas estão”. Estes nos ajudam das mais variadas formas, desde escutar nossas reflexões até nos permitir momentos de distração, para que as esqueçamos momentaneamente - algo que por mais que não pareça, é produtivo.

Assim, agradeço a todos que, cada qual a seu modo, proporcionaram condições para que esta pesquisa se tornasse realidade. Dos quais, destaco alguns nomes que merecem ser lembrados:

Agradeço primeiramente aos meus pais Gilmar e Íria, e meu irmão Gabriel, que me ajudaram com seu incentivo e por me proporcionarem condições emocionais e materiais para que eu seguisse os caminhos da História.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Adelar Heinsfeld, pela confiança depositada, pela luz que foi ao longo deste período e por acreditar em minha pesquisa. Grata sou pela acolhida, por sempre ter um gesto generoso e uma palavra amiga. Obrigada por ter me corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar. Eterna gratidão!

Agradeço enormemente aos amigos Paola Nahuana Grazzi Torres, Gislaine Correia da Silva, Mateus da Silva, Diego Fernando Dias, Thiago Miranda, Kalinka de Oliveira Schmitz, Mariana Mathias de Oliveira, Irlan Silva, Damião Felipe, Gil Marcos e Marinilse Marina Busato e Padre Vanderley Itcak, a quem realmente considero como irmãos. Obrigada pelo apoio incondicional, por sempre torcerem por mim e pela compreensão diante da distância entre nós. Vocês são demais!

Sou grata ainda, ao amigo Padre Marcelo Holdefer, com quem compartilhei tantas preocupações, aflições e reflexões, além de suas incansáveis leituras desta pesquisa ao longo da elaboração deste trabalho, que aliadas à amizade, à prontidão e aos ensinamentos que me proporcionou neste período, me auxiliaram nesta caminhada.

Ao professor Alexandro Batistella, por suas reflexões e indicações pontuais na banca de qualificação, meus sinceros agradecimentos e admiração.

Aos tantos colaboradores desta pesquisa, entre os quais destaco o Bispo Diocesano Dom Edgar Xavier Ertl, por me permitir a pesquisa no arquivo da Cúria Diocesana de Palmas, e aos funcionários do local, Sueli Bigaton, Jaqueline Hoffmann do Nascimento e Padre Sérgio Algeri Filho, pela solicitude e prestatividade. Também aos padres diocesanos, dos quais sempre recebi receptividade, generosidade e sensibilidade para com a realização desta pesquisa.

E por último, não sendo menos importante, à CAPES, pela concessão da bolsa, a qual tornou esse trabalho possível.

A todos, minha eterna gratidão!

“O contato com o passado altera o sentido do que pode ser conhecido. Estamos sempre nos ombreando com mistérios – não simplesmente ignorância (fenômeno familiar), mas a insondável estranheza da vida entre os mortos. Os historiadores voltam desse mundo como missionários que partiram para conquistar culturas estrangeiras e agora retornam convertidos, rendidos à alteridade do outro” (Robert Darton)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar o itinerário vivido por Dom Agostinho José Sartori, na região Sudoeste do Paraná, no âmbito de ações concretas com ênfase na dimensão política no contexto de seu governo da Igreja Diocesana, considerando o fato de que o seu episcopado foi um dos mais longos da história da Igreja Católica no Brasil, firmado em ações de cunho político, voltados a atender as necessidades não só espirituais, mas também sociais, culturais e econômicas de seus fiéis. Iniciando com uma análise do processo de ocupação e colonização da região Sudoeste do Paraná, ressaltando os conflitos agrários, divergências quanto às fronteiras e limites, política migratória e a religiosidade popular que marcaram a concepção desta região, discorrendo sobre as transformações ao longo da história e a construção social que resultaram no atual Sudoeste. Em seguida, abordou-se a chegada e a institucionalização da Igreja Católica na região, destacando suas ações de combate à religiosidade popular já existente, além de enfatizar as ações políticas assumidas pela Igreja ao longo da concepção da Diocese de Palmas e suas modificações até a chegada do segundo bispo Dom Agostinho José Sartori, personagem principal desta pesquisa. Apresentando a história de vida deste e, a partir de uma compreensão de quem era, partiu-se para a análise das suas ações estando a frente da Diocese. Esta abordagem se dará a partir da análise de documentos como cartas pastorais, livros tombo, artigos de jornais e manuscritos pessoais do referido bispo. Durante seus 35 anos de episcopado, foi muito além do espiritual, estabelecendo relações com líderes regionais e estaduais, buscando melhorias na região em diversas áreas. Assim, se buscará identificar e compreender a influência destas ações na sociedade sudoestina, tanto nos aspectos políticos quanto nos sociais, destacando as abordagens educacionais, comunicações sociais, questão da terra e questões sociais, que atingiram de forma direta o povo desta região, tendo seus resultados sentidos ainda hoje.

Palavras-chave: Igreja Católica; Dom Agostinho; Influência Política; Diocese de Palmas; Sudoeste do Paraná.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the itinerary lived by Bishop Agostinho José Sartori, in the Southwest region of Paraná, in the context of concrete actions with an emphasis on the political dimension in the context of his Diocesan Church government, considering the fact that his episcopate was a the longest in the history of the Catholic Church in Brazil, based on political actions aimed at meeting the spiritual, social, cultural and economic needs of its faithful. Beginning with an analysis of the occupation and colonization process of the Southwest region of Paraná, highlighting the agrarian conflicts, divergences regarding borders and boundaries, migratory politics and popular religiosity that marked the conception of this region, discussing the transformations throughout history and the social construction that resulted in the current Southwest. Then, the arrival and institutionalization of the Catholic Church in the region was highlighted, emphasizing its actions to combat the existing popular religiosity, besides emphasizing the political actions taken by the Church throughout the conception of the Diocese of Palmas and its modifications until the arrival of the second Bishop Augustine José Sartori, main character of this research. By presenting his life history, and starting from an understanding of who he was, he set out to analyze his actions while at the head of the Diocese. This approach will be based on the analysis of documents such as pastoral letters, tomb books, newspaper articles and personal manuscripts of the bishop. During his 35 years of episcopacy, he went far beyond the spiritual, establishing relationships with regional and state leaders, seeking improvements in the region in several areas. Thus, it will be sought to identify and understand the influence of these actions in sudoestina society, in both political and social aspects, highlighting educational approaches, social communications, land issues and social issues, which directly affected the people of this region, results still felt today.

Keywords: Catholic Church; Don Agostinho; Political Influence; Diocese of Palmas; Southwest of Paraná.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 A FORMAÇÃO DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ.....	12
1.1 A ocupação da região	12
1.2 A colonização oficial da região e a chegada dos migrantes	31
2 PRIMEIRO CHEGA A IGREJA, E DEPOIS COM ELA, DOM AGOSTINHO JOSÉ SARTORI.....	58
2.1 A chegada e a institucionalização da Igreja na região.....	58
2.2 Quem foi José Benito ou Frei Agostinho?.....	66
2.3 O Bispo Dom Agostinho José Sartori.....	72
3 O AGIR POLÍTICO DE DOM AGOSTINHO	79
3.1 O bispado de Palmas e as demandas políticas e eclesiais	80
3.2 Dom Agostinho e o direito divino sobre a terra	90
3.3 Dom Agostinho e a sua caminhada na área educacional sudoestina.....	102
3.4 Dom Agostinho e as redes de comunicação como instrumento de divulgação da Diocese	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	135
LISTA DE FONTES/DOCUMENTOS.....	146

INTRODUÇÃO

A região sudoeste do Paraná localizada entre a margem esquerda do Rio Iguaçu e o Oeste Catarinense, estendendo-se até a fronteira com a Argentina, abrange atualmente, segundo o IBGE (1990), 40 municípios. Composta por duas áreas distintas, a dos Campos de Palmas (Palmas, Honório Serpa, Clevelândia, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha) e a região das matas (Francisco Beltrão, Pato Branco, Chopinzinho, Dois Vizinhos – estendendo-se até a fronteira com a Argentina – Capanema, Barracão, Santo Antônio do Sudoeste, entre outros), caracteriza-se pelo caráter bastante heterogêneo, tanto em sua natureza quanto em sua formação social. Tendo sua ocupação a partir dos Campos de Palmas, a formação social de ambas as áreas se fez de forma diversificada. Enquanto a região dos campos teve seu desenvolvimento marcado pela presença predominante de duas classes, os “peões” e os fazendeiros, a região das matas teve uma formação mais diversificada, composta por pequenos comerciantes, artesãos e pequenos agricultores. Esta região entrou no cenário geopolítico a partir de 1609, com a formação das reduções jesuíticas e, conseqüentemente a vinda de bandeirantes em busca dos indígenas para comercializá-los em São Paulo.

São os problemas geopolíticos, o comércio de carne e a precariedade de transporte e comunicação que vão determinar a expansão ocupacional e produtiva dos Campos de Palmas, já conhecidos pelas suas excelentes condições para tais atividades, além da região ser o acesso mais direto e econômico para à feira de Sorocaba, em São Paulo, onde comercializava de tudo na época. Assim, a ocupação da região se deu primeiramente por questões econômicas, iniciada pelos caboclos, e continuada pelos migrantes de matriz europeia.

O Sudoeste, se construiu assim, uma região pujante de grandes relevâncias econômicas, sociais, religiosas, políticas e culturais, conseqüências da sua formação heterogênea, e principalmente pela forte influência religiosa da Igreja Católica, onde destaca-se José Benito Sartori, o Dom Agostinho, que por 35 anos conduziu como pastor a região sudoestina, organizando-a de forma a atender as carências não só religiosas de seus fiéis, mas pensando neles em sua totalidade. Foi uma figura marcante, sendo que influenciou outros líderes para desenvolver essa região, o que é perceptível até hoje. Por isso, nesse trabalho vamos, por meio do estudo das fontes documentais apresentar essa forte influência, nas diversas dimensões, partindo do objetivo de analisar o itinerário vivido por Dom Agostinho José Sartori, na região Sudoeste do Paraná, em âmbito de ações concretas com ênfase na dimensão política no contexto de seu governo da Igreja Diocesana.

Através da obra de René Rémond, “*Por uma História Política*”, que possibilitou o retorno deste gênero histórico que por décadas foi posto à margem da construção historiográfica, não sem razão, pois foi preciso revisitar seus objetos de pesquisa, fontes e métodos. Já que antes a história política era vista, conforme afirma Remond (2003, p.18), como “factual, subjetivista, psicologizante, idealista”, reunindo “assim todos os defeitos do gênero de história [...]”. Isto porque ela era uniformemente narrativa, escrava do relato linear, uma obra mais próxima da literatura do que do conhecimento científico. Portanto, ao invés da exaltação aos grandes personagens históricos de abordagens de outrora, a História Política revista por Rémond e seus demais autores sugere trabalhar com os mais variados temas, como o processo eleitoral, partidos políticos, a opinião pública, mídia, intelectuais e suas ideias políticas, discursos, além de problematizar as biografias de protagonistas políticos.

Nesta perspectiva da História Política, a partir uma pesquisa documental de fonte primária nos documentos presentes no arquivo da Cúria Diocesana de Palmas, Jornais Regionais, Cartas Pastorais, Arquivo Pessoal de Dom Agostinho e documentos históricos da cidade de Palmas, vamos apresentar a trajetória e as ações políticas realizadas por Dom Agostinho que influenciaram direta e indiretamente no Sudoeste. No capítulo I desta pesquisa, serão analisadas a ocupação e a formação social desta região, para assim, compreendermos a influência política da Igreja Católica durante a administração episcopal de Dom Agostinho José Sartori neste ambiente em época posterior.

Para tanto, o Capítulo II é dedicado à análise aprofundada acerca da chegada da Igreja na região, desde a sua inserção, institucionalização e organização, seguindo ordem cronológica dos fatos para melhor compreensão de sua evolução dentro do processo de colonização do Sudoeste. Ainda neste capítulo, iremos conhecer Dom Agostinho José Sartori, o personagem desta pesquisa. Pois, desde sua colonização, a região sudoeste do Paraná sofreu influências diretas da Igreja Católica, que através dos missionários que tinham por objetivo catequizar os indígenas e caboclos, estabeleceu-se quanto instituição e atuou na reformulação dos costumes e condicionamento do cotidiano de gerações que por essas terras passaram, projetando o modelo moderno de desenvolvimento, baseando-se na afirmação do homem como sujeito produtivo e religioso, sustentada pelo arcabouço doutrinário do catecismo.

Diante das dificuldades encontradas com as práticas das crenças populares oriundas dos caboclos, que passaram a se fundir com tradições católicas repassadas pela catequese e pelos padres através das vivências cotidianas, a Igreja Católica, de início, estabeleceu-se como uma mistura destas. Para superar esse catolicismo popular, investiu em mais padres para

atender o maior número de fiéis em todas as localidades, estabelecendo relações com mais proximidade, intimidade e confiança. Assim, chegaram na região as congregações religiosas, que se espalharam dos sertões às vilas, fazendo visitas frequentes e fundando capelas ao longo de todo o território.

Desta forma, logo a Igreja Católica se expandiu e superou o catolicismo popular, estruturando-se politicamente como Igreja e se regionalizando através da criação de inúmeras paróquias ao longo de todo o Sudoeste, impondo unilateralmente os valores do seu catolicismo, articulando-se com um caráter hierárquico e centralizador com atuação regional. Esta formulação vai resultar na elevação da Prelazia de Palmas em Diocese, em 14 de janeiro de 1958 pela Bula "*Quoniam Venerabilis Frater*" do Papa Pio XII.

A Diocese de Palmas, desde sua concepção, foi marcada pela diversidade cultural de seus fiéis, resultado da colonização da região. Abrangendo uma grande extensão territorial de 18.719 km², teve seu início marcado pela dificuldade de comunicação e locomoção entre os padres e o bispado. Com o passar do tempo, esses obstáculos foram sendo superados, enquanto a Igreja se firmava como referência e guia para questões cotidianas, religiosas, econômicas, sociais e culturais.

Nesta realidade, Dom Agostinho José Sartori é enviado, após ser nomeado o segundo bispo da Diocese de Palmas, em 1970. O jovem frei capuchinho de 42 anos de idade chegou na região e começou a dar forma a igreja diocesana, organizando-a de forma a atender as carências não só religiosas de seus fiéis, mas pensando neles em seu todo, abordando os aspectos sociais, políticos e culturais. Ademais de ver seu episcopado muito além do espiritual, estabeleceu relações com líderes regionais e estaduais, buscando melhorias na região, em diversas áreas, sendo destaque as questões da educação, da terra e sociais, preocupando-se com os marginalizados e carentes.

No Capítulo III, serão apresentadas e analisadas as ações de Dom Agostinho José Sartori durante seu episcopado, que foi um dos mais longos da história da Igreja no Brasil, sendo 35 anos à frente da Diocese de Palmas, buscando identificar e compreender a influência destas na sociedade sudoestina, tanto nos aspectos políticos quanto nos sociais, destacando as abordagens educacionais, comunicações sociais, questão da terra e questões sociais, que atingiram de forma direta o povo desta região, tendo seus resultados sentidos ainda hoje. Neste intento, a presente pesquisa explanará, enquanto vislumbre do capítulo III, o itinerário vivido por Dom Agostinho em âmbito de ações concretas com ênfase na dimensão política no contexto de seu governo da Igreja Diocesana.

1 A FORMAÇÃO DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

Esse capítulo procura refletir a forma como ocorreu o processo colonizador da região sudoeste do Paraná, abordando a interferência na produção e no modo de vida, até então, aqui presentes. Pois, esta região tem sua colonização oficial ligada à forte presença militar, por ser uma região de fronteiras e marcada por conflitos no século XVI. Composta por terras devolutas próximas da Argentina, essa faixa territorial foi inserida na política de ocupação do governo Vargas na década de 40, conhecida como Marcha para o Oeste. Porém, a memória construída pelo poder público regional, posteriormente registrado na política historiográfica oficial da colonização, ignora os indígenas e caboclos que habitavam a região antes da chegada dos colonos sulistas de descendência européia. Assim, esse capítulo, busca discutir a presença desses grupos étnicos, dessas minorias, apresentando sua forma de vida e contribuição na formação do Sudoeste de hoje.

1.1 A ocupação da região

O estudo da ocupação de uma determinada região ou de uma sociedade em formação deve iniciar pela caracterização dos primeiros ocupantes, procurando-se conhecer suas origens e possíveis motivações da opção por aquele lugar. Sendo assim, ao pensarmos na ocupação da região sudoeste do Paraná não devemos nos restringir apenas a esta região por si só, mas a toda a região sul do Brasil.

A assinatura do Tratado de Tordesilhas, firmado entre Portugal e Espanha em 1494 estabeleceu uma linha divisória no mundo, definindo que todas as mares e terras encontrados ou por encontrar seriam divididos entre os reinos ibéricos, desde que estes já não pertencessem a nenhum rei cristão. “O meridiano que passa a 370 léguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde foi tomado como linha divisória. As terras localizadas a Oeste pertenciam a Espanha, as do Leste a Portugal” (DIEL, 1995, p. 08), o que determinou que o atual território do Estado do Paraná era de pertença a coroa espanhola.

Entretanto as medições do Tratado eram contestadas, principalmente pela diferença entre a légua espanhola (castelhana antiga) e a légua portuguesa. Segundo Maack:

Tomando-se por base a légua castelhana antiga, de 3 milhas = 5.572 m no sistema métrico, a linha de demarcação cai a uma distância de 2.061,6 Km, medida do meridiano de Santo Antão (poente do arquipélago de Cabo Verde). [...] Medindo-se, porém, a distância com a légua portuguesa de 3.000 braças a 2,20 m = 6.600 m do sistema métrico, vai se ter a linha demarcatória a 22°55'22". Esta diferença de longitude se constituiu em constante motivo de disputa entre portugueses e espanhóis (1981, p. 15).

Desse modo, ao calcularmos as distâncias utilizando a demarcação de 370 léguas a partir das Ilhas de Cabo Verde e, considerando a diferença entre a légua portuguesa e a légua castelhana antiga, pois a primeira supera a segunda em 1.028m, teremos uma diferença aproximada de 380,360km na posição da linha imaginária demarcadora do Tratado. Assim, esse impasse de medidas decisivas na demarcação, de certa forma, motivaram os brasileiros a explorar as fronteiras, avançando pelo interior do continente. “Para o Brasil, a dúvida se tornou um elemento fundamental de expansão territorial e de fator econômico, uma vez que os limites acabaram adquirindo uma extensão maior em favor dos portugueses” (MORGAN & CASTANHA, 2012, p. 212).

O território de ocupação espanhola no Paraná, denominada Província Del Guairá, tinha como limites geográficos, segundo Cardozo (1970), ao norte o rio Paranapanema, ao sul o rio Iguaçu, a oeste o rio Paraná e a leste as serras de Guarayrú. Incluída nas terras do Adelantados de Almagro e Mendoza, essa região pertenceu até 1542 ao Vice-Reinado do Peru, posteriormente passou aos cuidados do Governo Geral do Rio de La Plata até 1617, quando foi subordinada ao Governo Geral do Paraguai. (MAEDER & GUITERREZ, 1995)

A região do Guairá era povoada por grupos indígenas Guaranis, Kaingang e Xokleng, que tiveram contato com europeus viajantes, como Aleixo Garcia em 1524 e Cabeza de Vaca em 1542, que comandavam expedições do litoral brasileiro sentido Paraguai (SOARES, 1981). Nestas expedições muitos europeus utilizavam um sistema de caminhos indígenas de oito palmos de largura conhecido como Peabiru, que partia de São Vicente, na costa, atravessava o atual Paraná sentido ao Paraguai, e acabava no Oceano Pacífico pelo litoral peruano. Bertoni (1982, p.62) observa que os Guarani:

(...) abrían picada en el monte y después de limpiarla con cierta proligidad, la sembraban de trecho en trecho con semillas de dos o tres especies de gramináceas, una especialmente cuyos brotos se propagaban con suma facilidad, y plantas que nacían, pronto cubrían completamente el suelo y podían impedir el crecimiento de los árboles y los yuyos, que sin eso hubieran ocultado la picada.

Nas primeiras décadas do século XVI surgiram algumas vilas e portos espanhóis ao longo da Província do Rio do Prata, como Asunción em 1537. Segundo Cardozo (1970) o

início da colonização da Província del Guairá se deu através do pedido por parte dos caciques da região ao então governador de Assunção, Domingos Martinez de Irala, de proteção para os indígenas. Assim, Domingos decidiu colonizar a área. Entretanto, Bruxel (1960) destaca que essa política de ocupação do Guairá pode ser vista com uma estratégia de pacificação política com grupos de oposição da sede de seu governo, que ele colocaria para povoar esta região. Já Ellis Junior (1944), destaca outras razões para a ocupação da região, como busca de metais e pedras preciosas, pois em 1552 decretou-se a proibição de expedições na Serra da Prata, e a necessidade de submissão dos indígenas na região, além de garantir o domínio dos espanhóis nas terras e na saída para o Atlântico.

Assim, em 1554, o capitão Garcia de Vergara fundou a primeira vila de Guairá, a mando de Irala: Ontiveros, que teve curta vida, de 1554 a 1556. Então em 1557, Irala funda a segunda vila Ciudad Real del Guairá, tendo como responsável o capitão Ruy Diaz de Melgarejo. Para esta, segundo Cardozo (1970) foram levados os habitantes restantes de Ontiveros, que assim desapareceu. Chmyz (1985, p.176) destaca que “provavelmente a vila possuía 840.000 m², sem contar a área rural. Em Ciudad Real havia uma pequena fábrica de tecidos, além do comércio da erva-mate”.

Em 1570, Melgarejo suspeitando que existissem minas de ouro a leste de Ciudad Real, fundou a comunidade Villa Rica del Espiritu Santo, a 60 léguas da Ciudad Real, em terras indígenas do cacique Coraciberá. Lá mandou erguer uma fortaleza, uma igreja e uma cruz (CHMYZ, 1985).

Porém, após a grande epidemia de varíola em 1589, que culminou na morte de milhares de índios e espanhóis, determinou a transferência de Villa Rica para Corumbataí no Ivaí. O que não foi agradável para os moradores, já que essa região tinha uma grande presença indígena. A nova área urbana de Villa Rica tinha cerca de 300.000m² com chácaras de subsistências, tendo como principal atividade econômica a extração de erva-mate. A retirada e transporte da erva-mate era realizada pelos indígenas através do sistema de encomiendas, uma escravidão mascarada. (Montoya, 1985).

O sistema de encomiendas era uma institucionalização de regime feudal, onde um grupo de índios era confiado pelo rei a um colono e a seus descendentes pelo prazo de duas ou três gerações, objetivando que os protegessem e os instruissem nos preceitos da fé católica; em contrapartida, o encomendeiro recebia em bens ou dias de trabalho o tributo que os índios vassallos deveriam ao rei da Espanha (HAUBERT, 1990, p. 35).

Na América do Sul existiam duas classes de encomiendas: a Mita¹ e a Yanácona². Findadas as encomiendas, os indígenas tornavam-se livres, sujeitos somente a taxa de captação. Tinham como beneficiados por títulos de encomiendas alguns moradores de Villa Rica, a Igreja e a Casa da Companhia de Jesus. Um exemplo é o título a Diego Xará, de Villa Rica, de vários caciques e índios nos rios Ivaí e Tibagi, assinado pelo escrivão Sebastian de Cordova:

En la assumçion a nueve dias del mes de hen.o de myll y quy.os y noventa e siete y siete (sic) años el dho sr.r govr. Ju.º rramyres de velasco hizo m.d y encomienda a diego Xara vz.º de la villa rrica del spiritu santo de todos los yndios que fueron de Ju.º del valle su suegro difunto y que en su vida tuvo y posseyo cuyos caçiques son: arayni, pedro y melchior que estan en el rrio del ubay y otros dos caçiques en la tibaxiba que se dizen apicababe, y acarecotin, con todos los caciques e yndios a ellos sujetos y pertenecientes y sin perjuizio de tr.º y con los encargos acostumbrados y com que de un yndio cassado con su muger para el servy.º de un convento o obra pia que su s.a nombrare y se le dio cecula de encomyenda en forma. (MCA I, 1951, p.128)

Cardozo (1970) destaca que os encomendeiros espanhóis possuíam em suas repartições núcleos de nativos ou reduções naturais, dirigidas por clérigos. Nas imediações de Villa Rica havia Itacuru, Santa Ana, Itupá, Tambo e Cunhanguirá. Estas reduções, nas quais eram reunidos os índios, distribuía-se por toda a Província del Guairá. Isto surge a partir do governador do Paraguai, “Hernando Arias propor a sua majestade renunciar a força das armas para submeter os índios, e tentar a sua conversão por meio de missionários que lhes levassem a palavra do evangelho” (LAZIER, 2003, p. 30-31), após ter suas tropas combatidas por indígenas em uma revolta em sua Província. Assim, em 1607, segundo Lazier, “foi criada a província Jesuítica do Paraguai e foi a partir daí que os inacianos assumiram efetivamente a evangelização dos índios sob o comando do Pe. Jesuíta Lorenzana” (2003, p. 33).

De 1610 em diante, Guairá teve várias missões, onde os jesuítas tentavam catequizar os grupos indígenas da área. Os missionários jesuítas vieram de diferentes países europeus, financiados pela Coroa espanhola, tendo por objetivo de trabalho a conquista espiritual de povos com costumes desconhecidos, trazendo uma quantidade de informações que seduzia e

¹ Mitas seriam as encomiendas em que índios de 18 a 50 anos, voluntariamente submetidos ou vencidos pelas armas reais, deviam a seus encomendeiros dois meses de trabalho em cada ano, e no resto do tempo ficavam livres. As crianças, as mulheres e os velhos com mais de 50 anos e os magistrados municipais, assim como os caciques, eram eximidos deste trabalho (CAPSDEQUI, 1957).

² Yanáconas seriam as encomiendas relacionadas aos povos indígenas submetidos pelo esforço individual dos conquistadores. Segundo as leis do Conselho das Índias, estes indivíduos deveriam ser antes servos do que escravos: o encomendeiro vestia-os, sustentava-os, não podendo vendê-los nem baní-los, nem de modo algum os maltratar, devendo ensinar-lhes um ofício e doutrinar-lhes o cristianismo; serviam para trabalhos domésticos (CAPSDEQUI, 1957).

assombrava grande parte da população indígena. Através do uso de símbolos e imagens os religiosos cativaram o imaginário indígena, e a fuga da escravidão que os bandeirantes com seus aliados Tupi impunham, fez a aproximação decisiva com a Companhia de Jesus. A medida que os índios aceitavam a presença dos jesuítas, novas missões eram formadas, a maioria junto a aldeias nativas já estruturadas. As duas primeiras reduções no Guaíra foram às de Loreto e Santo Inácio, em 1610 e 1611, na divisa entre os atuais estados do Paraná e de São Paulo.

No início de seus trabalhos, os jesuítas tiveram o apoio da administração colonial, que cedeu às terras, construiu casas e igrejas. Porém, a parceria durou muito pouco. Talvez por uma visão equivocada que a coroa espanhola tinha dos jesuítas, achando que, necessariamente, os jesuítas estariam ao lado da exploração sem limites dos nativos. Porém a preocupação dos europeus era escravizar os indígenas, já a igreja queria convertê-los ao cristianismo.

À medida que aumentava o número populacional nas missões, aumentavam os atritos dos jesuítas e indígenas com encomienderos, colonos e bandeirantes.

Os portugueses não interpretavam a obra missionária dos jesuítas no sentido caritativo-cristão, mas sim politicamente, como expressão particular da expansão espanhola. Aos espanhóis, por outro lado, não era conveniente a formação de um Estado jesuíta intrometido na esfera de seus interesses (MAACK, 1981, p. 37).

Monteiro (1994) afirma que os portugueses se interessaram pelos Guarani, isso se confirma com os ataques por parte de bandeirantes paulistas à Província do Guaíra, desde 1585, para capturar índios devido às notícias que tiveram da agricultura que estes índios praticavam.

Escravos serviam de carregadores. Compunham-se a carga de pólvora, bala, machados e outras ferramentas, cordas para amarrar os cativos, às vezes sementes, às vezes sal e mantimentos. Poucos mantimentos. Costumavam partir de madrugada, pousavam antes de entardecer, o resto do dia passavam caçando, pescando, procurando mel silvestre, extraindo palmito, colhendo frutos; as pobres roças dos índios forneciam-lhes os suplementos necessários e destruí-las era um dos meios mais próprios para sujeitar os donos. Se encontravam algum rio e prestava para a navegação, improvisavam canoas ligeiras, fáceis de varar nos saltos, aliviar nos baixios ou conduzir à sirga. Por terra aproveitavam a trilha dos índios; em falta delas seguiam córregos e riachos, passando de uma para outra banda conforme lhes convinha, e ainda hoje lembram as denominações de Passa-Dois, Passa-Vinte, Passa-Trinta; balizavam-se pelas alturas, em busca de gargantas, evitavam naturalmente as matas, e de preferência caminhavam pelos espigões. (ABREU, 1982, p.114)

Os bandeirantes paulistas capturavam índios para vendê-los para trabalhos domésticos e agrícolas. Em 1627, com a bandeira comandada por Raposo Tavares, ocorreu a destruição da primeira missão jesuítica, Santo Antônio; e daí por diante as outras foram sendo sucessivamente arrasadas pelos paulistas, ou abandonadas pelos índios e jesuítas até 1631.

As reduções exercem influência na região, pois, de 1628 em diante, são atacadas pelos bandeirantes, os quais levaram desta região em torno de 60 mil indígenas para comercializar em São Paulo. Esta situação forçou os jesuítas estabelecerem novas reduções Rio Paraná abaixo na altura do médio Uruguai, região hoje representada pelo Sudoeste do Paraguai, Misiones (Argentina) e o Rio Grande do Sul (DIEL, 1995, p. 14).

Os ataques dos paulistas prosseguiram, o que resultou, segundo Melz (1993), no estabelecimento de brancos no sudoeste do Paraná, já que este se tornou caminho para os bandeirantes paulistas atacarem estas reduções e as Missões do Uruguai, buscando indígenas para comercializarem em São Paulo.

Os ataques constantes dos paulistas exigiam dos indígenas resistência, que foi atendida pela concessão dos espanhóis, autorizando o armamento dos nativos, o que passou a oferecer resistência aos portugueses, permitindo vitórias indígenas como o caso da Batalha de Mbororé em 1641.

Mas é a disputa entre Portugal e Espanha que vai colocar essa região de fato no cenário político-econômico a partir de 1750, pois essa região representava um grande potencial econômico com a criação de gado. Por mais de cem anos, as “estâncias” destes povos encheram essas terras de gado, chegando a aproximadamente meio milhão de cabeças, o que representava grande potencial econômico, pois o Brasil vivia neste período a febre do ouro na região das Minas Gerais. Esta realidade requeria grande demanda de carne e também de gado para o transporte da mercadoria.

Para resolver este problema foi assinado o Tratado de Madri em 1750, o qual dava a Portugal o domínio das terras à direita do Rio Uruguai. O interesse era expulsar os indígenas da região e ficar com a terra e o gado. Os índios resistem e são vencidos em 1756 pelos exércitos reunidos de Portugal e Espanha. Dominados os índios, Espanha volta atrás, anulando o Tratado de Madri e resolvendo a pendência pelo Tratado de Santo Idelfonso de 1777, que redividiu tais estâncias de gado entre as duas potências (DIEL, 1995, p. 15).

A partir destes problemas geopolíticos, das dificuldades que passam a surgir no transporte e comércio da carne, além da necessidade de expansão de linha produtiva, inicia-se a conquista da região dos campos de Palmas, e conseqüentemente, do restante do sudoeste do

Paraná, que apresentavam boas condições para tais atividades. Assim, “[...] em 1810, os portugueses tomam dos espanhóis os territórios que compõem a região sul do Brasil” (DIEL, 1995, p. 15), e passam a investir na consolidação de sua conquista, dando à região um caráter de expansão econômica, já que este era um acesso mais direto e alcançável para à feira de Sorocaba em São Paulo.

Dentro da historiografia, é imprescindível que a região tenha representação social, seja definida por uma homogeneidade cultural, ou política, ou econômica, entre outras, a serem traçadas pelo historiador. Na perspectiva política, a região se estabelece através da mediação entre interesses do Estado e da sociedade civil (BOURDIN, 2001).

Essa mediação pode transformar-se, seja por intervenção ou por acidente, num acometimento da identidade local, com implicações no cotidiano na sociedade em questão, seja nos aspectos políticos, culturais, econômicos ou sociais. Assim,

Conhecer realidades do processo histórico local e regional é indispensável à construção da identidade do grupo humano. Além disso, satisfaz a necessidade de entender aquilo que está próximo de nós, diretamente relacionado à nossa vida social, econômica e cultural (CONSTANTINO, 2004, p. 176).

Conforme os estudos do IBGE (1959), a descoberta dos Campos de Palmas é atribuída ao sertanista Zacarias Dias Côrtes. Este chefou uma expedição em 1726, com o objetivo de buscar gado em Vacaria – RS para comercializar nas minas de Goiás e Cuiabá. “As lendas da época situavam riquezas intermináveis nos morros do Ibituruna e por isso, Dias Côrtes teria parado nos campos de Palmas para averiguar, tornando-se o primeiro descobridor” (MELZ, 1993, p. 01).

Embora não tenham sido considerados descobridores, o nome dado à região pelos bandeirantes, que no passado passaram em busca de indígenas para comercialização, permaneceu.

Foram os bandeirantes que deram a Palmas, a alcunha de “Terra dos Biturunas” (Terra Alta), ou “Mato Grosso Carrascoso”. Para os índios era a “Botiatuba”, em virtude do elevado número de butiazeiros existentes na região e que os paulistas denominavam palmas, daí o nome Campos de Palmas (MELZ, 1993, p. 01).

Por essas razões, Dom João VI determina a ocupação declarando “Guerra Justa” aos indígenas que habitavam a região de Palmas, conforme a Carta Régio de 05 de novembro de 1808, dirigida ao Governador da Capitania de São Paulo. Esta foi abrandada por outra de 01

de abril de 1809, que permitiu a prisão e escravidão de indígenas por 15 anos, a contar de seu batismo (CIMI – REGIONAL SUL, 1984, p. 09).

A princípio, os indígenas resistem, porém, “[...] são logo acuados pelo poderio bélico da expedição do Tenente Coronel Diogo Pinto que chegou de Guarapuava, aos 17 de junho de 1810, com mais de 200 homens e dois canhões com grande poder de fogo” (CIMI – REGIONAL SUL, 1984, p. 09).

No decorrer das ações da expedição, veio a necessidade de encontrar um caminho “mais fácil e conveniente”, que estreitasse a comunicação entre Rio Grande do Sul e São Paulo, e também aos campos das Missões. Após a exploração dos campos e das matas, é traçado um caminho pelo correr dos rios Iguaçu e Chapecó.

É a partir desses novos caminhos que se iniciou o povoamento de matriz europeia da região em 1836, com a chegada dos sertanistas José Joaquim Ferreira dos Santos e Pedro Siqueira Côrtes (IBGE, 1959), que tinham o mesmo objetivo de criar fazendas de gado, e por isso logo entraram em conflito. Assim, atribui-se a Pedro Siqueira Côrtes a primazia da conquista e povoamento da região onde hoje se encontra a cidade de Palmas. Somente três anos depois da chegada dos bandeirantes na região é que a posse oficial foi reconhecida.

O descobrimento teve grande repercussão em todo o território nacional. O governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes chegou a oficiar à Câmara Municipal de Curitiba, para que exigisse de Côrtes, uma planta da região e um diário de seu percurso, o que foi atendido pelo expedicionário (MELZ, 1993, p. 02).

Como haviam muitos pretendentes para a região, que tinha uma extensão geográfica grande, pois abrangia inclusive a maior parte do oeste catarinense, sendo todo voltado a expansão econômica pastoril, a região foi dividida.

Assim 37 fazendeiros se estabeleceram em Palmas e os demais se dirigiram a Campo Erê, seguindo informações dos índios Kainganges, de modo especial Condá, lá encontraram o alojamento dos selvagens comandados pelo segundo chefe, índio Viri (MONTEIRO, 1994, p. 20).

Após a estabilização do homem luso-brasileiro, passam a ocorrer inúmeros conflitos, traições e chacinas de indígenas na região. “Quem não se submetia era inimigo, e por conseguinte, declarado guerra e das mais infames” (CIMI – REGIONAL SUL, 1984, p. 10). Assim fez o próprio Capitão Pedro de Siqueira Cortes que massacrou covardemente, no campo de Chapecó, isto é, entre as atuais cidades de Palmas e Abelardo Luz,

aproximadamente 106 pessoas cativas, em sua maioria mulheres e crianças (CIMI – REGIONAL SUL, 1984, p. 10).

Diversos ataques de indígenas contra fazendeiros faziam parte do cotidiano nos primeiros anos da ocupação; porém, após a vitória sobre os nativos, várias fazendas de criação de gado se instalaram, exigindo cada vez mais melhorias no trânsito para comércio do gado.

Consolidada a conquista de Palmas e seu povoamento, a presidência da Província de São Paulo incumbiu o coletor de rendas da freguesia de Guarapuava, Alferes Francisco Ferreira da Rocha Loures [...] de abrir um picadão, partindo da Freguesia de Ponta Grossa, passando pelos campos de Palmas em direção à Vila de Cruz Alta, comunicando-se assim esta Província com o Rio Grande do Sul (CEOM, 1989, p. 33).

O trabalho é concluído em 1845, comandado por Rocha Loures e contou com o apoio de Vitório Condá, que tinha forte influência sobre os Kainganges da região, além de manter contato com os índios revoltos. A nova picada cruzava os rios Chapecó e Chapecozinho, passando por Xanxerê, Xaxim, Serra do Tigre, Pilão da Pedra, Passo do Carneiro e Goyo-Em (Rio Uruguai), sentido Cruz Alta. “Essa estrada trouxe inúmeras vantagens aos tropeiros, pois ela encurta em muitas dezenas de léguas a distância que as tropas percorriam até a feira de Sorocaba” (CIMI – REGIONAL SUL, 1984, p. 13), além da vantagem de poder desviar do município de Lajes, que cobrava uma taxa de pedágio pelas tropas que por ali eram transportadas.

No século XIX, novamente a região vira alvo dos interesses argentinos, principalmente pela produção de erva-mate e exploração madeireira, usando o curso do Rio Uruguai para o transporte destas mercadorias. “Reacende-se assim, neste momento, o litígio sobre os limites internacionais daquela zona, reivindicando a Argentina o território de Misiones (disputados ao Paraguai) e as terras situadas a oeste dos Rios Chapecó e Chopim (disputados ao Brasil)” (CIMI – REGIONAL SUL, 1984, p. 14).

Se a solidez da estrutura de uma nação pode ser medida pela presença do Estado quanto guardião de suas fronteiras, neste caso, podemos afirmar que essa construção estava por se realizar, pois é a reivindicação da Argentina pelas terras atrai o olhar do Estado brasileiro para a região.

A demarcação de limites e a concepção dos pontos de referência que sinalizam a presença do Estado Nação não representam, ainda, a inviolabilidade de seu território: “As fronteiras não são capazes de superar os homens, ou de conter seus interesses, já que, uma vez

traçadas as fronteiras, elas podem não ficar sempre definidas, principalmente quando surge entre dois Estados um núcleo cujos interesses afetam a ambos” (HEINSFELD, 2003, p.24).

Após a arbitragem internacional do presidente norte-americano Grover Cleveland, e pela defesa embasada no direito de *Uti Possidetis*³, esta questão foi decidida favorável ao Brasil, em 1895, mantendo assim seu território.

Porém a vitória brasileira não afastou a ameaça argentina. Pelo contrário, os anos seguintes foram marcados de acentuada tensão diante da intensificação da disputa pela hegemonia regional. Segundo Heinsfeld (1996, p.69), a “sombra argentina” deu ao governo brasileiro a noção do perigo que corria, produzindo neste, a consciência da necessidade de se fazer presente na região contestada.

As fronteiras são um ponto de sensibilidade do Estado, demarcando sua territorialidade, sua presença, o contato entre nacional e seu oposto (HEINSFELD, 2002). Espaço de choque entre cargas ideológicas, a fronteira representa um ambiente de perigo, lugar de desenvolvimento de interesses distintos (GOLIN, 2002).

A partir deste acontecimento, a ocupação efetiva e definitiva de todo o território torna-se questão geopolítica estratégica do Império. Com isso, tornou-se inadiável a construção da estrada Palmas-Corrientes, que além de via de comunicação, era uma forma de acesso ao comércio de muare argentino, que abasteceriam São Paulo. “Assim, Manoel Marcondes de Sá dirige a exploração desta estrada em 1864, desde o Campo Erê até o Cavarú-Coya, nas proximidades de Corrientes” (CIMI – REGIONAL SUL, 1984, p. 14).

Em todo esse contexto de ocupação, diante do saque violento de suas terras pelos brancos, os indígenas apresentaram duas posturas diferentes.

Os que aceitaram a ocupação, buscavam alianças com os invasores, aproximando-os das estradas pelas quais transitavam as tropas de gado com os extratores de erva mate. Já os grupos hostis a essa penetração, refugiavam-se mais longe da rota das estradas, embrenhando-se na mata (CEON, 1989, p. 41).

Os índios Guaranis, que habitavam as terras situadas às margens do Rio Uruguai, fugiram para terras mais seguras em Misiones na Argentina, onde permaneceram até sofrerem com os colonizadores daquelas zonas no século XX. Os índios considerados

³ O *uti possidetis* tem seu princípio na reivindicação do território baseado na posse anterior, sendo um direito adquirido ao Brasil das terras reivindicadas pela Argentina na região do Iguçu. Por intermédio do presidente Cleveland, dos Estados Unidos, embasado neste argumento, legitimou-se a posse dessas terras ao Brasil. (HEINSFELD, 1996, p. 26).

“mansos”, enquanto isso, contribuía na neutralização da resistência, amenizando as reações indígenas.

Essa realidade sofre profundas mudanças a partir de 1850, com a promulgação da Lei de Terra, número 601 de 18 de setembro de 1850, regulamentada em 03 de janeiro de 1854 pelo decreto 131, que apresenta a intenção do Governo Imperial em estimular e facilitar a colonização da região sul do país com imigrantes de origem europeia. Pois, “apesar das ressalvas legais ao direito de ocupação e posse indígena, estavam criadas as bases para o esbulho e a expropriação da terra” (CEOM, 1989, p. 41).

Desta forma, a Lei de Terra visava atender as exigências dos governos europeus e a burguesia agrária, facilitando as titulações de terras aos imigrantes europeus, além de introduzir no mercado imobiliário terras agricultáveis, modificando a tradicional forma de posse de terra.

Os interesses das classes dominantes de políticos e grandes fazendeiros exprimem-se diretamente nos dispositivos da Lei de Terras de 1850 que, ao mesmo tempo garantia a grande propriedade fundiária e excluía do acesso ou da continuidade da posse tradicional da terra os pequenos agricultores, sertanejos e índios, abria caminho aos grandes negócios relacionados com o intento da colonização estrangeira. Submetendo a aquisição e a garantia da continuidade da posse de terras a operação monetária e a complicados procedimentos de natureza burocrática e legal, a Lei de Terras é, antes de mais nada, um obstáculo intransponível ao acesso à terra pela grande massa, social e economicamente desvalida (CIMI – REGIONAL SUL, 1984, p. 17).

Essa política vai resultar diretamente na expulsão dos índios e camponeses de suas terras, inclusive havendo um projeto provincial de reunir todos os indígenas, principalmente do Rio Grande do Sul, em um único aldeamento em Nonoai (CIMI – REGIONAL SUL, 1984). Consequentemente, essa situação despertou conflitos por toda a região, principalmente na recém-criada Província do Paraná, desmembrada de São Paulo em 1853, como descreve, em 1854, o primeiro presidente do Paraná, Zacarias de Goes de Vasconcellos em seu relatório a Assembléia Provincial, relatando que a situação indicava agravantes.

O aldeamento da freguesia de Palmas, habitado por milhares de índios selvagens é vítima de clamorosas injustiças, que o fizera sair de Guarapuava [...] acham-se reduzidos à miséria de não ter terrenos suficientes que cultive nem os recursos mais indispensáveis à existência (VASCONCELLOS, 1855, p. 45).

Contudo, a ocupação e conquista da região dos Campos de Palmas determinou uma veloz expansão de frente pastoril, intensificada, principalmente, pelo estabelecimento das fazendas de criação de gado solto, que necessitavam de uma área maior de terras, causando o

desalojamento de indígenas das terras que lhe pertenciam, pois “[...] a presença indígena nas áreas de criar é proibida após o estabelecimento das fazendas” (DIEL, 1995, p. 21).

Este descaso e abandono para com os nativos é abordado pelo Presidente do Paraná ainda em seu relatório.

Falta-lhes ainda o mais importante à prosperidade dos índios, porque não há ali missionários, nem eles possuem terras para cultivar, e vivem por isso, expostos a extrema indigência (VASCONCELLOS, 1855, p. 46).

Percebe-se assim que, em seu relatório, o Presidente divide a responsabilidade da realidade vivenciada pelos indígenas, alegando que é resultado de dois problemas: a falta de terras e de missionários. Entretanto, somente um lado foi resolvido, e com rapidez, com a criação da Freguesia do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas em 1855, que introduziu os missionários na região. Em relação às terras, a ocupação continua progressivamente, sem ao menos ser mencionada qualquer devolução das mesmas.

O Presidente do Paraná deixa nítido o discurso civilizador, olhando com os olhos do conquistador, vendo a ausência de missionários como responsável pelo “atraso” dos indígenas, já que esse discurso mantinha a ideia do efeito civilizador proveniente da catequese, que traria compreensão e desenvolvimento para os mesmos e quem sabe até acabaria com a insatisfação deles frente ao processo de colonização. A resposta à questão abordada pelo Presidente é quase que imediata, como apresenta Heinen (1997, p. 11), “[...] o Presidente reclamou pela falta de missionários em 08/02/1855 e a Freguesia de Palmas foi criada em 28/02/1855 pela Lei Número 22”, posteriormente elevada à categoria de município em 13 de abril de 1877 pela lei número 484 e instalada Vila em 1879.

Buscando amenizar esses conflitos, a Província do Paraná decidiu instalar colônias militares na região, visando combater os indígenas hostis, manter em segurança a posse do território e proteger as fazendas. Então, em 1882, foi implantada a colônia militar “Xopim”, “[...] composta por um comandante, um oficial do exército e cerca de 50 soldados, que além de se encarregarem da defesa da região receberam terras e ferramentas para a lavoura” (BERNARDES, 1953, p. 333). Porém, a colônia não atingiu os objetivos esperados; por estar localizada em uma área de mata densa não progrediu, ficando com a simples função de posto militar.

O Sudoeste do Paraná teve sua colonização atrelada à uma constante presença militar por motivo de se tratar de região fronteira e conflituosa, pois desde sua fundação, a Província do Paraná foi marcada por conflitos internos, principalmente em relação aos limites

e fronteiras. Quando desmembrado da Província de São Paulo em 1853, a Província do Paraná se estabeleceu sem a definição de limites precisos: “Esta é a raiz mais antiga da contestação de terras pelos estados do Paraná e de Santa Catarina” (SANTOS, 2009, p.22).

O povo da região sudoeste, durante o fim do Império e início da República, vivia em péssimas condições, principalmente os caboclos, que não recebiam nenhuma assistência do novo governo, situação que piorou com a instalação da companhia madeireira Southern Brazil Lumber & Colonization, na atual cidade de Três Barras, que tinha por objetivo explorar imbuia e araucária na região, expulsando inúmeros camponeses das terras compradas para exploração. Além disso, a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, pela multinacional Brazil Railway, com concessão governamental de oito quilômetros de cada lado da ferrovia aos construtores para explorar madeira e erva-mate, resultou num desalojamento progressivo de camponeses. Diante dessa realidade, o monge João Maria encontrou na região um povo sedento de ajuda e, com a promessa de construir uma cidade santa onde reinasse a paz e a abundância, livre dos males oriundos da República, convenceu os caboclos a lutar contra o governo e lutar pela volta do governo de Deus, o Regime Imperial, para alcançar o “paraíso”, já que estes “(...) encontravam-se desamparados pelo governo, que não criava escolas nem praticava a Justiça, e pela própria Igreja, com a ausência de capelas nos arraiais e de escolas com orientação religiosa. Outra não era a razão do fanatismo em torno dos monges” (SANTOS, 2009, p.79).

Queiroz (1981) aborda que após a morte de João Maria eclodiu a crença em sua ressurreição que traria consigo a instauração na terra de um reinado de justiça, fraternidade e paz. Todavia, o “paraíso” defendido por José Maria ficou só na teoria, na realidade a guerra transformou as cidades em ninhos de guerrilheiros: “Aos que não queriam se recrutar, garantiam que, por ordem de José Maria, os sertanejos tinham que declarar guerra ao governo e à polícia, aqueles que se recusassem haveriam de sofrer castigos sobrenaturais, como o de verem-se envolvidos em trevas por três dias” (SANTOS, 2009, p.137).

As novas relações de mercado que foram se consolidando pautaram-se pela exploração de recursos naturais, pelo lucro imediato e pela comercialização da terra, práticas que provocaram muitos conflitos e foram negando valores e modos de viver precedentes. Em suas andanças pelo Sul do Brasil, os monges percebiam essas transformações em curso, e anunciavam calamidades, sofrimento e destruição. As profecias não resultaram de desequilíbrios, conforme apregoaram alguns pesquisadores, mas são frutos de observações empíricas das realidades com as quais se defrontavam e das quais procuravam identificar as transformações em curso. Alguns anúncios que faziam do sofrimento que viria não eram abstrações ou interpretações a-históricas, mas resultado de percepções que tinham das mudanças

que estavam ocorrendo e das possíveis consequências para os caboclos. (MARCON, 2008, p.157)

Assim, durante o período de 1912 a 1916, esses sertanejos explorados pelos fazendeiros da região e pelas duas empresas norte americanas instaladas na região, decidiram se organizar e reagir, liderados inicialmente por João Maria, e após a morte deste, por José Maria, que segundo Cotrim, “seu nome verdadeiro era Miguel Lucena Boaventura” (2002 p. 381). Este seguiu alguns traços do monge João Maria principalmente para conquistar a confiança dos sertanejos, o que lhe permitiu reunir mais de 20 mil homens, fundando alguns povoados que tinham características próprias e não obedeciam às leis do governo republicano.

Por essa razão, segundo Machado (2004), os sertanejos foram perseguidos violentamente pelos coronéis locais e pelos donos das empresas estrangeiras, que contavam com o apoio das forças do governo. A situação piorou quando a Estrada de Ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul passou pelo meio das terras dos caboclos e posseiros. Além da estrada, a empresa Brazil Railway Company, construtora da via férrea, tinha o direito de explorar 9km situados dentro de uma margem de 15km de cada lado da ferrovia, segundo o acordo feito pelo governo brasileiro e a empresa.

Ali foram sumariamente espoliados de sua propriedade muitos sertanejos que há longos anos eram posseiros das devolutas terras, nas margens do Rio do Peixe. Uma tal concessão influiu no espírito do sertanejo e muito mais o extravagante modo de executá-la, a ponto de os jagunços fazerem isso alarde para levantarem novos adeptos a revolução.

Houve certamente, assim, a espoliação de muita gente pacífica que vendo-se, de um momento para outro, privada dos bens e de modestas lavouras, preferiu hostilizar o progresso que lhes foi levar miséria, preferiu tornar-se inimiga do governo que sancionava o ato, expedindo depois forças do exército para combater-la. (PEIXOTO, 1995, p.37)

Assim, os posseiros que viviam nesta região desde a época imperial se revoltaram contra a República, que resultou num enfrentamento entre esses posseiros, ditos “sem terra”, contra as autoridades militares e os coronéis locais, no período de 1912 a 1916. Após a morte do monge José Maria, foram combatidos e destruídos em seus redutos pelo Exército Brasileiro, “os últimos núcleos que foram arrasados por tropas de 7 mil homens armados de canhões, metralhadoras e até uso de aviões (COTRIM, 2002, p. 381)”. Esse conflito envolveu tropas dos governos catarinense e paranaense, que pouco a pouco foram dizimando os rebeldes que lutavam por alegarem: “Nóis não tem direito de terras, tudo daqui é para as gentes da Oropa”. (SILVA, 1992, p. 218).

Na disputa pelo território, o Estado de Santa Catarina ganhou a causa sobre a região do Contestado, porém o povo que ali habitava preferia lutar por um Estado independente, do que depender do governo catarinense. Esta ideia vigorou e foi escolhido o nome de Missões para essa futura unidade federativa, conforme afirma Machado (2004) estabeleceu-se um governo provisório, com sede em União da Vitória. O Paraná fez o possível para recuperar o contestado, mas, caso não conseguisse, declarou que seria favorável e daria apoio à criação dessa nova unidade federativa. Assim se armava um novo conflito na região.

Enquanto os camponeses da região do contestado disputavam a terra pela sobrevivência, contra eles estavam os interesses das empresas “Brazil Railway e Southern Brazil Lumber & Colonisation”, além dos coronéis locais (SILVA, 1992). Por isso, Wenceslau Braz, presidente da República no período, teve de intervir para tentar evitar maior conflitos e definiu, em 1916, a divisa entre os estados conforme os limites atualmente respeitados.

Assim, o povoamento sudoestino do Paraná foi um dos mais tardios, iniciando-se de forma efetiva na década de 30 do século XX. Aliás, até o final do século XIX e início do XX, a região sudoeste tinha uma população de aproximadamente 3 mil habitantes, organizados em dois municípios – Clevelândia e Palmas – três vilas – Mangueirinhas, Chopim e Pato Branco – e sete povoados.

Até então, a partir da ocupação, habitavam na região índios, fazendeiros e caboclos. “A população que sucedeu a indígena e miscigenou-se a esta, foi a dos luso-brasileiros, mais conhecidos como caboclos, cuja principal atividade era da agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropeirismo” (MONDARDO, 2008, p. 06).

A baixa densidade demográfica da região pode ser explicada, segundo Corrêa (1970), pelo fato de que os primeiros habitantes viviam, em grande maioria, da exploração de recursos naturais, como a extração da erva-mate na faixa de fronteira. Aliás, nesse período, tanto a atividade produtiva de extração quanto as condições de vida das pessoas eram primitivas, além de serem “dependentes de centros externos até mesmo para alguns serviços de uso corrente, como ocorria na fronteira onde as crianças brasileiras frequentavam as escolas argentinas” (CORRÊA, 1970, p. 92).

Apesar da extração de erva-mate ter sido uma das principais atividades econômicas da região até a década de 1930, essa não contribuiu para o povoamento, segundo Padis (1981), por dois motivos: por ser uma atividade sazonal, necessitando de mão-de-obra somente em alguns

meses do ano e pelo fato de a erva-mate não ser um produto de primeira necessidade, assim seu consumo não aumentava conforme aumentava a população geral.

Essa economia trazia como resultado a falta de incentivos em estradas e recursos, pois eram realizadas em áreas rurais e não exigiam muitos investimentos, pois até a primeira metade do século XX, o mate era transportado tanto para a Argentina quanto para a região dos campos, por tropas de mula. Assim, essa atividade não requisitou um incentivo a uma estrutura viária, o que de certa forma, dificultou fluxos migratórios (KRUGER, 2004).

Outra atividade econômica que se destacou no Sudoeste, na primeira metade do século XX, foi a criação de suínos.

A criação de porcos era realizada em sistemas os mais primitivos. De um lado dominava a criação de porcos soltos no mato – a criação do porco “alçado” – alimentados exclusivamente daquilo que a vegetação fornecia, sobretudo de frutos silvestres tombados ao chão, dos quais o pinhão era o mais alimentício. Neste sistema primitivo, onde o único trato que os suínos recebiam era o sal, os porcos eram criados até atingirem algumas dezenas de quilos, quando então eram vendidos aos “safristas” que os engordavam, ou, atingindo certo tamanho eram vendidos aos compradores localizados em União da Vitória [...] O sistema de “safra” constituía a segunda etapa da criação de suínos. O “safrista”, com seus familiares ou com pessoal contratado, embrenhava-se na mata onde abria uma clareira com 10, 25, 50 ou mesmo mais de 100 hectares, aí plantando o milho a partir de agosto. Em meados do ano seguinte os porcos eram soltos no milharal sendo parcialmente engordados. Eram então tocados a pé até União da Vitória, Guarapuava, Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva, onde eram negociados nos açougues, com comerciantes, ou com os compradores dos frigoríficos ou então vendidos a outros “safristas” que acabavam de os engordar (CORRÊA, 1970, p. 92-3).

Entretanto essa economia em pouco tempo enfrentou o problema de escassez de terras a partir de um fluxo mais extenso de povoamento.

Ocorre que essa atividade, nos moldes em que era praticada, necessitava de amplas áreas – 1 cabeça para 5 hectares de mato no sistema de “porco alçado”, e 4 cabeças por hectare de milho no sistema de “safra” [...] – não podendo coexistir com uma intensa ocupação do solo. Ela é, pois, uma atividade de áreas de muito baixa densidade demográfica, e à medida que o povoamento com colonos progredia, essa atividade afastava-se para áreas mais remotas (CORRÊA, 1970, p. 93).

Esse tipo de pecuária recebe grande estímulo, inclusive na região, no final dos anos 1920, quando o país, encontrando-se em grande crise, foi obrigado a substituir boa parte das importações, incluindo a gordura animal. Essa política também vai atingir a região sudoeste, que vai contribuir através da criação dos suínos com a alternativa às importações.

Pelo fato de ter a economia brasileira nascido, historicamente, do comércio exterior, toda a produção nacional voltada para o consumo interno (produtivo ou improdutivo, isto é, consumo e inversão) pode ser conceituada como substituição de importações (RANGEL, 2004, p. 43-4).

Ainda segundo Rangel, quando é necessária uma política de substituição de produtos importados, desencadeia-se um processo de incentivo à industrialização; entretanto, quando essa substituição se faz através de uma economia de organização primitiva ligada ao meio natural, ocorre uma “agrarização”, o que resulta na permanência da população no campo.

Nesse sentido, na região sudoeste do Paraná diante do período de extração da erva-mate e criação de suínos, ocorreu o que Rangel chama de agrarização, pois não houve incentivo de industrializar a região e de implantação de estradas, o que obstaculizou um povoamento efetivo e intenso até a década de 1930.

Assim,

A ocupação destes campos está diretamente ligada ao desenvolvimento das forças produtivas e do desenvolvimento lento e gradual do capitalismo agrário. O que caracterizou a ocupação desses campos foi a instalação de grandes propriedades e poucos proprietários, com povoamento escasso e numa segmentação vertical, onde o contato e a mediação da população dependente com a sociedade era feita pela fração superior da hierarquia social, na figura de grande propriedade (RENK, 1991, p. 28)

Desta forma, a ocupação humana do território foi determinada pela ocupação econômica capitalista, caracterizando-se pelos processos de desenvolvimento econômico da região. Além disso, o capitalismo atuou na desarticulação dos modelos de desenvolvimento que antecederam seu desenvolvimento. Segundo Diel (1995), podemos dividir a ocupação em três frentes: a frente pastoril, a frente extrativista e a frente agrícola.

A frente pastoril desenvolveu-se a partir da decisão de ocupação da região dos Campos de Palmas por D. João VI, pois “a criação de gado e a ocupação dessas terras eram as grandes finalidades políticas e econômicas dessa ocupação” (DIEL, 1995, p.23). Tanto que os fazendeiros da região pouco se interessavam na ocupação das terras que não fossem para a criação de gado. A monocultura da criação de gado se tornou tão forte que havia até uma certa rejeição contra a agricultura. “Era sempre mais fácil e de maior status social tocar uma tropa, ou trabalhar como peão numa fazenda do que aguentar o cabo da enxada ou então a barra do arado” (DIEL, 1995, p. 23).

Não havia preocupação com o abastecimento de produtos agrícolas, tanto que os únicos produtos cultivados na região eram o milho e feijão que vinham do Vale do Iratim, que se localizava a 60km de Palmas. Por isso, “os produtos primários tiveram no início do século

XX preços elevadíssimos na região de Palmas” (DIEL, 1995, p. 24). Em resposta a essa situação de atraso na qual se encontrava Palmas, os fazendeiros alegam que as terras não eram férteis e que os caboclos não prestavam para a produção agrícola.

Entretanto, são vários os motivos pelos quais os fazendeiros dos Campos de Palmas não tinham preocupação em colonizar o território:

- Porque esta ocupação era estratégica para a definição positiva dos limites destas terras tanto em favor do Paraná na questão do Contestado como em favor do Brasil na questão de Palmas;
- Devido a indefinição dos limites, os governos estaduais não investiram na colonização. Somente em 1917, com o fim das intrigas é que os governos dos Estados, financiados pelo capital internacional, investem pesado na colonização;
- O gado era a grande força econômica e encontrava grandes mercados em São Paulo e Minas Gerais, além da geografia favorecer a expansão do gado;
- E por fim, o aspecto humano. Quem ocuparia a região? Os caboclos? Esta não seria uma boa alternativa, pois estes estavam ocupados nas fazendas, transportando e criando gado (DIEL, 1995, p. 24).

Novamente a visão preconceituosa de que os caboclos eram vagabundos se faz presente e se mostra sem fundamentos, pois estes estavam ocupados lidando nas fazendas de gado e na coleta da erva-mate. Thomé (1992, p.20) define muito bem esse sujeito que caracteriza a região sudoeste: “tinha dentro de si o alto sentimento da justiça, do bem, e do coletivismo dos desbravadores e povoadores”, ou seja, o caboclo não ficou alheio ao processo de colonização, mas sim, uma vítima dele.

Quanto a prática da pecuária extensiva, esta tinha muitas dificuldades, como a escassez de força de trabalho, dificuldade de transporte, isolamento e distância para comercialização. Assim, “a pecuária logo deu oportunidade a outras atividades mais lucrativas como o extrativismo da madeira e da erva mate” (CAMPOS, 1987, p. 68), sendo que esta última já havia sido explorada anteriormente na região.

Entretanto, durante seus anos de alta, a pecuária teve forte influência da região, se tornando assim uma frente de ocupação, pois contribuiu no estabelecimento de pessoas na região e na comercialização de produtos extraídos do território, sendo caminho de acesso à ocupação que se deu do Norte para o Sul de forma lenta e significativa.

Já a frente extrativista se caracterizou pela exploração dos recursos naturais regionais, principalmente a madeira e a erva mate, que eram exportados para a Argentina ainda no início da ocupação.

O extrativismo foi desenvolvido pelos três grupos humanos que ocuparam a região: os índios se aproveitaram da caça, da pesca e da erva; os caboclos da abundante erva da região e também da caça e da pesca; os colonos da madeira, da erva e dos alimentos naturais que matavam a fome dos colonos que aqui se estabeleciam em péssimas condições de vida. O pinhão, encontrado em quase todo o território, matou a fome inúmeras vezes de muitos colonos (DIEL, 1995, p. 27).

No início da ocupação, o extrativismo era apenas uma forma de subsistência, pois a precariedade, e até mesmo a falta, de estradas, transportes e comércio dificultaram seu desenvolvimento. Lidar com as dificuldades da mata e com as distâncias era muito desafiador. “A pouca erva e madeira vendida para a Argentina através do Rio Uruguai dava apenas para sobreviver” (CAMPOS, 1987, p. 107). Entretanto, após a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e com a instalação do município de Chapecó em 1917, além do surgimento das balsas, “o extrativismo ganhou corpo e deu início a um processo desenfreado de exploração da madeira” (CAMPOS, 1987, p. 110).

A madeira era comercializada em toras e transportada para a Argentina em balsas durante os períodos de cheias do Rio Uruguai. Porém, com o crescimento dos engenhos de serra tocados a vapor, estes que eram itinerantes para se manterem próximos das matas, iniciou-se um processo de industrialização da madeira, que era transportada até Erval Velho, e posteriormente, via estrada de ferro, chegando a São Paulo de onde era exportada. “O desenvolvimento dos transportes criou condições para o estabelecimento das serrarias fixas, que consumiram com suas serras quase toda a mata da região” (CAMPOS, 1987, p. 111).

Desta forma, o extrativismo foi a frente responsável por mudanças significativas na região, pois possibilitou a concentração de riquezas, a monopolização do comércio, além de criar condições para a industrialização. Também “acentuou a estratificação social o que determinará um novo processo de expropriação e consequente ocupação de novas frentes produtivas” (CAMPOS, 1987, p. 115).

Por fim, a frente agrícola que se inicia a partir da preocupação dos governos estaduais em ocupar o território após a guerra do Contestado de 1916 e a definição dos limites entre Paraná e Santa Catarina em 1917, reintegrou essa região na economia estadual e nacional, pois até então, “a região não possuía uma relação direta com o restante do Estado” (DIEL, 1995, p. 30).

A primeira opção política para a consolidação deste processo foi a criação de novos municípios, tendo por objetivo

[...] atender aos interesses dos colonizadores e dos políticos locais e estaduais, pois abriam espaço para a localização e desenvolvimento das colonizadoras. Os municípios sedimentariam a ocupação econômica e controlariam os impostos, além de controlarem política e ideologicamente os revoltosos remanescentes do Contestado e de outras revoltas (DIEL, 1985, p. 32)

A segunda opção foi trazer para a região os colonos, visando ocupar e dividir as terras, buscando um processo de colonização que promovesse o desenvolvimento e o povoamento da região. “Dá-se início por parte do governo a concessão das terras a serem colonizadas às empresas colonizadoras e a proprietários individuais que tivessem condições de atingir tal objetivo” (DIEL, 1995, p. 33).

Essa ocupação por colonos vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, incentivados pelas promessas de bons preços para as terras adquiridas vão definir de vez a expulsão de índios e caboclos de suas terras. Santos (1969, p. 85) definiu essa situação:

Quando a colonização chegou no Sudoeste, efetivamente iniciou-se um processo de disputa de terra. Os imigrantes chegavam com o objetivo de desbravar e abrir uma propriedade agrícola, de transformar a floresta num campo produtivo, razão de ser do progresso de sua família e de toda a comunidade.

Este processo de colonização se caracteriza pela expropriação dos indígenas e dos caboclos de suas terras, marcando uma nova etapa, a colonização da região, agora já ocupada.

1.2 A colonização oficial da região e a chegada dos migrantes

A região Sudoeste do Paraná teve sua colonização promovida e efetivada pelo Estado, a partir dos anos 40, através de uma aliança entre interesses políticos e econômicos, visando a ocupação da área de fronteira e a acumulação de capital por meio da estruturação e expansão da produção agrícola.

Veronese (1998, p. 45), aponta quatro fatores para o povoamento da região sudoeste do Paraná, são eles:

- a) condições naturais favoráveis ao desenvolvimento de atividades rentáveis;
- b) mercado consumidor nacional para os produtos alimentares;
- c) investidores interessados e em condições de desenvolver as atividades agrícolas de maior viabilidade econômica;
- d) interesse e apoio do Estado em promover o povoamento da região, com base na produção minifundista e policultora que, aparentemente, parece contraditória à lógica que rege o povoamento brasileiro.

Se, em 1930, os processos de industrialização e urbanização geraram no Brasil uma demanda de alimentos e de mão-de-obra, a colonização da região sudoeste paranaense, uma década depois, busca atender essas necessidades através da produção de alimentos em propriedades pequenas de base familiar.

A frente de expansão deste território é marcada por três fases que caracterizam sua territorialidade e identidade. A primeira é um processo mais livre, despreocupado com a propriedade, centrado apenas na ocupação, realizado por indígenas e caboclos. A segunda fase é marcada pela chegada dos migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, nos anos 40, e da instalação das companhias colonizadoras. A terceira fase é a modernização da agricultura com base na institucionalização da renda territorial capitalizada.

Conforme afirma Saquet (2003, p. 139), um território é construído “por um tempo histórico com tempos coexistentes específicos, alguns mais rápidos, porém, predominantemente, podem ser mais lentos, que somente podem ser compreendidos num tempo de longa duração”.

Assim, concorda-se que a absorção dos processos históricos e suas diferenças temporais são essenciais para compreender a constituição de um território, do mesmo modo como o entendimento das relações de poder e das redes. Estas que se estabelecem quanto conexões que marcam e demarcam o território, definidas a partir da imaterialidade e da materialidade que articulam os territórios, por intermediação da comunicação e da circulação, conforme aborda Raffestin (1993). Estes se fazem presentes nos mais diversos arranjos de cada sociedade.

Mas, com a expansão da tecnologia no campo, intensifica-se o processo de mudanças que propicia novos ritmos e formas. Essa modernização provoca transformações que alteram as atividades dos sujeitos deste espaço, unindo-os ao mundo. Raffestin (1993, p. 200) ressalta: “a circulação e a comunicação são as duas faces da mobilidade. Por serem complementares, estão presentes em todas as estratégias que os atores desencadeiam para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias”.

Nesse contexto, a colonização da região Sudoeste do Paraná concretiza a presença de pequenas propriedades familiares, produtoras de alimento, ao mesmo tempo que serve aos interesses de um projeto político de ocupação.

Os primeiros habitantes do sudoeste do Paraná são os indígenas e os caboclos. Segundo Abramovay (1981), estes caboclos migram para a região vindos de três pontos de origem: dos Campos de Palmas, onde as fazendas de gado não têm mais suporte para mão-de-

obra; do Rio Grande do Sul, onde os caboclos perderam as terras para os imigrantes europeus; e das regiões abrangidas pela Guerra do Contestado.

O Sudoeste tinha aproximadamente 0,5 habitantes por quilômetro quadrado. Já em 1940 havia dois habitantes por quilômetro quadrado. Essa população fundamentalmente era constituída por um grupo social denominado de caboclos: “esses pioneiros anônimos eram de origem lusobrasileira, tendo sido genericamente conhecidos como caboclos pela ocupação de colonos que mais tarde ocupou a região”. (CORRÊA, 1970, p. 88).

Esses caboclos viviam com caráter seminômade, praticando a agricultura voltada para a subsistência. Porém, mesmo sendo iniciada por povos indígenas como os Kaingang e por caboclos, a população do sudoeste manteve a configuração básica de dominação e exploração da organização socioeconômica europeia imposta desde a colonização do Brasil (VERONESE, 1998).

Mesmo que caboclos e indígenas consistam em povos distintos, ambos veem na terra um bem precioso onde retiram sua sobrevivência, porém não pode se firmar quanto patrimônio privado. Essa ideia contribuiu para a omissão desse povo em praticamente toda a história da ocupação da região, não sendo considerados pioneiros desta terra. Pois a ideologia da população branca dominante, vista como superior e mais eficaz no trabalho, prevalece. Já os indígenas Kaingang viviam nessa região em condições miseráveis no toldo⁴ de Mangueirinha, lutando pela sobrevivência cultural e biológica. “A caboclada trabalhava para viver e deixar seu semelhante viver também; vivia a liberdade e a simplicidade do índio; amava seu chão e a sua sociedade sem espírito de usura e sem ambição irracional” (FORTES, 1990, p. 42).

Ao se referir aos caboclos, no sudoeste do Paraná, Boneti (2005, p. 110) destaca que “certamente quem vive nesta região há vinte ou trinta anos, sabe testemunhar da presença marcante dos caboclos, dos seus feitos, dos seus traços culturais, da infraestrutura regional começada por eles”.

Desta forma, estes são os primeiros povos a ocupar o Sudoeste do Paraná e, insensatamente, são os esquecidos, quase no anonimato, da história. Atualmente, os indígenas são vistos andando pelas ruas, comercializando seus artesanatos, carregando sua cultura

⁴ Toldos, também conhecido como Reservas Indígenas, são as terras ocupadas pelos índios. Segundo a Constituição Federal, no parágrafo primeiro do artigo 231, estas terras são aquelas “por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. (BRASIL, 1988).

fragmentada pelas cidades, onde são discriminados e excluídos. Já os caboclos estão habitando as periferias das cidades, silenciados.

Esta população cabocla possui inúmeros traços indígenas ancestrais: “estatura mais baixa, cabelos negros, lisos e grossos, cor da pele pardacenta, nariz achatado, cara larga, pouca barba, olhos minúsculos e pés e mãos pequenos” (LUZ, 1952, p. 44), tendo como característica seu falar remorado, sílabas compassadas e voz grossa. O caboclo é capaz de grandes amizades, mas também, quando provocado, nutre profundo ódio, pois tem índole guerreira e forte. Seu perfil pode ser descrito como:

[...] violento e fatalista mas belicoso, serviçal, afeiçoado ao trabalho, em especial às lidas do campo, honesto, bom, hospitaleiro, grave, pouco sentimental, mas amoroso com a família; no exterior um desconfiado, no interior um crédulo; sem grandes alegrias, nem expansividade: um introvertido inteligente mas analfabeto (LUZ, 1952, p. 45).

A população da região em questão é pequena até 1940. De acordo com Corrêa (1970, p. 88), “em 1900, segundo recenseamento daquele ano, a população do vastíssimo Município de Clevelândia, no qual em grande parte se incluí o Sudoeste Paranaense, é pouco superior a 3.000 habitantes”. Que aumenta para 6.000 habitantes em 1920. Já em 1940, havia dois habitantes por quilômetro quadrado, sendo a maioria caboclos.

Para Abramovay (1981), a população cabocla vivia conforme suas condições materiais permitiam. Assim, nesse período, o pequeno grupo tinha sua sobrevivência facilitada, graças às matas que permitiam a caça e a coleta. E quando as condições se esgotavam em determinado espaço, optavam pela busca de novas terras, onde utilizavam suas técnicas rudimentares para se estabelecerem. De fato, o caráter itinerante da vida do caboclo não exigia muitas estruturas para se fixar em algum lugar, sendo fácil a locomoção sem requerer à fixação.

As atividades desenvolvidas pelos caboclos são multiformes.

No trabalho ele é roceiro, o derrubador, o ervateiro, o caçador, o tropeiro de gado e de cargueiro, o domador, etc. A atividade de lavrador é a menos importante. Planta pouco, quase só para o consumo próprio: milho, feijão, trigo, batata, aipim e uma espécie de abóbora chamada moranga. As suas lavouras são às margens dos rios. As árvores frutíferas europeias não recebem nem um cuidado (DIEL, 1995, p. 52).

Comum entre os caboclos era o uso do fogo quanto ação de “limpeza”, as chamadas queimadas, que facilitavam o trabalho para a abertura de campos para plantações. Abramovay aborda uma entrevista de um caboclo que relata esta produção.

Então quando você falava em se plantar aqui no Paraná, se plantava duas quadras de feijão pra nós é um absurdo. A gente costumava plantar aos quilos. Se plantava muitas vezes um quilo de milho, litro, como se dizia naquele tempo, se plantava um litro de milho, um canecão de amendoim, mais um canecão de arroz, era a safra as veiz pra oito, dez famílias pra comer (1981, p. 16).

Para o autor, o caboclo não precisou se preocupar com a questão da terra, pois para ele o que importava era a utilização dos recursos disponíveis em quantidade suficiente para sobrevivência com o menor trabalho. Entretanto, com o aumento da população, esta organização e condições desaparecem.

Eram os pobres do sertão. Possuíam 5, 6 ou 8 alqueires de posse. Viviam em ranchinhos de pequenos troncos cobertos de folhas de bambu. Quando possuíam algumas madeiras industrializadas em suas construções, eram lascas de pinheiros que sobraram das serrarias. A casa ou o rancho estavam quase sempre desprovidos de assoalho. Um fator de distinção social era ter um cavalo encilhado, roupa para vestir no domingo, facão e duas pistolas na cintura (THOMÉ, 1992, p. 30).

Eram símbolos de luxo para o caboclo o cavalo e a arma, tanto que por mais pobre que fosse, ele possuía esses respectivos utensílios. Eram esses caboclos pobres que representavam a maior parte dos habitantes da região. Wenceslau Breves, membro da Comissão Técnica Discriminadora de Terras, descreveu, no período que passou pela região, o estilo de vida do caboclo:

O sistema de trabalho destes caboclos era o mais atrasado. Basta que se diga que os agricultores não conheciam o uso dessa antiquíssima ferramenta agrícola que se chama enxada. Faziam suas roças apenas com foice, machado e fogo [...]. Feita a plantação, cujas covas eram abertas com a ponta da foice ou com uma cavadeira de madeira, a roça não era capinada. A terra virgem e forte fazia com que o milho e o feijão crescessem mais depressa que o mato [...] A maior parte desses caboclos tinham os seus ranchos em lugares já devastados, transformados em campinas. Mas iam fazer suas roças à beira de alguma sanga ou rio a léguas de distância. Isto para não serem obrigados a fazerem cercas e poderem ter seu cavalo e sua vaca (quando tinham) perto de casa. Isto fazia que a moradia de um caboclo fosse uma desolação: nem um pé de milho em torno, nem uma árvore frutífera, nem um pé de couve. As vezes algumas galinhas e alguns porcos soltos [...]. Na época de fazer as plantações, os caboclos iam para a roça no começo da semana e voltavam às sextas feiras. Colhidas as roças o milho e o feijão eram depositados no paiol, dentro da roça [...]. A roça distante e no meio da mata, ficava livre e abrigada, dispensado cercas e o cavalo e a vaca soltos perto de casa [...]. O rancho deste era, extremamente uma desolação. E internamente também. Feito todo de pinho lascado, desde a parede até a cobertura, o vento penetrava nele a vontade. Geralmente só a sala era espaçosa: para a visita, para os bailes e também por que ali eles guardavam o que tinham de mais precioso: os arreios, a cangalha. Tudo isto era pendurado em tarugos de madeira nas paredes. Os pelegos guardavam na alcova, formando cama. A alimentação destes caboclos era a mais primitiva possível: feijão, farinha de milho branco feito em monjolo e canjiquinha de milho para substituir o arroz. Nem sempre

o feijão era feito com tocinho ou banha. Verduras, nada [...] os mais remediados que possuíam uma vaca tinham leite e coalhada (BREVES, 1985, p. 21-25).

A simplicidade era uma característica típica do caboclo, deixando alguns detalhes, pouco se distinguiram dos indígenas, com o quais mantinham relações amistosas, inclusive se apoiavam diante das frentes de ocupação. “Inúmeros foram os caboclos que se abrigaram junto às reservas indígenas com a expansão da colonização” (DIEL, 1995, p. 54).

Segundo Boneti (2005), os caboclos viviam da extração de erva-mate, de peles de animais e da criação de suínos, comercializando-os com a Argentina, enquanto dos argentinos vinham produtos como tecidos, querosene, sal, etc. O comércio era realizado através de picadas, pois as estradas surgem anos mais tarde no Sudoeste.

Porém, esse comércio estabelecido não era contínuo nem sistemático, pois os caboclos não produziam visando a troca, mas sim o atendimento às necessidades básicas de sobrevivência. Obviamente, existiram caboclos que estabeleceram uma ligação afetiva com o comércio e se capitalizaram. Como explica Abramovay (1981), há os caboclos com melhores condições financeira, que desenvolvem um comércio de suínos regular, que ficaram conhecidos como “safristas”.

No período entre as safras, se dedicavam à lavoura e aos animais para a subsistência. “Eles dividiam sua área em terra de plantar e terra de criar” (RENK, 1997, p. 192). As terras de plantar se localizavam próximo dos cursos da água e distante de casa, enquanto as terras de criar ficavam próximas da casa e serviam aos animais domésticos como bovinos, galinhas e porcos. “A dinâmica era animais soltos e roças protegidas, distantes de casa. Este método fazia o caboclo perder tempo, pois as roças estavam a léguas de distâncias” (DIEL, 1995, p. 55).

Já Boneti (2005) defende que é a partir do comércio de couro e de erva mate que os caboclos se capitalizam, para depois investir na criação de suínos no mato. E é esta atividade que se tornou a principal economia do sudoeste nos anos 60, da qual deriva as safras, uma forma de comercialização especial, que insere o caboclo no mercado quanto produtor e consumidor.

Denominou-se safra na região, o processo de engorda de suínos criados soltos no mato, em mangueirão ou no meio de uma lavoura de milho. O safrista, graças ao seu capital disponível, adquiria de seus vizinhos suínos magros e os juntava para engordar. No final da engorda, transportava-os a pé, pelas picadas no mato, os “enhotando”, o que se denomina de “tropas”. [...] O que chama a atenção é o comércio gerado a partir desta produção e a capitalização interna a partir deste comércio (BONETI, 2005, p. 111).

Assim, este método de criação de porcos melhorou a renda, principalmente por conta das dificuldades encontradas diante das péssimas condições de transporte. Entretanto, mesmo com esse comércio introdutório, não se aprimora uma infraestrutura de circulação e comunicação, mantendo a população privada, de certa forma, de se comunicar com outras regiões.

As primeiras estradas, como lembra Paula (1983), são construídas a partir de 1950, após a chegada dos migrantes oriundos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A escala de valores que caracterizava o comportamento nômade da população que habitava o Sudoeste era sustentada também pela condição de isolamento econômico em que essa se encontrava. O nível de atividade não requeria a implantação de infraestrutura de transporte devido ao seu baixo grau de mercantilização, apesar dos povoados já estabelecidos em alguns pontos da região, como Chopinzinho, Santo Antônio do Sudoeste, Pato Branco, além de outros de menor importância. Mesmo que a criação representasse um cunho mercantil no interior da região, ela não atraiu a totalidade dos habitantes e nem se estendeu às demais atividades. Havia um hiato entre a base social e os agentes comerciais que transportavam os poucos produtos para fora da região. Portanto, nem o produtor se envolveu com o mercado e nem os agentes comerciais atingiram o produtor de forma a converter o seu processo produtivo no primeiro elo da circulação de mercadorias (PAULA, 1983, p. 38).

Desta forma, os caboclos, mesmo que isolados, estão inseridos em uma conjuntura nacional de sistematização do setor agrário. Este se estabelece como um conflito lento e gradual entre os colonos e os caboclos, que consiste na expulsão gradativa dos caboclos de suas áreas, e sua integração ao processo produtivo de capital privado é forçada. Com a Lei de Terras de 1850, para se adquirir uma parcela de terra, é necessário pagar por ela, e isso faz com que muitos sujeitos sejam excluídos e obrigados a ir em busca de novos espaços para constituir um novo território, deixando-os à margem.

Pois os caboclos estavam isolados do fluxo monetário sem condições de comprar terras. Poucos dos caboclos se tornaram proprietários. Além disso, sua formação histórica lhes deu hábitos pouco sedentários, não praticando cultivos sucessivos nas mesmas áreas. Muitos preferiram migrar para novos locais desocupados longe dos colonos, onde pudessem reproduzir seu velho estilo de vida, em locais onde a propriedade privada ainda não tivesse chegado, da mesma maneira que não a levavam pra lá em sua bagagem ideológica (CAMPOS, 1987, p. 93).

Logo, esses trabalhadores que ocupavam a terra há quase meio século não tinham a propriedade da mesma, já que neste caso prevaleceu o direito da propriedade e não o da posse. Esses ainda viviam o conflito representado pela guerra do Contestado, onde o poder militar do governo e a força política e econômica da burguesia emergente se dispõem a eliminar a força

humana resistente dos caboclos. Era preciso eliminar ou ao menos dispersar os caboclos para a consolidação da colonização. Assim, para a colonização funcionar era necessário fazer a limpeza da área, garantindo aos colonos esse direito. Sobre isso, Veronese (1998, p. 43) afirma que

[...] na região de Palmas a colonização promovida com base na prática da pecuária extensiva não incorporava a mão-de-obra que aumentava com o crescimento vegetativo da população. Os posseiros existentes na região do Contestado defrontavam-se, por sua vez, com a violência dos grandes grupos econômicos encarregados de promover a colonização das terras situadas na bacia do vale do rio do Peixe. Do Rio Grande do Sul, por outro lado, saíram os caboclos que foram sendo expulsos de seus locais de origem pela colonização promovida com base na inauguração europeia.

Com os migrantes oriundos do Rio Grande do Sul, “(...) o tamanho médio da propriedade agrícola girava em torno de sessenta hectares” (PADIS, 1981, p. 60). Essas levas populacionais de migrantes do sul do país modificaram a organização social da região. Nas primeiras décadas não houve o uso da força como prática comum para a desocupação da área, já que o tamanho das áreas livres permitia aos caboclos se localizarem mais à frente, em outra área distante do colono.

A relação entre caboclo-colono diante da compreensão do espaço e da terra é distinta. Enquanto os “migrantes normalmente de origem europeia, imbuídos de uma racionalidade utilitarista, tinham como meta a acumulação e a consolidação da propriedade privada” (BONETI, 1998, p. 92), o caboclo não tinha esta racionalidade utilitária, nem tinha como meta a acumulação e a organização da propriedade privada da terra.

As práticas com relação à terra e do encontro colono-caboclo somam-se a outros elementos para a nossa compreensão da relação desses sujeitos com o espaço colonial. O caboclo mantinha outra relação com a terra. Não era um sedentário completo. Ele mantinha uma relação sempre provisória com a terra que ocupava. Estabelecia através de suas necessidades um movimento de constante, mesmo que intermitente de remigração. (PASSOS, 2009, p. 28).

O caboclo mantinha uma ligação provisória com a terra ocupada, estabelecida pelas suas necessidades, tendo um “desprendimento” em relação a terra, pois mantinha-se num movimento constante. Desta forma, a desocupação se dava pela própria aquisição ou troca, com valores ínfimos pagos aos caboclos, como por um cavalo, revólver ou qualquer outro utensílio que tivesse algum valor de uso nas matas.

Na região Sudoeste, o caboclo posseiro vendia a sua terra ao migrante vindo do Sul. A negociação nem sempre ocorria com dinheiro, aceitava-se no negócio desde um cavalo velho e doente, armas, até escova de dente ou qualquer outra quinquilharia. Em seguida, o caboclo mudava para outra região ou para um pouco mais distante da qual estava, e se apossava de nova propriedade (BOCCHESI, 2004, p. 48)

Os caboclos praticavam exclusivamente uma agricultura de subsistência, “esse sistema de produção cabocla, que privilegiava o estritamente necessário à sobrevivência” (BONETTI, 1998, p. 99). É interessante destacarmos que o termo caboclo no discurso regional não se refere exclusivamente a um grupo social, nem diz respeito, a um grupo étnico, mas é uma denominação dada pelos migrantes, não sendo uma autodenominação. É importante frisar que uma das características econômicas própria do caboclo é o pensamento de que a propriedade não é somente um regime parcelar da terra. Pois,

[...] fixar-se num lugar só seria, para o caboclo, aceitar uma queda na produtividade de seu trabalho quando nenhum tipo de pressão e obrigava a tal. Enquanto ele tem a mata pela frente, seria economicamente irracional que ele deixasse de cultivar na floresta virgem (ABRAMOVAY, 1981, p. 34).

A figura do caboclo na região ameniza o migrante com descendência europeia, que ao chegar se depara com um lugar organizado, pronto para se instalar e construir sua propriedade. Abramovay (1981) retrata que o fim da economia cabocla simboliza não só a substituição de uma população pela outra, mas a abertura para uma nova forma de conceber a posse de terra e de produzir nela, ou seja, uma transição cultural e étnica. Assim, inicia-se a construção da região sudoeste, pois os grupos sociais delimitam, circunscrevem o território por eles ocupado, numa tentativa de afirmar sua identidade (BUHRER-THIERRY, 2012).

Os caboclos diante dessas frentes imigratórias,

[...] passaram a sofrer sério estrangulamento e cruel flagelação econômica, em virtude da sua boa fé, de sua simplicidade de iletradas e por que lhes faltou uma orientação social honesta dos agentes governamentais, a que tinham direito, para se defenderem da voracidade gananciosa, que surgiu avassaladora, desumana, cínica e até usurpadora em alguns casos referentes a transações com terra (FORTES, 1990, p. 43).

Conforme se estabelecem os migrantes catarinenses e rio-grandenses no sudoeste, os caboclos abrem novas áreas e trocam as que estavam com os migrantes. O que vai resultar, posteriormente, na desagregação da economia cabocla, pois a terra passa a ser produtora de mercadorias, e não mais um mero meio de sobrevivência.

Os caboclos, pelo seu caráter nômade, mantinham num sistema de propriedade rudimentar... Esse aspecto fazia com que os caboclos fossem denominados, pelos migrantes, como “fazedores de posses”. Isso porque, segundo os migrantes, eles definiam a posse apenas instituindo limites de propriedade, construíam uma infraestrutura mínima e precária, depois a vendiam e continuava a caminhada mais para dentro da mata [...]. A chegada das relações mercantilistas de produção sempre representou um fator de expulsão dos caboclos de sua região (BONETTI, 1998, p. 99).

As atividades valorizadas pelos caboclos estavam sempre ligadas a mobilidades: curar animais, conduzir tropas, domar, colher, etc., além de comercializarem “charque, farinha de biju, toucinho, porco e compravam sal, açúcar, querosene, pólvora, chumbo, caixas de bala, tecidos” (LAZIER, 1998, p. 30). E desprezavam atividades ligadas ao imobilismo que exigissem a fixação na terra, como a lavoura, a indústria e o artesanato. “O etnocentrismo dos imigrantes via a organização social do trabalho como inadequada” (RENK, 1997, p. 204). Para os colonos, a lavoura longe de casa era “perda de tempo”, julgando esse método como a grande culpada da pobreza dos caboclos. “A pobreza era decorrente do desinteresse no acúmulo dos bens materiais e no desapego à terra” (DIEL, 1995, p. 57).

Os caboclos preferiam o intrusamento das terras, por várias razões: porque não pensavam em ser proprietários; não pagariam impostos; não tinham obrigação de fazer casa boa, uma vez que a passagem do ocupante na área era apontada como transitória e naturalizada (RENK, 1997, p. 204).

A introdução de um novo processo produtivo a partir da chegada dos colonos oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina criou uma situação insustentável, tanto para os indígenas quanto para o caboclo, pois o modo de vida deste povo é diretamente afetado.

Esta compreensão cria incompatibilidade frente ao projeto colonizador. Ao governo não interessavam os caboclos, pois não pagavam impostos e não produziam excedentes. Também aos colonos era incompatível esse modelo de produção, pois o sistema de criar solto do caboclo inviabilizava suas roças. O sistema do colono é bem diferente, ou seja, criar fechado para liberar e expandir as roças (DIEL, 1995, p. 58).

Para os caboclos, as terras sempre foram abundantes e sem concorrência, não a viam como mercadoria nem como patrimônio monetário. “Os caboclos achavam que as terras eram do estado ou do Brasil, o que lhes dava o direito de utilizarem a terra sem problema algum” (DIEL, 1995, p. 58). Porém, essa visão muda com a chegada dos colonos, que deixaram a terra escassa e cara. A desintegração dos valores nativos não se dá apenas pelo processo produtivo, mas também no âmbito cultural e religioso. A chegada dos migrantes ainda sufoca toda a

organização que os caboclos tinham, pois se estabelece uma produção mercantil, cuja terra é o meio fundamental.

Pois, no que tange aos interesses estratégicos de defesa do Estado brasileiro, as características econômicas e culturais do indígena e do caboclo na região, não cumpriram o papel geopolítico de contenção de um possível avanço argentino no Sudoeste do Paraná. Essa preocupação com as áreas de fronteiras se tornam mais evidentes a partir de 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, que organiza um governo com característica centralizadora, e principalmente de preocupação com as áreas fronteiriças de baixa densidade demográfica.

Nessa perspectiva que o governo Vargas, durante o ápice da centralização política administrativa de seu governo, vai criar uma política de colonização para o Sudoeste do Paraná, até então, considerada uma região de segurança nacional devido sua proximidade com a Argentina. A política nomeada Marcha para o Oeste visou incentivar e deslocar para a região um fluxo migratório intenso de migrantes sulistas, a fim de fixar-se e “civilizar” a região. Desta forma, o Sudoeste paranaense até então constituído em uma área ocupada por grupos sem limites oficiais construídos pelo homem político, ato que contrastava com os interesses do Estado, que o considerava uma zona de sombra na fronteira nacional, passou a ser organizado por este.

A “Marcha para Oeste” constituiu-se na primeira política efetiva dos governos Federal e Estadual, no sentido de integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econômica. Essa política conjunta tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para novas regiões férteis incrementando a agricultura extensiva com o intuito de iniciar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos do país, em grande expansão (CARNEIRO, 1981, p. 6-7).

No início do século XX, a geopolítica brasileira foi influenciada intensamente por concepções do determinismo geográfico alemão de Ratzel, que compreendia o Estado como um organismo biológico com necessidade de crescimento. Isso fica nítido nos pensamentos apresentados pelos pensadores da geopolítica nacional.

A influência de Ratzel é visível em todos eles, mas nem sempre as concepções de espaço, posição e poder daquele autor são interpretadas à mesma luz pelos estudiosos nacionais. A utilização desses elementos, porém, é fato perfeitamente compreensível, porque o país, situando-se entre os maiores possuidores de massas terrestres necessariamente teria que ver seu espaço e sua posição geográfica considerados por quem quer se dispusesse a estudá-lo, independentemente de ter ou não lido Ratzel ou Mackinder (MIYAMOTO, 1995, p. 46).

Desta forma, para os geopolíticos da época, a República em sua forma de descentralização administrativa política trazia por consequência a instabilidade política, por isso, o Brasil deveria ser conduzido através de um poder centralizado. Com a posse de Vargas, em 1930, vários espaços do território não estavam devidamente ocupados para a integração nacional, principalmente as regiões de fronteira. Entre essas regiões estava o Sudoeste do Paraná, onde através da promoção e efetivação do Estado especialmente no final dos anos 1940 e início dos anos 1950, por meio de uma aliança entre interesses econômicos e políticos a partir da instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), na região da Vila Marrecas, atual sede do município de Francisco Beltrão, podendo-se afirmar ser esta política influenciada pelo determinismo de Ratzel. Pois,

A posição geográfica do Sudoeste paranaense tem importância estratégica do ponto de vista de Segurança Nacional, pois abrange uma área de fronteira com dois países, divisa com a Argentina e proximidade com o Paraguai. Essa preocupação com segurança cresce de importância à medida que considerarmos tratar-se de fronteira seca, onde o marco divisório resume-se a estradas, propriedades particulares que, com facilidade, se não eficazmente vigiados e patrulhados, servirão de rotas de tráfico, contrabando e corredores de infiltração suscetíveis à invasão em caso de conflito internacional. (ZATTA, 2009, p. 30).

Fica evidente a preocupação do governo federal em ocupar esta área o quanto antes, embasando-se na “superioridade” do migrante em relação ao indígena e ao caboclo que habitavam o Sudoeste o Paraná. Nesse sentido, compreendia o Estado que era preciso fortalecer a unidade nacional.

Pelo Decreto nº 3059, de 14 de fevereiro de 1943, o governo federal criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO (LAZIER, 1998). Tendo como objetivo a fixação de proprietários cidadãos aptos para exercer o trabalho agrícola nessa região fronteiriça, que estava despovoada, e, por consequência, desprotegida. Para cumprir com esse objetivo, promoveu-se a vinda de famílias provenientes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que eram em grande maioria pequenos agricultores. Destaca-se na região sudoeste, segundo Correa (1970), os migrantes oriundos dos Campos de Palmas, do Oeste Catarinense, do Vale do Peixe (região de Joaçaba) e da região de Erechim, Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Palmeira das Missões.

De acordo Gomes, constava no Decreto de criação da CANGO:

[...] fica criada a Colônia Agrícola Nacional “General Osório”, no Estado do Paraná, na faixa de 60 quilômetros de fronteira, na região de Barracão, Santo Antônio, em terras a serem demarcadas pela divisão de terras e colonização [...] A área a ser demarcada não será inferior a 3.000 hectares (GOMES, 1987, p. 160).

No Estado do Paraná foram demarcados em torno de 300 mil hectares destinados a migrantes provenientes dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Porém, como a propriedade das terras da região estava sub judice os colonos não recebiam o título de proprietários, sendo apenas posseiros.

No que se refere à ocupação do sudoeste Martins ressalta que:

Presidente Vargas em 12 de março de 1943, com o objetivo de promover a ocupação física da rica e extensa faixa de nossa fronteira, fixando nela, inicialmente, reservistas que haviam sido deslocados de seus afazeres rurais para prestação do serviço militar obrigatório e, posteriormente, outras famílias brasileiras que se comprometiam a observar as diretrizes emanadas do Departamento Nacional de Produção Vegetal (MARTINS, 1986, p. 26).

Entretanto, somente

A partir de 1940 Vargas estabeleceu para diversas regiões do país uma política de governo que objetivava aprimorar a produção agrícola. Como estratégia organizacional criou sete colônias Agrícolas Nacionais. Esta espécie de “granjas-modelo” tinha como finalidade a colonização e ocupação de “espaços vitais” ainda inabitados. Tal política de interiorização tornou-se conhecida como “Marcha para o Oeste” e essas áreas ocupadas chegaram a ser conhecida como Nova Califórnia, uma comparação com o modelo norte americano. (ZATTA, 2009, p. 24).

A importância estratégica da criação da CANGO nesta área de fronteira com a Argentina, conforme destaca Vannini:

A colônia Agrícola (CANGO) projetada para assentar os colonos foi a grande responsável pelo empreendimento colonizador, representou a ação da política nacional de ocupação das fronteiras e forneceu a infra-estrutura básica para o assentamento dos colonizadores. (VANNINI, 2007, p. 26).

Em um primeiro momento a administração da CANGO, teve sua instalação temporária em Pato Branco em 1944, e apenas em 1948, tem sua instalação efetiva na Vila Marrecas, onde fica atualmente a cidade de Francisco Beltrão. A CANGO passa assim em seus primeiros anos a fomentar nos migrantes o sonho de produção e progresso, através da doação de terras, sementes entre outros produtos.

Com essa política de imigração, o Brasil recebe diversas identidades diferentes coletivas, que são vistas por alguns como uma construção da identidade nacional brasileira

que se buscava formar nesse período. Mas o ideal por trás da imigração estava centrado na colonização das terras do governo, por famílias brancas, que reproduziram pequenas propriedades agrícolas, visando aumentar a produção de alimentos do país. (SEYFERT, 2000).

O processo migratório é um movimento da população em busca de melhores condições de vida. Com a implantação das relações capitalistas de produção, este processo ganha contornos bem definidos, pois o caráter de acumulação e estratificação colocará em movimento a massa sobrando que será aproveitada em outra região. Este fato é bem característico deste modelo de produção que, através da expropriação, da subordinação e da exploração, determina os movimentos e a dependência do povo (DIEL, 1995, p. 46).

Por isso, a migração não é um fenômeno voluntário, mas sim uma necessidade, que força a ocupação das novas frentes de expansão e explora a mão-de-obra livre na indústria, ou então, a subordina com a integração na agroindústria.

Desta política, destaca-se no Paraná uma colonização traçada em modelos empresariais, pelas ideias empreendedoristas dos migrantes rio-grandenses e catarinenses, que passam a ser conhecidos como colonos modelos, por produzirem grãos com um sistema altamente tecnológico, contrastando com os caboclos que produziam com técnicas rudimentares.

A chegada destes imigrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina se deve a vários fatores. “Primeiramente, pelo fim das frentes de expansão em seus estados, e em segundo lugar, está diretamente ligada à diminuição das áreas de terras vendidas pelas colonizadoras aos colonos” (DIEL, 1995, p. 46). O desenvolvimento de forças produtivas nestes estados absorvia o excedente rural, criando uma migração rural-urbana; por outro lado, com o surgimento de técnicas de produção, sobram trabalhadores, dos quais poucos conseguiam se inserir no pequeno desenvolvimento industrial.

Diante desta realidade, estes decidiam por migrar, porém esta não é uma decisão fácil, pois é uma imposição indesejada e necessária. “A decisão pela migração obedece antes de tudo uma pressão econômica dada pela impossibilidade do pequeno produtor se reproduzir enquanto tal na região de origem” (CAMPOS, 1987, p. 104).

As primeiras famílias que se estabeleceram na região, em grande maioria, eram pouco capitalizadas, tanto que transportavam suas poucas posses em carroças. Essas famílias recebiam da CANGO um pequeno lote de terra, de tamanho entre 19 a 29 hectares, com casa, sementes, ferramentas de uso agrícola e assistência médica. (FERES, 1990).

Para Velho (2009), mesmo Getúlio Vargas sendo descendente de uma família com grandes posses de terras no sul do país, abordava em seus discursos uma fala negativa sobre o latifúndio, alegando que este é pouco produtivo. Em oposição, defendia a produção em pequenas propriedades, vendo esta como mais positiva para produção de riquezas. Desta forma, a CANGO, criada por Vargas em 1943, coloca em prática este seu pensamento, ao ocupar toda a faixa de terras na fronteira dividida em pequenos lotes dos pequenos agricultores, agregando todo esse território no conhecido Território Federal do Iguaçu.

Essa política de colonização atraiu muitos agricultores catarinenses e gaúchos, e, desse modo, no início dos anos 1950, grande parte dos lotes do Sudoeste já haviam sido comercializados. Assim,

Em 1949 o saldo migratório era desfavorável ao Rio Grande do Sul em cerca de 155.746 pessoas (...) muitos pequenos proprietários (...) venderam seus lotes coloniais e se deslocaram em direção ao Sudoeste do Paraná para reproduzir, nesse Estado, uma economia camponesa semelhante à gaúcha, porém em terras mais férteis e mais próximas do Centro do país, conquistando parte do mercado nacional no momento seguinte (FERES, 1990, p. 499).

Vale ressaltar que toda essa ocupação por parte dos migrantes ocorreu sem nenhuma resistência diante dos caboclos que habitavam a região, pois ao chegarem no Sudoeste os migrantes “empurram” os caboclos para áreas mais interioranas, criando comunidades étnicas isoladas (SEYFERT, 2000). Após a chegada das colonizadoras, a compra é o único meio de aquisição da terra, dando direito de acesso a ela, tornando assim o caboclo o deserdado. A apropriação das terras, as cercas e o poder instituído deram fim à tradicional forma de vida do caboclo.

Esta ocupação definirá a colonização da região:

A colonização do Sudoeste levou para a região o sistema de competição e de busca de lucro. Não interessava que os caboclos haviam sido responsáveis pelo desbravamento inicial do território. A preocupação agora era explorar os recursos florestais: era cultivai o solo agressivamente” (SANTOS, 1977, p. 106).

Desta forma, o processo produtivo capitalista impõe um ritmo econômico, cultural e social que gradativamente vai destruindo o mundo caboclo. Tanto que o fluxo migratório se tornou cada vez mais intenso. Conforme afirma Abramovay (1981, p. 23), "a atual população do Sudoeste Paranaense foi formada num êxodo que, vindo de Santa Catarina e, sobretudo do Rio Grande do Sul atingia entre 1952 e 1955: 30 a 40 mudanças por dia".

Portanto, entre 1950 e 1960, o movimento migratório do Sudoeste paranaense só aumentava diante da escassez de terras que o Rio Grande do Sul enfrentava, fazendo com que os rio-grandenses vendessem suas terras e se aventurassem a se estabelecer em outra fronteira. Um exemplo desse intenso fluxo é a cidade de Francisco Beltrão, sede da CANGO, que em 1948 contabilizava uma população de 2.529 habitantes, em 1950, dois anos depois, já contava com 7.147 pessoas, tendo um fluxo de migrantes maior que a capacidade de atendimento da CANGO. (FERES, 1990).

Paralelo a isto, é interessante observarmos que ao longo do Estado Novo, a centralização política varguista se caracteriza por estratégias de nacionalização das fronteiras. Outro exemplo desta política, desta nacionalização, é a criação do Estado Federal do Iguacu, que assim como a CANGO, fora motivado pela forte influência geopolítica. Pois, para o governo federal, embasado nos aspectos geopolíticos, o indígena e caboclo não cumpriram função estratégica de defesa nacional e nem eram vistos como promotores de desenvolvimento econômico. Segundo Lopes

A criação do território federal, no interesse da defesa nacional, está em correspondência com a necessidade de atender a situações relacionadas com a defesa externa, promover o desenvolvimento econômico e a integração do todo nacional, bem como em socorrer as graves deficiências econômicas e sociais das chamadas áreas problemáticas sujeitas a certa vulnerabilidade do ponto de vista da segurança interna ou externa (LOPES, 2002, p. 26).

Amparados na constituição de 1937, os Territórios Federais foram criados e implantados pelo Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, como precursores de desenvolvimento regional e asseguradores da segurança nacional. Foram uma maneira prática de alinhar àquelas regiões ainda pouco povoadas, cujas faixas de fronteiras representavam vulnerabilidade em termos de segurança por estarem inóspitas, desguarnecidas, aos interesses federais, ao mesmo tempo em que se objetivava promover a ocupação e povoamento destas áreas.

Publicado em 1946, o livro *Os Novos Territórios Federais de Marjoso* de Alencar Benevides traz uma abordagem sobre cada um dos cinco Territórios Federais criados em 1943. Sobre o do Iguassú, o autor aborda diversos aspectos, entre eles, geográficos, históricos e relacionados à legislação. Contudo, um fragmento chama atenção: denominado como “elemento alienígena”, o autor considera a presença estrangeira uma das principais características do território. Para ele,

O Território do Iguaçu, é uma das regiões mais cosmopolitas do Brasil. Além dos nacionais e indígenas, vivem outros povos, de nacionalidades estranhas, imigrantes, que, levados pela influência do clima ou pelo fator econômico, abandonaram o seu país de origem a procura de melhores terras onde pudessem estabelecer-se e melhorar de vida [...] São europeus (alemães, polacos, italianos, russos, austríacos, ingleses) e sul americanos (paraguaios e argentinos), principalmente. Embora seja o português a língua oficial, outras são faladas no Território, notadamente o guarani, o castelhano, a alemã e o polonês (BENEVIDES, 1946, p. 227).

O Território Federal do Iguassú é o menor dos cinco criados, com população total aproximada de 100 mil habitantes, correspondendo a 1,63 habitantes por quilômetro quadrado, “menos de 1/451 de toda a população brasileira” (BENEVIDES, 1946, p. 227). Entre as razões que levaram o presidente Getúlio Vargas a criar o território, certamente está do vazio demográfico que a região apresentava. Se, como vimos, a preocupação do governo era com a segurança nacional, conseqüentemente as fronteiras faziam parte desta estratégia de segurança, cujas regiões limítrofes teriam seguramente a tarefa de aumentar a defesa do Brasil. Ainda, a região em análise é limítrofe de dois países, o Paraguai e a República Argentina. Não é de causar surpresa a criação do Território Federal nesta região, dada a peculiaridade que nela encontramos. Além disso, precisamos atentar que estamos no auge da Segunda Guerra Mundial e a República Argentina se manteve em estado de neutralidade no conflito.

Com muitos alemães estabelecidos em seu território, era vista na época, como importante núcleo de articulação nazista na América do Sul. Estes fatos apenas vêm confirmar o discurso varguista quanto à necessidade de resguardar a segurança do País, por meio da proteção de suas fronteiras. Dadas as circunstâncias, acreditamos que dos cinco territórios federais criados, o mais importante em termos estratégicos de segurança tenha sido o do Iguassú, devido à vulnerabilidade de suas fronteiras ao longo da República Argentina, especialmente. Entre as justificativas sobre a criação dos Territórios Federais, está a de que através deles, o Brasil poderia promover a ocupação dos vazios demográficos que as regiões fronteiriças registravam.

Consideração relevante nesse sentido, lemos em Lemiechek: “as regiões tidas como despovoadas ou que não contribuía economicamente de maneira satisfatória, tornaram-se alvo das políticas que garantiriam o pleno desenvolvimento da economia” (LEMIECHEK, 2014, p. 4). A autora menciona ainda a discussão político-ideológica em torno do “Rumo ao Oeste”, numa tentativa de colonização e povoamento do interior do Brasil, processo conhecido na historiografia como “Marcha para o Oeste”. Além de promover a povoação e

ocupação dos espaços vazios, a criação dos territórios era também, na prática, uma forma de garantir a segurança nacional.

Assim, o Território Federal teve significativa importância no sentido de resguardar a fronteira brasileira com a República Argentina, visto a gravidade dos acontecimentos do ano anterior, 1942, com a fuga dos alemães natos (Deuschländer) da Linha Presidente Becker para San Pedro – República Argentina e a articulação da AIB que ocorreu anos antes. Como consequência tem-se o surgimento de denúncias que davam conta do contrabando de armas da República Argentina com a finalidade de “armar” o levante integralista da região para um golpe ao governo, fato que deu origem ao Processo Crime contra Antônio Kliemann e outros, acusados de crime contra a segurança nacional. Com a queda de Vargas em 1945, o Território Federal do Iguassú foi extinto em setembro de 1946. Para Lopes (2002), os Territórios Federais funcionaram basicamente como departamentos do Ministério do Interior, administrados diretamente pelo governo Vargas durante o Estado Novo, marcando o caráter centralizador do período.

Quanto a densidade demográfica do sudoeste do Paraná neste período, em 1950 contabilizava 76.373 habitantes, dez anos depois, em 1960, totalizava 230.379 habitantes, sendo que somente 41% dessa população morava na área urbana. A taxa de crescimento populacional do país neste período era de 3,12%, no estado de 7,23% e só a do Sudoeste alcançou 12,4%. (FERES, 1990, p. 498).

Para se ter noção dessa intensidade, o Sudoeste até 1950 era composto por dois municípios (Mangueirinha e Clevelândia) e dois distritos (Chopinzinho e Pato Branco); em 1960 já são 8 municípios e 7 distritos; e em 1970 são 24 municípios e 3 distritos (FERES, 1990). Através deste crescimento populacional, a região passa a sofrer influências étnicas, culturais e religiosas dos colonos descendentes de europeus que migram para essa região, como alemães, italianos, poloneses, entre outros, enquanto o caboclo tem seus traços culturais e suas práticas sendo diluídos cada vez mais.

Abramovay (1981) aborda uma revolução agrícola nesta região Sudoeste, pois tanto na primeira fase da colonização, que é dirigida pelo Estado, quanto na migração espontânea e intensa dos colonos, o sistema coletivo e livre dos recursos naturais, como era com os caboclos, passa ao regime da propriedade privada e delimitada.

A colonização estabeleceu o rompimento das formas de produção e organização social. A escassez das terras pôs fim à divisão entre terra de criar e terra de plantar. Foi imposta uma imobilidade, que resultou no confinamento e na concentração da população cabocla em áreas acidentadas (DIEL, 1995, p. 61).

A consequência deste processo é a desestruturação do modo de vida anterior à colonização. Após a expropriação da terra, os colonos tentam enquadrar essa população no sistema produtivo capitalista.

Ao caboclo restavam duas saídas: ficar e se adaptar ao processo produtivo colonizador ou fugir para novas frentes. O destino dos expropriados geralmente foi a fuga, seguir adiante em áreas não concorridas, dispersando-se. Outros assumiram os trabalhos assalariados, como o de peão, ou de operário na indústria madeireira, ou trabalhando de empreitada ou por dia (RENK, 1997, p. 228).

As primeiras atividades econômicas destes imigrantes após sua chegada eram limitadas, tendo períodos de bloqueios e lenta expansão. A economia era de subsistência, pois a região ainda era predominantemente matas. Aos poucos se desenvolveu a extração de erva mate e de madeira, ambas comercializadas no mercado Argentino, atividade anteriormente já praticada pelos caboclos. Esse comércio durante as cheias do Rio Uruguai garantiam a sobrevivência e a compra de itens necessários como farinha, sal, pólvora, entre outros.

“A exploração de erva mate teve um crescimento muito grande após a chegada dos imigrantes, que possibilitaram a formação de capitais, inserindo a economia local no círculo de trocas nacionais” (CAMPOS, 1987, p. 112). Com a construção da estrada de ferro e o surgimento de engenhos de serrar, a madeira encontrou bons mercados, sendo vendida para São Paulo e posteriormente para países europeus. “Quem, porém, inseriu a economia regional ao mercado nacional e internacional foi a madeira. A exploração da madeira marca o início da industrialização da região” (HASS, 1993, p. 104), isso porque formou um mercado paralelo ao agrícola. A expansão destas atividades produtivas resultou, posteriormente, no desenvolvimento do comércio na região.

O período de 1940 a 1960 marca a consolidação do processo colonizador tendo sua base produtiva na pequena produção familiar e na agropecuária, baseada na expansão capitalista agroindustrial. Foi este desenvolvimento que possibilitou e abriu caminho para a expansão de outras culturas, como o feijão, a soja e o próprio milho (DIEL, 1955, p. 48).

Na década de 1950, os migrantes aderem a uma luta pela terra, conhecida como Revolta dos Posseiros (1957), pois o Estado não reconhece a posse delas diante das terras, mas atribui o direito às terras para a Companhia Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA), responsável por organizar a colonização do Estado.

O contexto da Revolta de 1957 é marcado por novas formas de exploração capitalista no campo, onde a produção agrícola começa a ter na agroindústria seu primeiro mercado. Para

entendermos este movimento, precisamos lembrar o início da colonização da região, marcada pela criação do Território Federal do Iguazu e a instalação da Colônia Agrícola General Osório (CANGO), no início da década de 1940, projetados governamentalmente para promover a colonização dirigida ao longo da fronteira com a Argentina.

Ao vir em grande fluxo para a região em busca de melhores condições de vida, os colonos sulistas não imaginavam o sofrimento que viria pela frente. A disputa pelas terras do Sudoeste agravou-se depois da vitória de José Rupp, um explorador de erva mate e fornecedor de dormentes para a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, em 1945, numa ação contra a empresa Brazil Railway Company, que não lhe pagou os dormentes fornecidos. Como a Brazil Railway Co. havia sido encampada pelo governo Federal em 1940, Rupp aliou-se a Mário Fontana, amigo do Governador Lupion, que exercia influência junto ao Governo Federal, fundando a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) com a finalidade de colonizar o Sudoeste. Mais tarde, Fontana comprou os direitos de Rupp e, por influência de Lupion, numa operação ilegal, em 1950, a CITLA adquiriu as Glebas “Missões” e “Chopim” do Governo Federal. O valor declarado da transação foi de 10 milhões de cruzeiros. “Era uma importância ínfima, por uma área quatro vezes maior do que o então Distrito Federal, possuidora de inúmeros recursos hidrelétricos e detentora da maior reserva de pinheiros do Brasil, calculada em 3 milhões de árvores adultas” (WACHOVICZ, 1987, p. 151).

A escritura passada à CITLA referia-se a 475.200 hectares incluindo o território da CANGO, com mais de 3 mil colonos assentados, ao longo das sedes dos distritos de Francisco Beltrão, Santo Antônio e Capanema. Esta área possuía a maior reserva de pinheiros adultos do Brasil, com mais de 3 milhões de árvores e uma quantidade incalculável de erva-mate exploráveis imediatamente (FERES, 1990). A oposição estadual, liderada pelo PTB, denunciou a negociação. Com isso, o Tribunal de Contas da União negou o registro da escritura à CITLA, alegando inconstitucionalidade na ação. Para sustentar o ato, o Governo Lupion criou um Cartório de Registro de Títulos e Documentos em Santo Antônio do Sudoeste, no qual a escritura pôde ser devidamente registrada, antes que o ofício chegasse.

Quando a oposição, PTB, em 1951 assumiu o poder estadual, com o Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, que proibiu que as vendas de terras realizadas pela CITLA de serem registradas em Cartório. Desta forma, os colonos, buscando legitimar as posses. Para Feres, o que se delineava no Sudoeste, era a luta permanente entre o monopólio fundiário e a divisão da terra em pequenas propriedades. “A fronteira da colonização mostrava-se o terreno ideal

para esse confronto” (FERES, 1990, p. 508). Lupion voltou ao governo em 1956 e, por pressão dos financiadores de sua campanha, obrigou Fontana a ceder parte da Gleba Missões às empresas colonizadoras "Comercial e Agrícola Paraná Ltda." e "Apucarana Ltda.". Estas, segundo o Senador Othon Maeder, para forçar os colonos a assinarem a confissão de dívida das terras, recrutaram criminosos profissionais; parte oriunda das regiões Sudoeste e Norte do Paraná e os demais da Argentina e do Paraguai (WACHOVICZ, 1987).

Segundo o Senador Othon Maeder, à disposição dos bandidos estavam revólveres, metralhadoras e jeeps preparados para o “serviço” de matar, assaltar, surrar e o que mais precisasse fazer, com bons capangas e respectivo motorista. O Senador contabilizou 14 mortos, 2 desaparecidos e 47 vítimas de espancamentos, sevícias, mutilações, estupros, assaltos, saques, incêndios, extorsões. Segundo o autor, esses crimes ficaram geralmente impunes, pois as autoridades não tinham interesse em descobrir os assassinos para não puni-los. Esta é a razão porque, nos cartórios daquelas regiões, não há prova de que hajam sido mortos posseiros ou colonos (MAEDER, 1958, p. 32).

Wachovicz (1987, p. 172) confirma o envolvimento de autoridades com o crime: “autoridades do governo do Estado colaboraram nesse esquema. Nas delegacias de polícia da região Sudoeste, foram colocados delegados submissos, que acatavam inclusive ordens emanadas dos gerentes das companhias”.

Enquanto os jagunços, que se encontravam a serviço das companhias colonizadoras, agiam violentamente contra os posseiros, cometendo todo tipo de atrocidades contra eles, o Estado, nas suas instâncias local e estadual, por ação das forças políticas favoráveis à grilagem praticada na região, era conivente com a violência. Na esfera federal, o Estado industrializante mantinha-se distante, omissos em relação aos problemas fundiários.

Para Veronese (1998), a iniciativa e a organização da Revolta foi obra dos posseiros, a partir da ausência de uma ação do Estado para efetivá-los como proprietários legais das terras que estavam instalados. Estes receberam apoio de comerciantes e profissionais liberais, vinculados a oposição ao governador, entretanto os posseiros assumiram a revolta porque concebiam a propriedade da terra como espaço de trabalho e relações, orientado para garantir a produção e a reprodução da vida e não como fonte de poder, especulação ou acumulação.

Após a expulsão das companhias pela resistência dos posseiros, a luta continuou para transformar os posseiros em proprietários. Em 1961, o Presidente Jânio Quadros declarou a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim de Utilidade Pública; em 1962, o então Presidente João Goulart criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) com

a finalidade de resolver definitivamente o problema das posses. No encerramento de suas atividades, em 1973, haviam sido titulados 32.256 lotes rurais e 24.661 urbanos.

Estes habitantes que se estabelecem na região são, em maioria, de origem italiana e alemã, que veem no sudoeste um lugar para reorganizar suas vidas. O jornal *Tribuna do Sudoeste* publicou uma reportagem da Equipe Local da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) que demonstra que as características culturais do local de origem desses grupos permanecem e predominam na formação do sudoeste.

Embora sendo um dos mais novos municípios, Capanema se constituiu numa das principais fontes de arrecadação da Região Sudoeste. A colonização se faz numa rapidez surpreendente, por agricultores emigrantes dos estados sulinos, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O colono ao se instalar tenta conseguir de maneira urgente, a subsistência para sua família, através do uso de práticas tradicionais de agricultura na exploração da terra e do seu potencial. Todo sistema ou círculo vicioso nas práticas agropecuárias empregados em suas regiões de origem, é aplicado novamente no município, ficando este sujeito a enfrentar os mesmos problemas já sentidos e vividos por municípios sulinos: o empobrecimento das terras, a divisão das propriedades rurais e a conseqüente migração (06/07/1968, p. 4).

O deslocamento dos primeiros habitantes é precário por falta de infraestrutura nas estradas e nos meios de comunicação. Assim, os grupos de migração, familiares e amigos viajam juntos e se estabelecem próximos, concebendo territórios com características próprias.

Nos primeiros anos da década de 1960, o Sudoeste do Paraná, passou a ser visto como resultado positivo de um processo de ocupação de terras devolutas em região de fronteira e de transformação territorial (FERES, 1990), promovido pela migração, estimulada pela institucionalização dos núcleos populacionais, além de ofertar desde o princípio serviços urbanos básicos. Para Mondardo (2005), outro fator que permite esses resultados é a intervenção direta do Estado em todo esse processo colonizador. Pois, tanto o governo estadual quanto o federal, utilizavam-se de propagandas em meios de comunicação para divulgar os preços baixos das terras que eram altamente férteis, o que atraía o colono, além das propagandas sobre o potencial madeireiro da região, que tornava o território ainda mais atrativo.

Neste caso de migrações especificamente, o governo adotou diversas estratégias de atuação buscando intensificar ou reduzir o fluxo migratório, o que Raffestin (1993) chama de políticas migratórias, que tem como objetivo administrar e controlar as migrações conforme a organização e distribuição do espaço.

No final da década de 1950, iniciou-se o desenvolvimento de um sistema viário, o que segundo Magalhães (1996), integrou a região, pois, associado à qualidade alta da terra e à tecnologia da produção, permitiu a comercialização de excedentes. Logo, a economia monetária se elevou, o mercado se ampliou e novas propriedades surgiram em áreas ainda desocupadas.

A formação de cidades também se expandiu rapidamente, tanto que em um período de 20 anos, entre os anos de 1950-1970, 57 cidades, das 63⁵ que compunham a região, obtiveram sua emancipação. Vale ressaltar que antes da política de migração obter seu alto fluxo, o Sudoeste tinha apenas 6 cidades autônomas (MAGALHÃES, 1996). Assim, “a partir dos anos 60, dá-se o fechamento das fronteiras. Toda a região está habitada” (DIEL, 1995, p. 49).

Entretanto, nos anos de 1970, o Sudoeste passou por modificações em suas estruturas de forma intensa, principalmente nos aspectos sociais e econômicos, que vão deixar marcas profundas em toda a sua organização territorial. Neste período, posterior ao grande crescimento populacional visualizado nas últimas décadas, a região passou a sofrer com a escassez de terras devolutas, o que ocasiona a emigração dos colonos para outras regiões de ocupação.

É por se esgotar a disponibilidade de terras livres de uma determinada região, por estas terras terem sido ocupadas (via de regra improdutivamente) pelos latifúndios, que o campesinato é colocado entre a cruz e a espada: ou escolhe o caminho da morte social, da proletarização, ou tenta recompor as condições que permitem a sua existência como classe através da migração. Neste sentido, o movimento migratório é o resultado da luta pela terra entre latifúndios e campesinato (ABRAMOVAY, 1981, p. 23).

Assim como o Estado do Rio Grande do Sul vivenciou o fluxo migratório de camponeses europeus vindos de seus países maternos, e os descendentes destes migrando para o Sudoeste Paranaense, o Paraná também sentiu esse movimento. Com a escassez de terras, o Sudoeste viu seus colonos migrando para a nova “terra prometida” – o Estado de Rondônia. O Programa Amazônia Legal reedita o estado paranaense, pois foi este que mais exportou migrantes para a Rondônia, durante os anos de 1950 (ABRAMOVAY, 1981).

Outra modificação espacial no Sudoeste vai ocorrer na década de 1970, com a modernização da agricultura que passa a exigir do agricultor investimentos monetários na produção. Este recorre aos bancos, que cobram taxas altíssimas de juros, que o pequeno

⁵ Neste período as regiões Sudoeste do Paraná e Oeste Catarinense ainda compunham uma só região, por isso este elevado número de municípios.

agricultor não consegue pagar, obrigando-o a vender sua propriedade e migrar para a zona urbana ou para outras regiões do Estado.

Neste período, esse êxodo rural vai atingir a marca de 2;7 milhões de pequenos agricultores que vão buscar se estabelecer na área urbana, porém metade deste contingente buscou novas frentes de ocupação em outros estados (MAGALHÃES, 1996). Para Martine (1994) isso é consequência da incorporação da agricultura ao processo de acumulação de capital, exigindo o investimento em novas tecnologias avançadas para a produção, que transformou a agricultura paranaense e também a organização territorial da região.

O processo mais contundente, que tende a acentuar-se na região, comum forte contingente migratório, é a situação de pobreza acelerada dos pequenos produtores, principalmente na MRH (microrregião homogênea) do Sudoeste Paranaense, onde as áreas são muito pequenas, com solos empobrecidos, dificultando ao produtor integrar-se, ou mesmo persistir no processo de tecnificação (FERES, 1990, p. 552).

Com isso, a região tem seu social, econômico e político extremamente modificado pelo novo modo de produção implantado, embasado nas relações mercantis. Entretanto, para Bonetti (1998), essas relações mercantis ocorrem desde a ocupação pela população cabocla na região, pois estes comercializavam o couro, o porco, a erva-mate e a própria terra, porém com a diferença de serem voltados a subsistência.

Porém, a partir da chegada dos migrantes, foi necessário um aumento na produção, o que exigiu investimentos em novos produtos, novos equipamentos e nova infraestrutura, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, visando dar suporte e atender a demanda de produtos diante no fluxo da migração, tudo embasado na mercantilização.

O migrante chegou com potencial econômico disponível para a implantação da técnica e da máquina na lavoura. A trilhadeira, a serraria, a motosserra começam a fazer parte do processo produtivo. A maior afronta para o caboclo é a ganância do italiano. Ele nunca se satisfaz, sempre quer mais. O padrão comportamental do colono europeu é o trabalho metódico, sistemático, a poupança e os investimentos (RENK, 1997, p. 270).

Com o êxodo rural, a urbanização traz consigo mudanças sociais e econômicas para o Sudoeste, como a industrialização que integra os agricultores endividados que se tornam assalariados urbanos, deixando o campo. Também se faz necessário investimentos em saúde, educação, lazer e infraestrutura urbana, para atender a esse contingente cada vez maior de pessoas.

O êxodo rural vai ser tão grande na década de 1970 na região, que o índice de diminuição populacional vai marcar 95%, segundo Magalhães (1996). Isso vai acarretar na concentração da posse de terras nas mãos de poucos proprietários, que passam a adquirir as pequenas propriedades dos agricultores endividados. Por conseguinte, estimula, novamente, a emigração, pois na década de 1980, a política de estímulo à colonização da Rondônia e do Mato Grosso pelas cooperativas atrai esses pequenos agricultores, por serem áreas que não exigem tantos investimentos.

Entretanto, no final da década de 1980 e início da década de 1990, mesmo com algumas famílias migrando para essas regiões do norte do país, já se tinha notícias de outras que retornavam ao se depararem com a falta de terras devolutas e a falta de infraestrutura, que frustrou os pequenos agricultores. Esses optaram por voltar ao Paraná, contudo, estabeleceram-se nos centros urbanos, e não na região de origem. (MAGALHÃES, 1996).

É diante da falta de terras disponíveis nas áreas de fronteira com possibilidade agrícola que o Paraná também vai ter seu fluxo de migração interrompido nos anos de 1980, tendo como consequência o aumento da emigração de natureza interestadual. "Essa emigração caracteriza-se por forte predomínio em direção ao urbano, prevalecendo os fluxos de origem e destino urbano, seguido dos fluxos de origem rural e destinos urbano" (KLEINKE, 1999, p. 193).

No Sudoeste paranaense, fica visível o esgotamento de oportunidades, por conta da dificuldade de modernização da pequena produção agrícola, que resulta no empobrecimento da população, cada vez mais endividada, e que vê na venda das terras e na saída do campo a solução diante da situação que se encontram. Tudo isso resulta, conseqüentemente, no fluxo cada vez mais intenso de emigração (KLEINKE, 1999).

No período entre 1986 a 1991, o Estado do Paraná apresenta em todo seu contingente uma perda populacional muito grande, por conta da migração interestadual. Entretanto, ainda permanece grande receptor de migrantes e imigrantes, perdendo apenas para Minas Gerais e São Paulo. "Com os censos de 1980, confirmaram-se os indícios de que a migração continuava em primeiríssimo plano enquanto principal elemento explicativo da evolução demográfica do Estado" (MAGALHÃES, 1984, p. 192).

Enquanto o Paraná passa a apresentar taxas negativas perante o crescimento demográfico em áreas rurais, chegando a ser o menor a nível nacional em 1980 (MAGALHÃES, 1984), por um outro lado, inicia-se um processo de urbanização das cidades, visando melhorar a infraestrutura para melhor atender a crescente população.

Diante desses aspectos, fica nítido o caldeirão cultural que forma o Sudoeste do Paraná, que recebeu migrantes de diferentes regiões do Brasil, como gaúchos, mineiros, catarinenses, paulistas, entre outros, além dos imigrantes europeus, como italianos, alemães, poloneses, espanhóis, ucranianos, portugueses, entre tantos outros.

Assim, a história da colonização oficial da região Sudoeste do Paraná vem sendo apresentada como uma narrativa quase mística onde os colonos de origem europeia, são os desbravadores do território desocupado. Fazendo parte de uma política de memória vinculada aos órgãos públicos, percebe-se a omissão da presença indígena e a ridicularização da minoria cabocla que ocupou a região antes da chamada colonização oficial proporcionado pela “marcha para o Oeste” e as políticas em conjunto.

Desta forma, em poucas décadas, a região sudoeste paranaense é efetivamente colonizada e se transforma. As características de todo o processo de povoamento estão expressas em sua territorialização: pequenas propriedades, costumes culturais de origem europeia, trabalho familiar, exclusão territorial, etc., pois foi concebido a partir de interesses políticos e econômicos voltados para a construção de um novo território com inclinações específicas. De acordo com VANINI (2007):

A igreja católica foi um elemento catalizador sempre presente no projeto imigracionista. A grande maioria dos núcleos de ocupação foi germinada sob sua tutela. Preferida pelos camponeses transformou-se em voz ativa. Interagindo na vida espiritual psicológica, familiar e econômica da sociedade [...] (p. 17).

Nesta região, com a chegada dos bandeirantes, a Igreja Católica se fez presente, persistindo ao longo do tempo, influenciando diretamente seu povo e sua organização social, através de seus representantes que estabeleciam relações políticas diante da sociedade e dos fiéis. Tedesco (2011) também discorre acerca da participação da Igreja Católica nas colônias dessa região:

Não podemos deixar de, pelo menos, mencionar que a igreja Católica, [...] desde sempre esteve presente na vida das colônias; a mesma tonou-se vanguarda da ideologia política que norteava a vida do agricultor familiar camponês[...] bem como boa parte dos estados de Santa Catarina e Paraná, figura o papel da Igreja; esteve nesses espaços muito inserida nos projetos de colonização das primeiras décadas do século XX (p. 154).

Por isso, a Igreja não se demorou para demarcar na região sudoeste a prelazia e, posteriormente a diocese, elevando-a a um território administrativo eclesiástico, tendo como

administrador um bispo nomeado pela Santa Sé. É a partir destas organizações que Dom Agostinho José Sartori é enviado a região, em 1970, para administrar a Diocese de Palmas.

2 PRIMEIRO CHEGA A IGREJA, E DEPOIS COM ELA, DOM AGOSTINHO JOSÉ SARTORI

Este capítulo é dedicado à uma análise aprofundada acerca da Igreja Católica na região, desde a sua chegada, institucionalização e organização, além de suas ações para superar o catolicismo popular, substituindo-o pela religiosidade dogmática embasada nos dogmas romanos. Ainda neste capítulo, iremos conhecer Dom Agostinho José Sartori, o personagem desta pesquisa. Pois, desde sua colonização, a região sudoeste do Paraná sofreu influências diretas da Igreja Católica, que através dos missionários que tinham por objetivo catequizar os indígenas e caboclos, estabeleceu-se quanto instituição e atuou na reformulação dos costumes e condicionamento do cotidiano de gerações que por essas terras passaram. Destacando a organização da Igreja até se conceber a Diocese de Palmas, na qual Dom Agostinho chega em 1970. Sendo uma organização eclesial voltada ao atendimento dos fiéis além do sentido espiritual, mas em toda sua totalidade humana e social, aderindo a movimentos de defesa e amparo aos marginalizados e carentes.

2.1 A chegada e a institucionalização da Igreja na região

O início da presença da Igreja Católica em Palmas se deu com o Padre Ponciano José de Araújo, que, segundo Melz (1993), no dia 02 de fevereiro de 1832 renunciou à função que ocupava de Vigário Encomendado para assumir como catequista dos bandeirantes e dos índios dos Campos de Palmas, nomeação feita por Dom Manoel J. Almeida, bispo de São Paulo.

Quando em 1836, o Padre Ponciano José de Araújo, componente da bandeira de José Joaquim Ferreira dos Santos, se estabeleceu nos Campos de Palmas, olhou o calendário do dia 06 de agosto. Era justamente a festa da Transfiguração do Senhor ou, popularmente, a festa do Senhor Bom Jesus. E ficou confirmado: o Padroeiro seria este, com o acréscimo: da Coluna (MENDES; RODRIGUES; FILHO, 2002, p. 135).

A partir de sua chegada, já se iniciou os trabalhos de evangelização dos Campos de Palmas. Os resultados foram positivos e o número de fiéis só aumentava, o que resultou na elevação do Campos de Palmas, em 1843, à condição de Capela Curada, sob a Vara Eclesiástica de Guarapuava. Com essa condição, Palmas recebe seu primeiro Capelão, o Padre Manoel Cabeças. (MENDES; RODRIGUES; FILHO, 2002).

A partir da conquista do benefício de ser provisionada com seus próprios livros paroquiais em 14 de fevereiro de 1843, Palmas começa a registrar sua própria história. Um exemplo é o 1º Livro de Registros de Batizados, que registra o primeiro batizado realizado em 27 de abril de 1843, além de outras informações fornecidas pelos livros paroquiais, como o primeiro casamento de brancos feito em 21 de outubro de 1843 e o primeiro casamento de escravos realizado em 06 de novembro de 1843.

Neste período, Palmas pertencia à Diocese de São Paulo, mas seu atendimento era realizado primeiro pelos padres de Ponta Grossa e Guarapuava, o que resultava na demora e dificuldade dos padres para atender espiritualmente o povo dos campos e fazendas.

Nesse período, o povoado local era visitado raras vezes, pelos vigários de Castro, Palmeira e Guarapuava, até que em 28 de fevereiro de 1855, o presidente da Província do Paraná, Zacarias Goes de Vasconcelos sancionou a lei nº22, que já havia sido aprovada pela Assembléia Legislativa, e que elevava a Capela Curada do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas, à categoria de Freguesia. Por essa época foi construída também a primeira Igreja na região, que ficava próxima ao local onde hoje está a Catedral de Palmas (MELZ, 1993, p. 11).

Na mesma lei nº 22, o presidente da Província já determinava a aquisição de um terreno para servir de sede para a nova Freguesia, além da criação da Paróquia do Senhor Bom Jesus da Coluna, que abrangia um território de mais de 50 mil km², compreendido entre os rios Iguçu e Uruguai até a Barra do Rio Negro. Neste período, a região contava, segundo o censo, com sete mil almas. Os devotos logo se encarregaram da imagem do Senhor Bom Jesus, que foi trazida de Paranaguá. “O primeiro Vigário de Palmas foi o Padre Francisco Pimenta, que esteve em Palmas, em 1856” (MENDES; RODRIGUES; FILHO, 2002, p. 135). Considerando um mapa moderno, podemos definir a extensão da paróquia de Palmas neste período:

Suba o Rio Iguçu até Porto União; pelo Rio do Peixe, desça até o Rio Uruguai, perto de Marcelino Ramos, Rio Grande do Sul; de lá acompanhe a descida deste até encontrar a Argentina; pelos limites seguir até o ponto de partida, isto é, o Iguçu (BAMBERG, 1979, p. 24).

Em 13 de abril de 1877, pela Lei Provincial nº 484⁶, Palmas foi elevada à categoria de Vila, sendo denominada Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas, constituindo assim um município autônomo.

⁶ Documento presente na pasta de Documentos Históricos no Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, Palmas – PR.

O primeiro Livro Tombo da Paróquia de Palmas, elaborado em 1883, pelo vigário Padre Aquiles Saporitti, faz um pequeno resumo dos acontecimentos da instalação da Igreja de Palmas.

Existia uma capela e uma matriz, que estava em construção ainda. Havia entre a capela e a matriz duas praças. Dentro da capela e ao seu redor foram enterradas muitas pessoas. Mais tarde fez-se uma nova capela. Depois, já bem velhinha, passou-se a construir uma terceira de material na frente da velha. Para a construção da nova Igreja foi nomeada pelas autoridades provinciais do Paraná uma comissão construtora. Os alicerces da construção foram plantados em 1877, tomando a comissão sua gerência apenas em 1881 (Livro Tombo I – 1879/1887, Paróquia Senhor Bom Jesus da Coluna, p. 12).

“Em 27 de abril de 1892, pela Bula ‘*Ad Universas Orbis Ecclesias*’, do Papa Leão XIII, Palmas passou a pertencer à Diocese de Ponta Grossa” (MENDES; RODRIGUES; FILHO, 2002, p. 136). Em 11 de fevereiro de 1898, após a Proclamação da República, foi realizada a primeira visita pastoral feita por Dom Jayme Camargo de Barros, que abriu o primeiro livro de crismas, mesmo não realizando nenhuma. Ficou encarregado ao Padre Solano Schimitt ministrar o sacramento da crisma a partir de 17 de junho de 1906, em toda a região compreendida entre Rio do Peixe até o Rio Iguaçu. Para cumprir o que lhe foi designado, o Padre Solano andou 235 dias a cavalo realizando 2.383 crismas, estas conferidas em crianças de um mês de idade até idosos de 80 anos.

Só para se ter uma ideia das caminhadas a cavalo que o vigário tinha de empreender, podemos citar o mapa utilizado na época, com as seguintes dimensões: Rumo Norte – por Covó e Mangueirinha – 11 léguas; Rumo Oeste – por Clevelândia, Campo Erê, Barracão (Campina do Américo) – 30 léguas; Noroeste – até Chopinzinho – 16 léguas; Sul – Xanxerê, Chapecó (Passo dos Índios), Passo Bormann até Goyo En - 23 léguas; Sudoeste – por Limeira (Cruzeiro), Joaçaba, Marcelino Ramos – 30 léguas; Leste – General Carneiro (Iratim), Jangada, Porto União, União da Vitória (Nossa Senhora das Vitórias) até Matos Costa – 30 léguas; Até Rio Negro – 56 léguas. Obs: Uma légua equivale a aproximadamente 6 km (MELZ, 1993, p. 12).

Até 1903, a Freguesia de Palmas era atendida por padres seculares, que em número de um ou dois no máximo, percorriam a região visitando as capelas existentes.

Este primeiro período se caracteriza pela “dispersão”, pois a realidade do sertão, a falta de transporte, de meios econômicos e políticos, impossibilitou a formação e ampliação do número de capelas, mesmo porque os caboclos se encontravam dispersos no mato, andando com as tropas de gado ou mesmo mudando de lugar seguidamente, o que praticamente impossibilitou uma catequização mais sistematizada, dentro dos moldes romanos (DIEL, 2004, p. 53).

Os padres viviam em condições tão precárias economicamente, que a maioria acabou optando por realizar outros trabalhos profissionais enquanto percorriam o território, deixando as atividades eclesiais em segundo plano, até optarem pelo abandono desta. Assim, “os padres migravam para outras atividades profissionais, tais como a política, o comércio, fazendas, ou então, eram contratados por alguma irmandade ou confraria para prestarem serviços religiosos como funcionários” (DIEL, 2004, p. 55).

Nesta realidade, destacaram-se as congregações religiosas, que desde sua fundação, possuíam fazendas, colégios, instituições e escravos que lhe davam autonomia e autossuficiência perante o Estado e aos demais dentro da Igreja. É a partir da chegada da Congregação dos Franciscanos, em 1903, que a Igreja Católica realmente se institucionaliza na região, organizando a “nucleação” dos fiéis nas capelas, além de instituir a catequese semanal, as congregações femininas, os colégios religiosos, as grandes construções, enfim, “a consolidação do modelo do catolicismo romanizado” (DIEL, 2004, p. 53).

Os Franciscanos, por serem em um número maior de padres, passaram a visitar a região em todo o seu abrangente, fazendo parada em todas as localidades, estabelecendo uma relação direta e próxima com os fiéis.

Este território, até então, pertencia a Lages, Santa Catarina, o que fez com que em 17 de janeiro de 1927, pela Bula “*Inter Praecipuas*”, do Papa Pio XI, Palmas passasse à jurisdição da Diocese de Lages – SC; porém com a construção da estrada de ferro Rio Grande do Sul – São Paulo, passando por União da Vitória, na década de 30, aliado à criação da Província Eclesiástica do Paraná, levantaram um estudo sobre a possibilidade de desmembramento da região, que resultou na decisão papal expressa na Bula, que criou a Prelazia de Palmas e a confiou à Província dos Franciscanos de São Paulo (MENDES; RODRIGUES; FILHO, 2002). A Bula Pontifícia restringiu o território de mais de 50 mil km² da antiga paróquia, abrangendo agora apenas uma área total de 35.507 km².

A 09 de dezembro de 1933, pela Bula “*Ad Maius Christifidelium Bonum*”, do Papa Pio XI, foi criada a Prelazia de Palmas. O território abrangido pela Prelazia era o município de Clevelândia e todo o sudoeste do Paraná, Chapecó e o Extremo Oeste de Santa Catarina e parte de União da Vitória e Pinhão (MENDES; RODRIGUES; FILHO, 2002, p. 136).

Segundo o Código de Direito Canônico – Cân 370, “a Prelazia territorial ou abadia territorial são uma determinada porção do povo de Deus, territorialmente delimitada, cujo cuidado, por circunstâncias especiais, é confiado a um Prelado ou Abade, que governa como seu próprio pastor, à semelhança do Bispo Diocesano” (1987, p. 67).

No ano de sua criação, a Prelazia não tinha mais que 40 mil almas, apenas uma igreja em alvenaria, quatro de madeira, nove padres, um colégio de religiosas, 30 capelas provisionadas e 50 pousos de missões, além de seis toldos⁷ de índios. Segundo Melz (1993), Palmas, mesmo já sendo cidade, não tinha mais que mil habitantes, pois apresentava franca decadência por conta do fracasso no mercado da erva mate em 1929. Clevelândia tinha cerca de 600 habitantes e Chapecó 300. Dom Antônio, bispo da Diocese de Ponta Grossa, descreveu sua visita à Prelazia de Palmas.

A viagem foi a nosso pedido enquanto possível abreviada, durou um pouco mais de dois meses [...]. O sertão é vasto, ainda pouco povoado. O trabalho de catequese dos sertanejos exige zelo e abnegação, já pela extensão das viagens, já pelo pouco ou nenhum interesse de alguns em ouvir as poucas lições do catecismo que se lhes pode ministrar e o pouco caso em receber os santos sacramentos. Entretanto um apostolado esforçado e perseverante, como já se verificou dia a dia, pode colher não poucos frutos nesta seara do Senhor. A catequese das crianças e dos adultos ministrada já diretamente e já por intermédio de catequistas e a administração dos santos sacramentos é a obra principal dos sacerdotes que como missionários vão percorrendo o extenso interior da Paróquia (Livro Tombo III (1917-1953), Paróquia Senhor Bom Jesus da Coluna, p. 24-25).

Esse relato descreve a realidade da região em que estava localizada a Prelazia, o sertão pouco povoado, com a população dispersa. Porém ele não menciona os colonos. Esse abandono no qual se encontrava o sertão foi motivo de preocupação de Dom Antônio, que defendia que as visitas esporádicas e curtas, realizadas uma vez ao ano para ministrar sacramentos, “não seria suficiente para criar no caboclo uma forte consciência religiosa moderna e romanizada” (Livro Tombo III (1917-1953), Paróquia Senhor Bom Jesus da Coluna, p. 24-25), permitindo a produção de um catolicismo que ele chama de doméstico, ligado aos santos, benzeduras e romarias.

Para administrar a região da Prelazia, nomeou-se o Monsenhor Frei Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Mello em 12 de dezembro de 1936. Este, ao chegar, faz uma breve apresentação do território, quanto a sua localização e abrangência:

No Estado do Paraná, os municípios de Palmas e Clevelândia, no Estado de Santa Catarina, o município de Xaçupé. A sede da prelazia, Palmas, fica no Estado do Paraná, ao sul do Estado, a 18km da divisa com Santa Catarina e 350km de fronteira da Argentina. A Prelazia começa, a leste, no rio Jangada e se estende, num percurso

⁷ Toldos, também conhecido como Reservas Indígenas, são as terras ocupadas pelos índios. Segundo a Constituição Federal, no parágrafo primeiro do artigo 231, estas terras são aquelas “por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. (BRASIL, 1988)

de 500km, até a fronteira Argentina; ao norte, se estende desde o rio Iguaçu até o rio Uruguai (MELLO, 1942, p.01).

No ano de sua criação, a Prelazia de Palmas contava com 35.000 almas atendidas por três padres, que registraram 10.550 comunhões e 17.580 crismas (*Relatorium Administrationes Parochialis* – Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas, 1933).

Monsenhor Frei Carlos Eduardo ainda relata que a população aumentou desde a criação da Prelazia em 1933, contando agora com 96.021 almas, divididas etnograficamente em 4.772 brasileiros atribuídos, 66.794 brasileiros caboclos, 23.855 colonos de descendência estrangeira e 600 índios. “Os moradores quase exclusivamente são brasileiros. Há descendentes de italianos, poloneses, ucranianos, alemães. A esmagadora maioria são colonos ou caboclos brasileiros” (MELLO, 1942, p. 03).

As distâncias a serem percorridas pelos padres eram enormes, sendo em lombo de cavalo ou de burro, às vezes de barco, pois a maior parte das estradas eram intransitáveis de automóvel. “De Palmas a União da Vitória eram 150km; a Jangada, 124km; a Clevelândia, 54km; a Xaxim, 102km; a Chapecó, 132km; a São Carlos, 195km, e a Barracão, fronteira com a Argentina, 250km.” (DIEL, 2004, p. 64). Isso porque todas as estradas da Prelazia eram, em sua maioria, de mato, carreiros e picadas, que só podiam ser percorridas no lombo de um animal.

No final de 1947, Monsenhor Carlos recebe a nomeação para bispo da Prelazia de Palmas, tomando posse solene em 14 de março de 1948. Com isso, já surgiram movimentações e discussões a respeito da prelazia ser elevada a bispado. Por isso, logo a população e os responsáveis a frente da prelazia, juntamente com Monsenhor Carlos, passaram a realizar aquisições de patrimônios necessários ao bispado, criando assim, condições para a implantação da diocese. (MENDES; RODRIGUES; FILHO, 2002).

Enquanto realizava suas visitas pastorais ao longo de sua Prelazia, Monsenhor Carlos Eduardo, dividiu a região em três realidades distintas: a zona de campanha, a zona da mata e a zona da colônia, que se distinguem não só geograficamente, mas religiosamente também.

A zona da campanha era uma faixa larga de campos sobre o divisor das águas dos rios Uruguai e Iguaçu, correndo de leste a oeste em quase toda a extensão da Prelazia, que segundo D. Carlos (1942, p. 08) era composta por “fazendas de criação de gado, a léguas de distância uma da outra; [...] a população são fazendeiros e seus agregados que vivem com olhos pregados na criação e o que de perto se relaciona com ela”.

Já a zona de mato ou sertão, principia onde os campos descambaram para os dois rios, Uruguai e Iguaçu. Nela, segundo D. Carlos (1942, p.08), “vive o caboclo, em míseros ranchos de tábuas lascadas e chão de barro socado, ocultos dos grotões e entre frinchas das árvores, rodeadas de suas minúsculas lavouras para o gasto”.

Por fim, a zona colonial são as margens desses dois grandes rios, onde se estabeleceram os colonos oriundos do Rio Grande do Sul. Sobre as colônias, D. Carlos relata:

Nas colônias, o lavrador ergue sua casa bem arrumada, após os primeiros anos de rude labutar; planta a roça ali perto de casa, faz a colheita em grande escala, leva o produto ao mercado, movimentando assim o comércio e atraindo a indústria, sem o que a colônia nem poderia subsistir, e este comércio, por sua vez, incentiva à maior produção, e a indústria bosqueja as suas primeiras tentativas na extração da madeira, no beneficiamento do fumo, do trigo, do arroz, da uva, de tudo, no fabrico de tijolos e telhas, na produção de banha animal e congêneres, no aproveitamento do leite e derivados, na confecção de crina vegetal, e, nos últimos tempos, na extração da celulose, fomentando de sua parte o comércio, revertendo em maior desenvolvimento da agricultura e com isso em crescente progresso da indústria mesma (MELLO, 1942, p. 08).

Estas formas de vida distintas aproximam e afastam os moradores de cada zona. Pois, enquanto na campanha as casas são muito distantes, no mato já há um maior contato entre os moradores, por mais que as casas ainda sejam distantes. Destaca-se, assim, a colônia onde as casas são mais próximas, já desenhando uma ideia de vila.

São muitos habitantes, escondidos pelo mato que está cheio de gente, mas sem ligação física entre si, e isso exige do padre um trabalho cansativo de encontrá-los e buscar aproximá-los como irmãos.

Sobre essas relações humanas, D. Carlos (1942, p. 09) destaca que

A vida da campanha é individualista, particularista, concentrada no âmbito dos afazeres peculiares de cada fazenda para si; é um feudo, sem precisão do seu vizinho. No mato há a convivência da boa vizinhança, de ajuda mútua, mas sem interpenetração dos interesses dos moradores. Nas colônias, a própria maneira de viver e os objetivos desta vida, entrelaçam os interesses e as atividades de todos, sem o que a colônia pereceria, obrigando a uma vida de mútua relação, originando assim a formação de povoados, futuras vilas e cidades, obrigando a construir estradas para escoamento dos produtos e aquisição do material da indústria, fazendo o colono depender do comerciante e do industrial, o comerciante prender-se a ambos e o industrial precisar tanto de um como do outro para poder subsistir.

Há ainda insulados entre essas três zonas os últimos indígenas. Estes vivem, não mais como sua cultura natural e nem de forma “civilizada” como os demais habitantes da região, mas sim perdidos entre sua cultura e a que se apresenta diante deles. “O índio, porém, é a eterna criança que nada faz nem pensa fazer, porque continua agarrada a mãe natureza sem

nada querer senão o que esta mãe, boa ou má, lhe dá” (MELLO, 1942, p. 10). Havia, ainda, a realidade da cidade, ou seja, pequenos núcleos urbanos, onde se proliferava a “promiscuidade, o espiritismo e principalmente a maçonaria” (DIEL, 2004, p. 71).

Nesta realidade, Marli Auras descreve o que a religião representava para esse povo sudoestino, considerando que as crenças caboclas se fundiam com as práticas da Igreja romana:

A religião é o único apanágio deste povo: frente a insegurança e a violência do cotidiano, ela traz a proteção das forças sagradas; frente a impossibilidade de articular respostas coerentes e abrangentes as contradições vividas, ela representa um conjunto de certezas fundamentais. Face a um contexto histórico que procura negar até o estatuto de homem ao sertanejo, a práxis religiosa lhe garante a possibilidade de construir sua identidade – pela religião ele reproduzia conhecimentos antigos e pela religião ele criava novos conhecimentos, capazes de significar seu dia a dia (AURAS, 2001, p. 48-49).

Essa mistura entre as crenças populares oriundas dos caboclos com as crenças católicas, passadas pelo catecismo e já praticadas pela maioria dos migrantes resultaram numa vivência de fé típica do sudoestino, que tentou ser combatida pelos padres a partir da organização da Igreja, sendo os padres mais próximos dos fiéis e a catequese estabelecida em todas as localidades dentro da região. Essa religiosidade popular que predominou foi descrita por QUEIROZ (1976, p. 94):

A religião rústica regional tem, pois, um papel antes de mais nada social. seu segundo atributo é ser utilitária. Com efeito, o culto ao santo, a festa, a novena, as orações têm por objetivo assegurar a boa vontade dos seres sobrenaturais e uma retribuição. A relação religiosa básica entre os homens e o sobrenatural é o “do ut des”: dou para receber em troca.

Nas prioridades do clero estabelecido na região estava a introjeção dos novos elementos religiosos e sócias, buscando assegurar o contato entre o catolicismo popular e o oficial, pondo os religiosos institucionais em contato direto com os fiéis dispersos pelo sertão, exercendo com estes a intensa vivência religiosa com missas, terços, sacramentos, catequese e novenas. O que, com o tempo, vai resultar na influência do sudoestino pelo padre, pois passa a “reconhecer sua autoridade religiosa, sujeitando-se a sua orientação, mesmo que no cotidiano o padre esteja ausente” (DIEL, 2004, p. 99).

Desta forma, logo a Igreja Católica se expandiu diante do catolicismo popular, se paroquializando ao longo de todo o território, impondo unilateralmente os valores do seu catolicismo. Após se estabelecer em toda a abrangência da prelazia, não demorou para ser

elevada a Diocese. Em 14 de janeiro de 1958, pela Bula “*Quoniam Venerabilis Frater*”, do Papa Pio XII, Palmas foi elevada a Diocese, dividindo o território abrangido até então pela prelazia, sendo agora dioceses distintas entre os territórios do Estado do Paraná e do Estado de Santa Catarina, pois fora criado a Diocese de Palmas e também a Diocese de Chapecó.

Em 14 de março deste ano vae (sic) ser instalada a DIOCESE DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DOS CAMPOS DE PALMAS, pelo Exmo. e Revmo. Sr. DOM ARMANDO LOMBARDI, DD. Núncio Apostólico, em nome e como Embaixador de SUA SANTIDADE O PAPA JOÃO XXIII. Acompanharão S. Excia. nosso (sic) faustoso ato o Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano Dom Manoel da Silveira D’Elboux, todos os Exmos. Srs. Bispos da Província Eclesiástica do Paraná, vários outros Srs. Bispos, o Exmo. Sr. Governador do Estado com os Membros do seu Governo e muitas outras pessoas gradas. Convidam-se a todos os amigos da vetusta cidade paranaense a comparecer à momentosa efeméride nos fastos do Paraná, que colocará PALMAS na alta categoria de Diocese da Santa Igreja de Cristo (MENDES; RODRIGUES; FILHO, 2002, p. 410).

Com isso, Dom Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Mello torna-se o primeiro bispo diocesano de Palmas, tendo sua posse em 11 de abril de 1958. Este faleceu em 07 de fevereiro de 1969 no Palácio Diocesano, residência oficial do bispado, construída por ele, aos 66 anos de idade, após dedicar 33 anos à região sudoeste.

O segundo bispo de Palmas foi Dom Agostinho José Sartori, nomeado e empossado em 1970, personagem desta pesquisa, que administrou a Diocese de Palmas até o ano de 2005, sendo assim 35 anos dedicados a região sudoeste do Paraná.

2.2 Quem foi José Benito ou Frei Agostinho?

José Benito Sartori, posteriormente seria Dom Agostinho José Sartori, nasceu em Linha Bonita, município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, em 29 de maio de 1929. Filho de Antonio Sartori e Dosolina Rech Sartori, naturais de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, sendo o décimo filho de onze irmãos.

Ainda na infância, mudou-se com sua família para Distrito de Ouro, também município de Capinzal. Lá, frequentava a paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, onde conheceu Frei Constantino, pároco de Capinzal, membro da ordem dos Capuchinhos, com qual criou laços de afeição e amizade (SARTORI, 2008), participando da comunidade eclesial.

Em 13 de abril de 1939, aos nove anos de idade, José foi levado para o Seminário da Ordem dos Capuchinhos por Frei Constantino, por vontade de seus pais, sendo o momento da despedida dramático e doloroso, conforme descreve em seu diário pessoal⁸ a lembrança:

Agarrado a saia da mãe, naquele momento não queria ir, mas não me atrevi a chorar. Era a palavra do pai que valia. E seu Antonio dizia: “Você vai! Homem não chora.” Mas no fundo sabia que o pai não fazia muito empenho da ida ao seminário, talvez por ele pudesse ficar, mas era chegada a hora e deveria ir. Pois era o maior sonho da mãe (SARTORI, 1940, s/p).

A viagem até o Seminário foi longa, Linha Bonita passou a ser apenas lembrança e saudade. Primeiro, uma viagem longa pelas estradas rurais até Capinzal, depois a viagem de trem com duração de dois dias e meio, na qual haviam mais seis meninos na mesma situação. Acompanhados por Frei Inácio, encarregado por Frei Constantino para levar os meninos, seguiram até o Seminário Menor dos Capuchinhos, na cidade de Boitiatuba, próxima da capital paranaense.

No ano de 1938, Curitiba ainda era uma cidade pequena, e a vida era pacata. Não havia muita vitalidade no Seminário, por estar onde estava. As novidades não chegavam e quando chegavam eram truncadas. Havia um esforço para preservar a educação religiosa. O contato com o mundo exterior, principalmente o feminino, era muito dificultado. Mas o menino Benito gostou de tudo o que viveu. Ele se sentia em casa, desde sempre. Ficaram para trás as lágrimas, os medos, as inseguranças, um mundo novo se descortinava para ele e ele queria vivê-lo (NAZARO, 2011, p. 30).

Segundo o próprio menino em seu diário, a mãe era a única pessoa que queria sua ida ao seminário, enquanto os outros membros da família, mesmo católicos e muito religiosos, não faziam questão de incentivar sua ida. Ele mesmo com relutância, foi, e por fim acabou gostando da vocação escolhida. Já o pai, sempre que o visitava, dava-lhe a opção de voltar para casa (SARTORI, 1940, s/p.).

Após cursar até a terceira série do ensino fundamental, na época conhecido como Primário, na escola municipal de Linha Bonita, ao entrar no Seminário, o menino prestou uma prova de admissão, sendo matriculado direto na quinta série, no Colégio das Irmãs, que ficava localizado ao lado da Igreja próxima ao Seminário, onde estudou durante todo período em que permaneceu no Seminário Menor. José, assim, demonstrava ser “um menino muito inteligente para sua idade” (NAZARO, 2011, p. 29). Ainda neste período escolar, ele começou a se

⁸ Arquivo pessoal pertencente à família de Dom Agostinho José Sartori, tendo seu acesso permitido para esta pesquisa.

dedicar a línguas estrangeiras como Latim, Grego e Francês, conforme apresenta seu currículo escolar⁹.

Quanto ao tempo contrário ao escolar, o menino descreve em seu diário que dedicava seu tempo ao “teatro, recreação, vôlei, futebol, basquete e academias culturais” (SARTORI, 1940, s/p.). Destacou-se no vôlei, participando em campeonatos esportivos representando o time do seminário, sendo uma atividade que realizava com seu irmão mais velho Vinicius, que também ficou no Seminário Menor, porém por pouco tempo após a chegada do irmão caçula.

No final do ano de 1940, recebeu no Seminário Menor um pequeno cartão datado de 10 de abril de 1940, com a estampa de um anjo e assinado por Frei Constantino, pároco de Capinzal, o mesmo que três anos antes o buscara em casa e o levava para a sua nova vida religiosa. Este comunicava o falecimento de sua mãe, da qual não pode se despedir, pois a dificuldade na comunicação e a distância fizeram com que a notícia chegasse semanas após o sepultamento.

Rio Capinzal, 10/04/1940

Meu querido Benito,

Terás tido conhecimento da morte de sua mãe. Ela morreu de cancro no peito que em pouco tempo a levou. Porém teve uma morte serena. Recebeu todos os Sacramentos e teve um enterro, não obstante a chuva e o barro, concorridíssimo. Reze por ela. Uma das últimas palavras me disse: “Muito desejaria ver o Benito, porém que Deus aceite este meu sacrifício para ele continuar bom, virtuoso e assim um dia ser sacerdote. Tanto queria vê-lo sacerdote, que lá do céu possa contemplá-lo a celebrar a Primeira Missa. Meu querido Benito perdeu a Mãe, mas adquiriu uma protetora, porque ela santamente viveu e mais santamente morreu. Te envio a cinta e a pasta para dentes. Quando precisar de alguma coisa é só me avisar. Reze por mim.

Frei Constantino. (ARQUIVO CÚRIA DIOCESANA)

Com apenas onze anos de idade, José leu este pequeno cartão e o guardou, juntamente com a saudade da mãe que partiu, deixando-o solitário diante do sonho do sacerdócio, que era compartilhado pelos dois. A partida da mãe foi citada em seu diário apenas em uma frase alguns meses depois: “Sempre fica a marca cravejada de lágrimas da saudade, mas essa mesma marca nos impulsiona adiante” (SARTORI, 1940, s/p.). E assim José seguiu seu caminho.

No mesmo ano formou-se no ensino fundamental e, no ano seguinte, mudou-se para o Seminário Santo Antonio, localizado na capital Curitiba, para cursar o Científico. Neste período, José já havia decidido seu caminho, sonhando com o sacerdócio, marcando sua

⁹ Presente nos Arquivos da Cúria Diocesana de Palmas – Francisco Beltrão.

adolescência pela “busca do trabalho dedicado a Deus” (NAZARO, 2011, p. 30). Por isso, em 23 de dezembro de 1944, José Benito Sartori transfere-se por decisão própria para o Noviciado dos Padres Capuchinhos, localizado na cidade de Boitiatuba, cidade na qual havia ainda pequeno iniciado seus estudos. Nesta congregação, fez no dia seguinte à sua entrada, a sua Profissão Religiosa Temporânea, sobre a qual afirmou em seus escritos pessoais: “Esperava o sacerdócio com um afã, desejava ser padre, esperava como uma graça de Deus e era” (SARTORI, 1944, s/p.).

No ano de 1946, entrou no Convento das Mercês, na mesma Ordem, localizado também na cidade de Curitiba, onde iniciou os estudos seminarísticos, voltados a sua formação quanto religioso, cursando o Estudo Filosófico e Estudo Teológico, formando-se em 1954. Neste período, em 15 de agosto de 1952, ele recebeu de Dom Manuel da Silveira D’Elboux, Arcebispo de Curitiba, a Primeira Ordem do Presbiterato, que “confirmava a vocação do pequeno menino catarinense e realizado, aos vinte e dois anos, seu grande sonho de tornar-se Padre” (NAZARO, 2011, p. 31). Agora como padre adotou o nome de Agostinho por sugestão de amigos, sobre o qual ele escreveu: “É uma espécie de transformação da personalidade, a gente quase deixa de ser o que era para ser um novo homem”. (SARTORI, 2008, p. 03).

Ordenado aos vinte e dois anos de idade destacou-se no meio eclesial, pois tinha a idade menor do que a exigida pela Igreja para ordenação, sendo justificado como consequência de sua dedicação.

(...) havia uma idade estabelecida para o sacerdócio, sendo ele ainda mais novo do que estava previsto poderia ter que esperar. No entanto, acabou sendo dispensado de um ou dois anos das obrigações do Seminário e foi ordenado mais novo do que as normas permitiam. Dom Agostinho diz sentir um “sadio orgulho” por isso. Pois essa dispensa tornou-se motivo de alegria e orgulho humilde (NAZARO, 2011, p. 39).

Agora nomeando-se Frei Agostinho, permaneceu próximo do Arcebispo Dom Miguel, da Arquidiocese de Curitiba, ajudando a organizar a Igreja no Paraná com os movimentos que passaram a se levantar dentro da Igreja, que seriam solucionados pelo Concílio Vaticano II. Deste período ele recorda em seu diário pessoal:

Foi um tempo muito tenebroso e sofrido, um tempo de revoltas de padres contra a Igreja e, ainda haviam os que fossem contra Dom Manoel. Havia padres que queriam que os bispos se pusessem exclusivamente a favor dos pobres, achavam que era preciso modificar a Igreja, criar uma Igreja para pobres, liderados por clérigos mais radicais. Dom Manoel sofria com isso, sofria de insônia pensando nos

problemas da Igreja. Contudo, me coloquei ao lado dele, apoiando-o, pois ele tinha um coração paterno e amigo (SARTORI, 1955, s/p.).

Nos anos seguintes a sua ordenação, Frei Agostinho passou a lecionar no próprio Convento das Mercês a disciplina de Teologia Moral para as turmas iniciantes do curso, além de ser professor de Filosofia no Seminário Menor em Curitiba. Depois foi transferido para a cidade de Irati, estado do Paraná, onde assumiu como Vice-Reitor do Seminário Santa Maria, onde lecionou Teologia. “Ele continuou ministrando aulas até 1958, quando foi para Roma” (NAZARO, 2011, p. 55).

Ao final de 1956, retornou para Curitiba, onde assumiu a função de vigário da Paróquia das Mercês, organizando uma Pastoral de atendimento as crianças, estimulando-as a participar da Igreja, sendo orientador espiritual e conselheiro destas, que com o tempo passaram a encher as missas que Frei Agostinho presidia. Deste período quanto vigário, lembra em seu diário pessoal:

Tudo o que fazia era com solicitude, com amor, sem pretensões maiores. Nunca pensei que não devia ter sido padre, apesar de ter havido momentos de solidão, de crise e até mesmo um frequente desentendimento entre os frades, afinal são todos seres humanos e isso pode acontecer. É natural que existam ideias diferentes, ciúmes, inveja (SARTORI, 1957, s/p.).

Apesar dos problemas, Frei Agostinho se prendia aos bons acontecimentos, ao carinho que o povo lhe dedicava e a pastoral das crianças, cuja qual dedicou a maior parte de seu tempo. Porém, em 09 de outubro de 1958, foi enviado à Roma para cursar o Mestrado em Direito Canônico na Pontifícia Universidade Gregoriana. Sobre o envio a Roma descreve em seu diário: “Nunca expressei desejo de ir para Roma, mas era um dos poucos que falava bem o latim e o italiano” (SARTORI, 1958, s/p.).

Roma era a sede de um dos colegiados internacionais da Ordem dos Capuchinhos, onde era ofertado diversos cursos voltados a Teologia, Filosofia, História, Dogmas e Organização da Igreja, além do curso em Direito Canônico.

Quando ele foi para Roma, o curso que faria lá fora pré-estabelecido. Foi destinado a cursar Direito Canônico. Seus superiores haviam feito a indicação. Como ele sempre tinha se dado muito bem em seus estudos no Direito Canônico, talvez tenha sido uma das causas da indicação e também porque ele dominava o italiano e o latim. Para ele as duas línguas eram uma facilidade no cotidiano de estudos (NAZARO, 2011, p. 61).

Entretanto, para Frei Agostinho, o motivo principal do seu envio para tal curso era “a necessidade que a Província dos Capuchinhos do Paraná tinha de ter alguém que entendesse de Direito Canônico e repassasse o conhecimento para os demais” (SARTORI, 1958, s/p.). Sendo o Direito canônico “o conjunto de leis e regulamentos feitos ou adotados pelos líderes da Igreja, para o governo da organização cristã e seus membros” (Código de Direito Canônico, 1987, p. 05), dando ao Frei Augustinho a possibilidade de atuar nos Tribunais Eclesiásticos da Igreja e interferir em questões que envolvam as leis católicas.

Descreve ainda em seu diário que seus dias iniciavam com a oração e depois eram totalmente preenchidos com os estudos teóricos e práticos, desde a teoria dos clássicos do Direito às práticas teológicas de oração envolvendo um todo. Mas recorda que uma vez por semana havia uma noite de folga, a qual usava para conhecer alguns lugares europeus, dos quais destaca como inesquecíveis a Capela Cistina, a Igreja de São Pedro, o dia que conheceu o Papa e quando acompanhou o enterro do Papa Pio XII (SARTORI, 1960, s/p.).

Em seus escritos pessoais do período que esteve em Roma, Frei Agostinho lamentou não ter encontrado nenhum de seus colegas de estudos após o término do curso, pois “havia tantos e de tantos lugares diferentes, cada qual foi para um determinado lugar e não houve mais oportunidade de se encontrarmos” (SARTORI, 1961, s/p.).

Frei Agostinho retornou de Roma em 28 de fevereiro de 1961, se estabelecendo novamente em Curitiba, onde foi:

Professor de Filosofia; Professor de Moral e Direito Canônico; Vice-Reitor do Seminário da Ordem; Reitor dos Teólogos; Reitor do Instituto Teológico de Curitiba; Secretário e Presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) do Paraná; Subsecretário do Regional do Sul 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Ministro Provincial dos Capuchinhos da Província dos Estados de Paraná e de Santa Catarina (PRESC) (NAZARO, 2011, p. 55).

Frei Agostinho tinha gosto pelo conhecimento e pela leitura, tendo uma ampla biblioteca pessoal, que abrangia desde os pensadores católicos, santos, até pensadores e filósofos ateus e contrariantes da fé católica. Lia também títulos de grandes referências da psicologia, parapsicologia, história, teologia, maçonaria, sociologia, antropologia, além de possuir os impressos de leis nacionais e internacionais¹⁰.

Exerceu todas essas atividades desde seu retorno para o Brasil até sua nomeação episcopal em 16 de fevereiro de 1970, após ser indicado por diversos Bispos que conheciam o

¹⁰ Obras presentes no Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas, organizados conforme original, mantendo todos os traços marcados por Dom Agostinho.

trabalho eclesial que realizou nas paróquias por onde passou e nas diversas instituições religiosas que fez parte.

Ele diz que soube de vários bispos que estavam a seu favor, falavam sobre ele de forma positiva. Entre eles, ele lembra Dom Armando que era Bispo de Toledo, Dom Inácio – Superior Provincial dos Capuchinhos, mas quem verdadeiramente influenciou, se é que isso existiu, ele não sabe dizer” (NAZARO, 2011, p. 71).

Frei Agostinho estava em viagem no estado de São Paulo quando foi comunicado que havia sido nomeado para assumir o episcopado, diretamente da Nunciatura¹¹. De início reagiu de forma negativa, “foi uma emoção, foi medo, sensação de insuficiência, incapacidade para exercer o episcopado. Foi algo grandioso. No começo não quis aceitar” (SARTORI, 2008, p. 234). Porém o Núncio, ao ver a resistência do padre, lhe deu o prazo de uma semana, “ele me autorizou a consultar alguns padres, nos quais eu depositava mais confiança. Eles me disseram que eu deveria aceitar” (SARTORI, 2008, p. 234).

Assim, dezoito anos após a sua ordenação sacerdotal, Frei Agostinho José Sartori tornou-se Bispo da Diocese de Palmas, em 1970, onde permaneceu até o ano de 2005, tendo um dos bispados mais longos da história da igreja no Brasil.

2.3 O Bispo Dom Agostinho José Sartori

Frei Agostinho foi ordenado bispo em 26 de abril de 1970, na cidade de Curitiba, tendo como sagrante principal Dom Umberto Mozzoni, núncio apostólico do Brasil, e sagrantes assistentes: Dom Geraldo Pellanda e Dom Pedro Fedalto, após ser nomeado Bispo pelo Papa Paulo VI, com apenas 41 anos de idade, sendo considerado entre os bispos ainda jovem para a função.

Somente em 14 de julho de 1970, o agora denominado Dom Agostinho tomou posse na Catedral do Senhor Bom Jesus da Coluna, na cidade sede de seu bispado Palmas, apresentando aos seus fiéis o lema: “Até que Cristo seja formado em vós” (Gl 4,19). Quanto ao seu brasão de armas episcopal, tinha como elementos centrais: a prioridade sendo o despertar de novas vocações, a obediência ao Papa, um símbolo de recordação da ordem dos Capuchinhos a qual pertence, o serviço total à Igreja, e o símbolo maior de uma flor-de-lis

¹¹ Uma nunciatura apostólica é um alto nível das missões diplomáticas da Santa Sé, equivalente a uma embaixada. Seu titular, o núncio apostólico, é, portanto, como um embaixador da Santa Sé no país a que foi designado. (Fonte: Site Oficial do Vaticano: www.vatican.va).

num campo vermelho, significando que “o Bispo continuará, na Diocese, o papel de salvador de Cristo, tendo por si todo o brasão a finalidade que Cristo se concretize, se forme em cada alma cristã” (NAZARO, 2011, p. 68).

A celebração de posse contou com a participação de inúmeros padres e religiosas da diocese de Palmas e de outras próximas, além de vários bispos vindos de diferentes regiões do estado do Paraná e de Santa Catarina, e de “grande quantidade de fiéis que tornaram a Catedral pequena para a celebração do ato” (NAZARO, 2011, p. 77). Pelo grande número de participantes, “houve missa campal na Praça Bom Jesus, em frente à Catedral. Antes saiu do Palácio da Coluna um cortejo que se dirigiu à Catedral, formado pelos Bispos e Padres presentes, que acompanhavam Dom Agostinho” (NAZARO, 2011, p. 77).

Assim, Dom Agostinho assumiu a liderança do povo católico do sudoeste do Paraná. Como apresenta Celestino Munaro¹², padre diocesano e braço direito do bispo, que tinha por função registrar o que acontecia na Diocese de Palmas:

Um primeiro e grande desafio, sendo que vários candidatos, antes de Dom Agostinho, já haviam renunciado a pastorear esta porção desafiadora da Igreja, naqueles tempos. Era uma Igreja de periferia, como o Bispo costumava dizer. Abandonada por tudo e por todos. As atenções dos governos chagavam no máximo até o Rio Iguaçu (MUNARO, In: SARTORI, 2008, p. 220).

Desde o início de seu bispado, Dom Agostinho mostrou-se extremamente interessado aos assuntos sociais do município de Palmas e de toda a região, principalmente diante das dificuldades que se apresentavam no cotidiano de sua administração.

Quando Dom Agostinho chegou em Palmas, em 1970, havia apenas um pequeno trecho de asfalto que ia de Pato Branco a Três Pinheiros, na BR 277. Em Palmas, um pequeno gerador, localizado no Rio Chopim, fornecia energia elétrica para a cidade (as lâmpadas, quando acesas, mais pareciam tomates). Soma-se a precariedade das estradas e suas distâncias. Dificuldades para o bispo e também para os sacerdotes e lideranças se reunirem, seja em Palmas ou na região. Havia também dificuldade de comunicação pelo telefone, pois muitas paróquias não o tinham. Se hoje achamos as distâncias longas até a cidade de Palmas, imaginem de Bituruna a Capanema, que era percorrida frequentemente nos seus 450km (MUNARO, In: SARTORI, 2008, p. 221).

Essas dificuldades marcaram os primeiros anos de episcopado de Dom Agostinho, que passou a buscar alternativas de modificar essa realidade, inclusive criando relações com

¹² Padre Celestino sempre acompanhava Dom Agostinho em suas atividades, sendo responsável por descrever os acontecimentos diocesanos, tanto que seus escritos foram arquivados juntamente com os escritos pessoais de Dom Agostinho, por ordens do próprio bispo. Alguns de seus escritos estão anexados na obra de Dom Agostinho no texto citada.

políticos estaduais. Como ele mesmo relembra, a Diocese de Palmas estava em condições econômicas difíceis, após as grandes dívidas feitas por Dom Carlos para a construção dos seminários, além das consequências sociais da Revolta dos Posseiros, ainda presentes na sociedade sudoestina:

Quando cheguei tive a impressão que a Diocesana de Palmas estava mais ou menos no fim do mundo. Era uma semana de muita chuva, em 14 de junho de 1970. Palmas era uma pequena cidade. Tinha na época quatro mil habitantes na cidade e nove mil em todo o município. Um mês depois que cheguei, aconteceram violências e assassinatos. A casa estava deteriorada quase por completo. Havia muitas dívidas. Mas contei com a ajuda do governador Paulo Pimentel. Ele mandou um avião de Curitiba trazer uma ajuda. Ajudou, mas não foi o suficiente. Aos poucos fomos pagando o que devíamos. A impressão que eu tive é que saí da cidade para ir ao mato. Palmas era separada das outras cidades (SARTORI, 2008, p. 234).

Diante desta realidade que se apresentava, principalmente na questão de comunicação e deslocamento, Dom Agostinho teve que deixar no passado as tecnologias de transporte e de comunicação que utilizava na capital, tendo que se adaptar à realidade da região interiorana e periférica que lhe era apresentada.

Em suas recordações, ressalta na memória as estratégias de comunicação que teve que adotar para conseguir se manter próximo de todas as capelas e de todos os sacerdotes espalhados pela região que abrangia 18.719km², com 29 paróquias, 63 sacerdotes e meio milhão de habitantes para orientar e conduzir.

Assim, tudo se dava em cima de quatro rodas. Somente três paróquias possuíam telefone. Não havia correio. Então eu nem sabia se os padres recebiam as cartas convocando para as reuniões, que eram realizadas em diversos locais. Poderia comparar as dificuldades da época com as enfrentadas atualmente pelas dioceses da Amazônia, com estradas precárias, mesmo geograficamente a Amazônia sendo maior. Tivemos que atravessar rios no lombo de cavalos. Havia essas dificuldades que não eram pequenas (SARTORI, 2008, p. 235).

Ele ainda ressalta os resquícios presentes na sociedade sudoestina devido a Revolução dos Posseiros ocorrida em 1957, na época ainda episcopado de seu antecessor Dom Carlos, porém intrigas e dificuldades oriundas do conflito ainda se faziam presentes nas questões sociais de algumas cidades e paróquias, afinal “Dom Carlos muitas vezes teve de desviar a estrada para não ser apanhado por jagunços, o presidente da paróquia de Mariópolis foi assassinado por inimigos políticos. Padres e o próprio bispo fugiram da morte mais de uma vez” (SARTORI, 2008, p. 235).

Ainda, durante seu episcopado, Dom Agostinho enfrentou o período de êxodo, onde o sudoeste paranaense recebeu muitos imigrantes oriundos dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Eram tempos de muito “rebolicho” e movimentações. As terras ainda nem todas estavam regulamentadas e tituladas pelos GETSOP que fez uma verdadeira reforma agrária na região. Havia muito crescimento da população, pleiteavam-se novos municípios e com eles a solicitação, junto a autoridade eclesiástica, da criação de novas paróquias (SARTORI, 2008, p. 222).

Ainda, sobre os migrantes, abordou sobre a interação entre eles e a ação da Igreja:

[...] Vieram da terra em que nasci, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, terra que trouxe para cá não só a renovação de todo o solo, de toda a afeição da terra, mas também a própria religião [...]. E cada um de nós se lembra, ou ouviu falar dos pais, quando se decidiram de deixar a casinha lá no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina. E quando aqui chegaram o padre os acolheu. Que o bispo é aquele que os orientou. Que a Igreja Católica é aquela que acolheu como grande família. Foi a marcha da saída do Egito, para uma terra de promessas. E Deus será o Deus que caminha ao longo dos anos que virão. Deus também espera alguma coisa de nós. Não só porque nossos pais e avós foram tão bons, não só porque conservaram a fé, às vezes sem a presença e falta de padres. Não só porque caminharam por duros caminhos e sempre com o terço nas mãos ou com a oração da noite em família, lembrando-se de pedir a chuva ou o sol, e agradecendo tudo o que brotava da terra e do coração do homem, mas também nós próprios assumindo o que deverá chegar para o futuro. O começo foi com pouca gente e hoje passa de meio milhão no Sudoeste. O Deus que nos multiplicou, multiple também sobre nós a sua graça. (SARTORI, 1983, p.01)

Neste discurso, de interações migrantes – a Igreja é apresentada como elemento diretivo no processo de formação da região. Sendo assim, é posicionada como mãe do Sudoeste, os agentes do sagrado seriam os demais membros dessa grande família histórica. Segundo tal linha, a Igreja foi responsável por acolher e dirigir as práticas religiosas a partir da potencialização da fé, proporcionada pelas ações dos padres e do bispo, que teriam acolhido e orientado os migrantes a se congregarem com uma grande família. Essa relação teria prevalecido em consequência à religiosidade católica cultivada pelos migrantes, que segundo ele, foi capaz de sobreviver mesmo sem a orientação direta dos sacerdotes que trabalhavam na região. O discurso também nos permite compreender a capacidade de mobilização simbólica da Instituição na medida em que:

Localiza todos os acontecimentos a coletivos numa unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro. Com relação ao passado, estabelece uma memória que é compartilhada por todos os indivíduos socializados na coletividade. Em relação ao futuro, estabeleça um quadro de referência comum para a projeção das ações individualistas (BERGER, 2006, p.140)

Assim, para atender essa população restrita de sacerdotes, solicitou ajuda de diversas congregações que enviaram padres, missionários e religiosos que assumiram novas paróquias e capelas, além de estimular a criação de novas escolas religiosas e seminários para despertar vocações.

Dom Agostinho se desdobrava na busca de soluções, insistindo junto às congregações religiosas e missionárias para que o socorressem. Foi assim que a diocese de Palmas deu um pulo em poucos anos para 46 paróquias e 2 reitorias, além de oito congregações que até hoje estão estabelecidas na região (SARTORI, 2008, p. 222).

Neste contexto, a Igreja ainda estava no processo de conversão dos caboclos. Pois esses eram considerados supersticiosos e fáceis de assustar. Quando os caboclos não vendiam suas terras para os colonos, esses os afugentavam de formas muito curiosas. Segundo Renk (1997), os colonos esperavam determinados dias da semana ou datas religiosas que envolvessem certa mística, amarravam a corvos panos banhados com líquido inflamável e soltavam para que sobrevoassem os acampamentos dos caboclos. Os caboclos prontamente saíam das terras, amendrotados e pensando ser o “fim do mundo”. Buscando superar essas superstições caboclas, Dom Agostinho não se demora a “espalhar” a Igreja Católica pela região. “Há muitos casos de paróquias que surgem antes mesmo da fundação dos municípios” (SCHREINER, 2002, p.92). Essa rápida construção das capelas foi consequência de um trabalho direto e eficiente de articulação da diocese com a população de que era necessário a “igrejinha” para que o padre de fizesse presente com mais frequência, além de ser necessário um local para a realização de cultos e terços.

“A Igreja era sinal de que a comunidade estava se reunindo, se organizando, se congregando em torno de algo que lhes era comum” (BEOZZO, 1997, p.279). Certamente, a Igreja era um local de sociabilidade. Assim, a Igreja se constituía como “propriedade do povo, pois foi por ele construída e entre a comunidade e o padre não se interpõe nenhuma outra autoridade social” (BEOZZO, 1997, p.279).

No bispado de Dom Agostinho, o capital social da Igreja proporcionava a figura do padre importância basililar. Além disso, os padres e, principalmente o bispo, eram detentores de enorme prestígio social, afinal eram os detentores do sagrado, dos bens da salvação e palavra de Deus. Por esses atributos, o padre e o bispo na região Sudoeste, detinha o que Bourdieu chama de “poder simbólico”, ou seja, a capacidade de mobilizar pessoas sem a necessidade de coersão econômica ou física. Para o autor este poder pode constituir:

[...] o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, que dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p. 14)

Neste sentido, os indivíduos não são “tabuas rasas”, mas sujeitos da história e, por tal condição, constituídos em processualidade social. Os sujeitos sociais estão permanentemente tensionando ou sendo tensionados por códigos, comportamentos e ações. Assim sendo, se faz necessário compreender como o bispo de Dom Agostinho se colocou face à práxis cotidiana, como negociou sentidos e produziu práticas culturais.

Por isso, vamos buscar analisar e compreender esse episcopado, que cujo bispo carregava em si uma preocupação em transformar a sociedade, acreditando no poder da educação. “Acreditava, que formando cidadãos, profissionais cristãos, a partir de uma educação cristã, poderia interferir na construção de uma nova sociedade” (SARTORI, 2008, p. 223).

Assim, investiu na construção de escolas que atendiam os variados níveis, seminários, faculdades, cursos de formação para leigos, além de estimular a formação continuada dos sacerdotes, encaminhando um grande número para cursar mestrado em Roma.

Tinha preocupação ainda com a comunicação social, vendo-os como poderosos instrumentos de evangelização e informação. “Nutriu um desejo muito grande da Igreja em adquirir emissoras de rádio, utilizar melhor a televisão e outros meios” (SARTORI, 2008, p. 224). Nesse desejo, comprou e fundou mais de cinco emissoras de rádio espalhadas ao longo de toda a região, fundou os jornais *Informativo Diocesano* e *Até que...*, além de utilizar outros meios de comunicação conforme a situação exigisse.

Quanto às questões sociais, priorizou os “pobres, marginalizados, crianças, famintos, doentes, velhos, pois acreditava que a ação pastoral deveria contemplar a realidade social” (SARTORI, 2008, p. 224), estabelecendo pastorais e instituições que atendessem cada caso específico de forma total. Também “convocava sindicalistas, prefeitos, vereadores, profissionais liberais e debatia, com eles, soluções para o povo sofrido” (SARTORI, 2008, p. 224).

Essas ações, que serão apresentadas mais amplamente no próximo capítulo, marcaram os trinta e cinco anos que Dom Agostinho governou a Diocese de Palmas, posteriormente por sua política, dividida em Palmas-Francisco Beltrão, que manifestam a importância que ele teve para a região. Assim, em 24 de agosto de 2005, comunicou a sua renúncia, tornando-se

bispo emérito desta mesma diocese, que em 09 de dezembro de 2005 deu posse ao seu novo administrador episcopal Dom José Antonio Peruzzo.

Dom Agostinho José Sartori faleceu em 06 de junho de 2012, no Hospital São Lucas, na cidade de Pato Branco, após ser diagnosticado com importante baixa do nível de consciência, devido a sequelas provenientes da doença de Alzheimer e Parkinson. Seu corpo foi velado em Pato Branco, Francisco Beltrão e em Palmas, onde foi sepultado no Cemitério Municipal, e posteriormente transladado para a Cripta dos bispos na Catedral de Palmas.

3 O AGIR POLÍTICO DE DOM AGOSTINHO

O terceiro capítulo desta dissertação abordará as ações político-sociais realizadas por Dom Agostinho José Sartori durante seu episcopado na Diocese de Palmas-Francisco Beltrão, região sudoeste do Paraná. Tendo um dos episcopados mais longos da história da Igreja do Brasil, por trinta e cinco anos, ele promoveu ações de extrema relevância para a região, que serão abordadas e analisadas, buscando compreender seus objetivos e consequências para o povo sudoestino. As assumir suas funções episcopais, em 1970, Dom Agostinho já se preocupou com as situações que exigiam uma atenção especial, imprimindo desde cedo suas características administrativas, que foram além de atividades religiosas e pastorais, mas de importância social, cultural e política, dentre as quais daremos um enfoque especial aos programas sociais, programas educacionais, sua relação com a problemática na terra e sua ação através da imprensa e da rádio. Pois, uma de suas primeiras ações foi em relação a educação na região, onde os incentivos foram grandes desde o início de sua administração. Nesta temática, buscaremos analisar o caminho trilhado por Dom Agostinho no campo da educação, através das descrições presentes nos documentos pessoais e nos documentos oficiais das instituições, destacando alguns momentos marcantes destas e a sua importância para a região. Outra preocupação presente em seu episcopado foram as questões sociais dos excluídos e marginalizados da sociedade, para os quais criou pastorais e instituições responsáveis em atender e inseri-los na sociedade, firmando parcerias com líderes sindicais, empresas, políticos regionais e estaduais, instituições governamentais e privadas. Nestas destacam-se: a EISPAL – Escola de Integração Social de Palmas, criada e mantida pela diocese para atender crianças e adolescentes em situação de mendicância e vulnerável delinquência juvenil, e o Lar dos Velhinhos Nossa Senhora das Graças, na cidade de Palmas, tendo por finalidade dar abrigo, assistência e melhores condições de vida a pessoas idosas e carentes de recursos materiais. Sobre estas, analisaremos seus escritos pessoais e os documentos pessoais e institucionais, buscando compreender a importância e as contribuições destas instituições para a sociedade. Destacaremos, ainda a Pastoral da Terra, onde Dom Agostinho incentivou ao longo de seu episcopado, a organização e a participação da Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975, nos movimentos dos trabalhadores sem-terra, desde sua concepção, organização e movimentações na região. Por fim, abordaremos a preocupação de Dom Agostinho com as comunicações sociais, onde expressava suas opiniões tanto religiosas e espirituais, como políticas, sociais e econômicas, de forma parcial e direta, não demonstrando receios ou medos.

3.1 O bispado de Palmas e as demandas políticas e eclesiais

Dom Agostinho José Sartori assumiu a Diocese de Palmas em um momento extremamente delicado, tanto no aspecto religioso quanto político. A Igreja havia finalizado a pouco o Concílio Vaticano II, o que desencadeou tensões nas relações sociais e políticas na Igreja em nível de Brasil e no Paraná, tensões essas que exigiram demandas na administração eclesial de Dom Agostinho.

Ao assumir a Diocese de Palmas em 14 de junho de 1970, Dom Agostinho estava ciente das dificuldades políticas que encontraria. Também tinha noção que a diocese herdada de Dom Carlos tinha uma formatação complexa diante de uma região que enfrentava graves problemas sociais. Porém, o novo bispo partilhava de uma forma mais intensa a realidade desta parte da Igreja que lhe era confiada, pois era filho de imigrantes italianos, nascido em uma região marcada pela migração e pela disputa por terras, sendo assim um lugar que a terra tinha muita importância, principalmente para os colonos. Assim, pode-se cogitar que a sua escolha como administrador dessa diocese foi pensada levando em consideração essas contingências.

Neste contexto, Dom Agostinho estava cheio de uma inspiração de renovação e parecia estar convicto do papel da Igreja nestes novos tempos pós-concílio. Sempre defendeu que a instituição Igreja não poderia se mostrar alheia aos problemas e a realidade que a cercavam. “Em um quadro de tensões cada vez mais exacerbadas, deixar os católicos sem uma orientação seria abandoná-los a uma série de contingências que representavam um enorme perigo para a instituição e para a religiosidade dos indivíduos que resguardava” (SARTORI, 1972, s/p)

Obviamente, essa necessidade de orientar os fiéis católicos de forma mais ampla não se deu somente da Diocese de Palmas, mas em toda a Igreja, iniciada a alguns anos antes, na conturbada década de 1960, quando Dom Agostinho ainda era Frei. Neste período em que as tensões políticas no Brasil aumentavam, a Igreja também acenou para novos tempos com a convocação do Concílio Vaticano II (1962-1965), que teve de lidar com as diferentes posições defendidas pelos religiosos sobre como deveria se conduzir e as ações que seriam adotadas pela Igreja a partir de então, pois “houve uma série de inclinações políticas, algumas muito radicais” (WANDERLEY, 1985, p.43).

Durante os anos 60 houve diversos processos políticos e religiosos de grande repercussão no país. Tanto na sociedade quanto na Igreja se construiu a ideia de que haveria

um perigo comunista rondando o Brasil. No Paraná, essa tendência anticomunista defende uma intervenção civil-militar no cenário político, o que se materializa com a eleição do major do exército Ney Braga (1961-1965) para governador do Estado, tendo toda a sua campanha apoiada pela Igreja estadual. Outras questões que se encontravam em debate na Igreja, eram pensadas com certos cuidados, evitando brechas para qualquer aproximação ou relação com o temido comunismo.

No início dos anos 60, a grande preocupação era a situação do Brasil, o avanço das ideologias comunistas e seus consequentes perigos. O tema da reunião de 1960 foi a Reforma Agrária. Em 1962, foram tratados os temas do sindicalismo rural e da orientação política. Em 1963, os bispos pediram que na Quaresma, se tratasse da Doutrina Social da Igreja. Falaram também da Mobilização Estadual contra o Analfabetismo, MECA e da casa própria. (CHIQUIM, 2005, p.268)

O episcopado paranaense publicou em 31 de março de 1964 o “Manifesto do Episcopado Paranaense”, um documento com críticas a atual situação política do país, defendendo a soberania das instituições e a liberdade de ensino, além de manifestar severas críticas ao comunismo em relação a sua suposta capacidade de “degradar a instituição familiar e as instituições brasileiras” (BOLETIM ECLESIAÍSTICO, 1964, p.19). E, no dia seguinte à publicação de tal manifesto, se instaura no Brasil o regime militar.

Tal ação, teve em seu início, total apoio da Igreja, o que proporcionou a emergência de um modelo de governo e de poder que tão logo se utilizou de táticas severas e infelizes para manter o controle sobre a população e diante das atividades políticas. O principal argumento para se legitimar foi o combate as “ideologias perniciosas”, ou seja, ao comunismo, além da necessidade de se manter a ordem, justificativas que permitiram ao governo cometer uma série de ações opressoras.

Tão logo ao Regime Militar ter se iniciado, membros do clero se tornaram vítimas dessas medidas, o que resultou com que parte da Igreja começasse a tecer críticas ao novo governo. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se lança como liderança dessa manifestação, causando desentendimentos entre os bispos e o governo militar. A fração do clero que assumiu discursos e práticas de organização vistas como “perigosamente progressistas”, confundidas até com ligações à ideologia comunista, pioraram ainda mais as tensões entre o governo e a Igreja.

Até a década de 1950, a Igreja brasileira mantinha uma aliança explícita com o Estado e com os seus propósitos políticos. Todavia, durante a década de 60, mas sobretudo a partir de 1970, frações do clero católico, pautados nas constantes

violações dos direitos humanos, nas perseguições políticas, na tortura e, sobretudo, amparados pela opção pelos pobres, rompem com a estrutura do Estado e passam a ser uma das principais vozes das causas dos movimentos sociais brasileiros. (LOWY, 2000, p.70)

Na Igreja paranaense, as transformações se tornaram mais significativas a partir de 1964, com a criação da sede da CNBB no Paraná em 30 de setembro deste mesmo ano, a CNBB Regional Sul II, com sede em Curitiba e abrangia todo o estado do Paraná. O primeiro subsecretário foi Frei Agostinho José Sartori, que, cinco anos mais tarde, assumiria a Diocese de Palmas. Este “desde o início demonstrou vontade de estar próximo à base e conhecer, a fundo, a realidade das Igrejas particulares” (CHIQUIM, 2005, p.269). Sua principal preocupação foi implementar uma base sólida que proporcionasse condições de ajuda e ação aos fiéis católicos que enfrentavam problemas, tanto sociais quanto eclesiais, que se apresentavam de modo grave ao longo do Estado. Suas primeiras medidas foram implementar as transformações propostas no Concílio Vaticano II, onde enfrentou a resistência de partes conservadoras da Igreja.

Obviamente que a Igreja não se tornou campo revolucionário. Porém, as mudanças exigiram da instituição posturas mais abertas ao diálogo, demandando um olhar efetivo para os problemas concretos da realidade do católico, deixando para segunda instância a preocupação com a forma como os ritos eram praticados. No caso do Paraná, esses problemas estavam concentrados mais precisamente no campo, em decorrência da forma como se deu a ocupação populacional do Estado até a década de 1960.

A discussão em relação aos problemas da terra, principalmente em relação aos resultados da questão agrária ocorridos nos governos de Lupion e Bento Munhoz, deveria ser parte das preocupações da Igreja, pois os fiéis precisavam sentir que a Igreja estava ao seu lado. Assim, segundo Chiquim (2005, p.269-272), os bispos paranaenses decidiram se manifestar em apoio aos agricultores, principalmente os de origem migrante, que vieram ao Paraná atraídos pela busca de terras, mas se viram envolvidos em negócios escusos com as Companhias Colonizadoras, buscando dar respostas a situação e mostrar que a Igreja estava ao lado dos agricultores prejudicados, sendo sua porta-voz, realizaram nos dias 24 a 27 de junho de 1965 a Marcha dos Bispos pelo Oeste do Paraná, que foi uma cavalgada dos bispos pela região Oeste do Paraná, iniciando em Foz do Iguaçu, passando em Santa Terezinha, São Miguel, Medianeira, Céu Azul, Cascavel, terminando em Toledo. Mesmo que o trajeto não tenha sido percorrido em sua totalidade a cavalo, a Marcha cumpriu seu trajeto estabelecido.

Nesta perspectiva, o slogan do segundo bispado de Palmas tem na característica missionária seu maior predicado, adotando as medidas pós-concílio como chave e modelo do novo ser Igreja. Em uma de suas primeiras cartas pastorais, Dom Agostinho apresenta o que chama de “nova auto definição da Igreja”:

A Igreja sempre se sentiu missionária por uma necessidade vital e em obediência ao mandamento explícito do Cristo Ressuscitado, do qual é o “hoje” histórico e o “agora pascal”, preparando a humanidade toda para o “hoje eterno”. Sem dúvida, porém, que depois do Concílio houve um aprofundamento teológico nessa dimensão missionária, que tem o sabor duma autêntica autodefinição. Pois, a Igreja Peregrina é por natureza missionária. A atuação missionária continua e desdobra a missão do próprio Cristo. É na encarnação do Verbo Missionário do Pai e no Pentecostes, sua razão e causa de ser e se explicitar no tempo. (SARTORI, 1974, p.02)

Esse caráter missionário representa dentro da linguagem teológica a perpetuação da Igreja no mundo, consolidado na sucessão dos tempos históricos. Assim, na visão de Dom Agostinho, o amadurecimento histórico da Igreja proporcionou a ela a capacidade de autovisualização, dando-lhe compreensão e bases para essa nova forma de ser. Desta forma, o Concílio Vaticano II foi a expressão desse processo, permitindo uma reorganização significativa da teoria e da prática da Igreja, a mudança “de uma Igreja que se considerava única, perene e infalível, para uma Igreja, que a partir da auto-observação e reflexão eclesial, se viu em processo histórico como peregrina, competitiva e missionária” (SARTORI, 1974, p.05).

Nesta visão, o trabalho missionário se tornou mais viável e amparado durante o segundo bispado. A região sudoeste se encontrava mais estruturada, o que permitiu a diocese realizar um acompanhamento das atividades eclesiais e das realizadas pelos leigos de forma mais próxima. Para isso, houve a utilização dos canais de comunicação que chegaram na região em meados dos anos 70, como estradas adequadas, carros a serviço do clero, telefone, rádio, entre outros.

Esta ampliação das bases de comunicação aliada ao planejamento pastoral, dentro da realidade organizacional da sociedade sudoestina, foi a ação encontrada por Dom Agostinho para manter o fiel católico na direção diocesana. Assim, os planos pastorais visavam incorporar os leigos na estrutura da Igreja, tornando-o um agente religioso que deveria obrigatoriamente “deter certo domínio sobre um determinado conjunto de códigos internos ao campo religioso, construir círculos de discussão e evangelização comunitária” (SARTORI, 1975, p.07), investindo assim, no que o bispo chama de “formação de lideranças”. Aos padres caberia classificar as vivências dos leigos e considerar se eram espiritualizadas a ponto de

assumirem tal atividade, além de orientarem e acompanharem as atividades realizadas pelos leigos autorizados.

Essa incorporação do leigo na atuação da Igreja durante o segundo bispado, pelo menos até o final da década de 70, não se resumiu apenas em convidá-lo a participar e congregar, mas principalmente em se manter vigilantes a suas práticas religiosas, capitalizando-o cognitivamente para que pudessem enfrentar com serenidade cristã os “novos tempos”, ajudando-lhes no discernimento em suas escolhas guiados pela luz católica.

Porém, a partir das mudanças na região nos anos 70, surgiram novas possibilidades de convivência e de escolhas religiosas. A Igreja que agia de forma hegemônica até então, perdeu seu terreno para as novas Igrejas que se instalaram na região, nomeadas por Dom Agostinho como “seitas”.

Nesse sentido, abordou-se duas medidas: a primeira foi o combate direto às seitas a partir de discursos e ações organizadas pela diocese, alertando ao católico e preparando os padres para essa contenda. Outra forma de resistência se deu a partir da centralidade atribuída à devoção mariana, exclusiva de nossa Igreja. (SARTORI, 1975, p.9)

Os discursos em relação as “seitas” se norteavam basicamente em uma visão negativa, pautando-se na afirmação de que a transição de um fiel católico para uma das seitas não era racional, mas consequência de uma fragilidade espiritual e material na qual estava submetido – recurso já visto na justificação da necessidade de “civilizar” o caboclo. Desta forma, o aumento das seitas era resultado da pobreza, enganação e alienação. Esses argumentos estão presentes em vários escritos de Dom Agostinho, no qual destaca-se uma carta pastoral:

De todas as partes chegam notícias da violenta infiltração de seitas nas fileiras, que até agora podiam ser ditas inteiramente católicas. É verdade que o trabalho das referidas seitas se baseia, quase sempre, num engodo das populações de nível cultural mais precário, mas nem por isso, pode deixar de preocupar-nos. O nosso zelo apostólico deve encontrar uma forma tranquila, mas eficaz, de fazer frente a esta dificuldade. Bem sei que não nos é possível utilizar os mesmos métodos e processos por ele empregados, por serem, por si mesmos, rejeitáveis; mas cumpre que façamos alguma coisa por aqueles que são nossos, porque os batizamos, os crismamos e que, por nosso ministério, foram enxertados no Cristo (SARTORI, 1975, p.05)

Fica nítido o empenho em criar os “outros”, a “ameaça” ao catolicismo. Assim, justificam-se os combates, no caso dos caboclos em tempos anteriores, pela incivilidade e fragilidade espiritual, e neste momento se constrói sob a falta de formação sólida, tanto em nível intelectual quanto espiritual. O surgimento dessas discussões indica o aparecimento de

um “mercado religioso” aberto e competitivo. Diante desta nova realidade, elaboram-se estratégias para manter os adeptos e recuperar as “ovelhas perdidas”, conforme afirma Baczko:

As situações conflituais entre poderes concorrentes estimulavam a invenção de novas técnicas de combate no domínio imaginário. Por um lado, estas visavam a constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade; por outro lado, exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões (1985, p.300).

O aumento de confissões religiosas e o êxodo rural na região sudoeste eram vistas pela Igreja como ameaças concretas à sua hegemonia religiosa. Por isso, o principal campo de trabalho de Dom Agostinho na década de 80 vão ser as contradições oriundas dos desequilíbrios no campo, tratando o deslocamento populacional como uma ação violenta e traumática. Também se nota certa resistência na diocese em relação aos movimentos surgidos no interior da Igreja nos pós-concílio, principalmente a Renovação Carismática Católica e a Teologia da Libertação.

A Renovação Carismática Católica (RCC) surgiu em 1967, a partir dos estudos da obra “A Cruz e o Punhal” pelos professores e jovens estudantes da Universidade de Duquesne, nos Estados Unidos. Teve como precursor o Papa João XXIII, que compôs uma oração de louvor ao Espírito Santo como preparação espiritual da Igreja para os trabalhos do Concílio Vaticano II. Sua ideia central é espiritualizar os fiéis católicos a partir do desenvolvimento de seus respectivos “carismas/dons”. A RCC não acrescentou nada de novo à doutrina da Igreja Católica, mas ampliou o reforço doutrinário da Igreja e o leque de possibilidade no interior da mesma para o fiel construir novas experiências religiosas. Se fundamenta na tentativa de restaurar uma perspectiva de Igreja que tinha como referência a noção de comunidade primitiva, representada no Novo Testamento. Se assemelha as demais denominações pentecostais pela prática das orações conjuntas, batismo pelo Espírito Santo, experiências em transe e orações em línguas, e se opõem a estas em questões doutrinárias, como o culto aos santos e à Virgem Maria (LIMA, 1987, p.96)

Já o segundo movimento, a Teologia da Libertação, é:

[...] um movimento sócio eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. Contudo, ao proceder assim, seus adeptos chocaram-se contra o Estado, interesses econômicos e até mesmo a hierarquia da instituição Católica. (LOWY, 2000, p.62)

Inicialmente repelida na Igreja diocesana, a RCC adquiriu espaço e passou a ser benquista a partir da metade da década de 1980, principalmente pela sua postura diante da

composição dos rituais religiosos como as romarias e, pela forma de religiosidade proposta nos grupos de oração. Essa ressalva no início do movimento se dá pela sua proximidade com o pentecostalismo, conforme aponta o texto de Dom Agostinho no jornal *Diocesano*, em 1977:

O movimento pentecostal com o nome de “carismático” foi um dos muitos temas da IX Assembleia Geral da CNBB, realizada a pouco em Itaiçi. O assunto é problema ecumênico. Embora se chame “movimento carismático” ou de renovação do espírito de oração (grupos de oração), ele sempre é um tipo de movimento pentecostal. Aqui se apresentam certos perigos em que o movimento pode incorrer: “carismania” análogo à ecumânia. E então a pergunta: é divisor ou criativo esse movimento entusiasta? Essa pergunta torna patente que o movimento pentecostal bole com o campo da unidade da Igreja Universal e mesmo local de Palmas (SARTORI, In: INFORMATIVO DIOCESANO, 1977, p.12).

Já, os pressupostos da Teologia da Libertação prevaleceram sendo mencionados durante todo o episcopado de Dom Agostinho, que se envolveu em várias movimentações de ordem sociopolítica. Nesta realidade, as frações internas da Igreja e os próprios leigos se dividiam diante dos mais variados projetos de ação dentro da Igreja, o que abriu espaço para a disputa da hegemonia em torno dos fiéis.

Na década de 60, no seu processo de adaptar-se aos novos tempos, no *aggiornamento*, a Igreja se encontrou num caminho de mão dupla: de um lado fermentou as ações da esquerda e liderou uma importante mudança institucional que foi confirmada pelo Concílio Vaticano II e que significou importante passo na direção de uma elaboração teológica mais voltada para os problemas sociais, a Teologia da Libertação; de outro, tomou a trilha mais conservadora que veio a dar na Renovação Carismática (PIERUTTI & PRANDI, 1997, p.30).

A diocese de Palmas lidou com os dois perfis, pois ambos cativaram grande parte dos católicos. A partir da postura e das falas de Dom Agostinho, fica nítido, inicialmente, sua opção pelos pobres e alinhado em certa medida as bases da Teologia da Libertação. Seu acompanhamento direto e ativo quanto representante da instituição em relação aos modos de vida da sociedade e a ação adotada diante da população mais pobre com certa sensibilidade alinha-o a tal corrente. Mesmo no início dos anos 80, com a política de combate as correntes progressistas por parte do Vaticano, durante o papado de João Paulo II, houve um recrudescimento dessa posição por parte da Igreja diocesana.

[...] o perfil eclesiológico do papado de João Paulo II, cujo combate a qualquer flerte entre as doutrinas da Igreja e o comunismo proporcionou a construção de uma Igreja Católica comprometida com a pura espiritualização dos fiéis e manutenção de princípios conservadores (PIERUTTI & PRANDI, 1997, p.30).

Essas tensões políticas no interior da Igreja moldaram de formas diferenciadas os movimentos internos da instituição. Nitidamente, a posição política assumida pela diocese em apoio aos movimentos sociais, auxiliando na existência destes – como veremos ao decorrer deste capítulo –, e na criação e manutenção de instituições sociais de auxílio aos necessitados, foi capaz de fazer emergir e definir tensões entre o clero da região.

Nesse sentido, ao longo de seu episcopado foi presente a preocupação com as questões sociais dos excluídos e marginalizados da sociedade, para os quais criou pastorais e instituições responsáveis em atender e inseri-los na sociedade, firmando parcerias com líderes sindicais, empresas, políticos regionais e estaduais, instituições governamentais e privadas. Entre elas, destaca-se a EISPAL – Escola de Integração Social de Palmas, criada em 19 de setembro de 1974 após Dom Agostinho apresentar publicamente sua preocupação com o elevado número de crianças e adolescentes perambulando pelas ruas na cidade de Palmas, sendo mantida pela diocese para atender crianças e adolescentes em situação de mendicância e vulnerável delinquência juvenil, pelos quais “me senti no dever de fazer algo, proporcionar a estes menores um futuro que propiciasse um maior crescimento integral, com dignidade humana, evitando a delinquência juvenil” (SARTORI, 2008, p. 163).

O começo das atividades da EISPAL se deu após a união da sociedade Palmense com Dom Agostinho, onde destaca-se a autoridades municipais, Prefeitura de Palmas, além da população em geral que auxiliou com doações materiais e financeiras. Assim, em 14 de abril de 1975 inaugurou-se o prédio sede, com 326 metros quadrados, para o atendimento de crianças entre 07 a 14 anos de idade, mantido pelas Caritas Diocesana.

A partir de 1976 o Instituto de Assistência ao Menor – IAM, constatando o que se vinha fazendo, ofereceu-se para implantar ali o Centro de Estudos do Menor e a Integração da Comunidade – CEMIC, projeto aprovado pela Fundação Nacional de Bem Estar do Menor – FUNABEM, recebendo ainda, auxílio do Amparo ao Menor Carente – AMENCAR (NAZARO, 2011, p.164)

Através destas parcerias que auxiliaram na manutenção da EISPAL, esta passou a desenvolver atividades recreativas, incentivo a criatividade, confecção de trabalhos manuais, aprendizagem de cultivos de hortas, noções de higiene, medicina preventiva, ajuda nas dificuldades escolares, além de receberem os cuidados básicos como alimentação, atendimento odontológico e médico, vestuário e auxílio escolar, sempre embasadas na doutrina católica. Pois, “não se trata apenas de alfabetizar, este é o trabalho da escola

propriamente dita, mas sim de integrar o homem em seu meio ambiente” (SARTORI, 1975, p.15).

A EISPAL envolve em seu trabalho não somente os menores, mas também a família e a comunidade, sendo necessário que os pais estejam empregados para que o menor tenha sua vaga assegurada. Buscando reduzir custos e manter a Igreja a frente da instituição, em 1980, Dom Agostinho traz a Congregação das Pequenas Irmãs da Sagrada Família para assumirem a coordenação e os trabalhos na entidade, tornando assim as funções leigas em voluntariado.

A instituição chegou a atender 250 crianças e adolescentes, numa faixa etária entre 3 meses a 18 anos de idade, acompanhados semanalmente pelo bispo, que realizava ainda um trabalho de acompanhamento das famílias, visando incentivar a organização social familiar.

Atualmente a EISPAL, possui aproximadamente 2.400 metros quadrados de área construída e conta com refeitório, salas de aula, parque infantil, horta, marcenaria, sala de informática, sala de artes, consultório médico e odontológico, dormitórios, salas de recreação, área de esportes, desenvolvendo o atendimento a 240 crianças e adolescentes entre 03 meses a 18 anos empobrecidos e em situação de risco pessoal e social. Tendo como regime de atendimento o Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto, desenvolvendo com os educandos atividades educacionais, recreativas, desportivas, artístico-culturais, além de cursos de artesanato, jardinagem, línguas estrangeiras, inclusão digital e música (REGULAMENTO EISPAL, 2018, s/p.)

Ainda em relação as políticas de cunho sociais, podemos destacar a criação do Lar dos Velhinhos Nossa Senhora das Graças, em 11 de março de 1973 na cidade de Palmas, idealizado e tendo suas estruturas doadas pelo casal palmense Sr. João José de Araújo e Dona Cristina Loyola de Araújo, foi repasso aos cuidados da Diocese de Palmas, sendo mantido por ela e pelas doações recebidas da população em geral. Tem por finalidade: “dar abrigo, assistência e melhores condições de vida às pessoas idosas e carentes de recursos materiais” (REGULAMENTO LAR DOS VELHINHOS, 1974, p.02).

Todos os idosos assistidos recebem assistência de acordo com suas necessidades, idade e condições físicas e psíquicas. Atualmente, o lar está sob a responsabilidade da Congregação das Irmãs da Consolação, que realiza o trabalho em favor de aproximadamente 25 idosos de Palmas e de outros municípios da Diocese. Recentemente a entidade passou a ser mantida pela Associação Senhor Bom Jesus da Coluna, após 39 anos de apoio do CPEA (Centro Pastoral Educacional e Assistencial Dom Carlos).

Essas questões sociais de preocupação com os excluídos e marginalizados estarão presentes em muitos dos textos de Dom Agostinho, onde ele repassa essa preocupação aos fiéis e pede ajuda para as instituições criadas e as pastorais envolvidas nestas problemáticas

sociais, buscando sempre incentivar a igreja missionária tão defendida por ele, como forma de materialização da fé e de produção de “frutos”, ao ver a benfeitoria realizada para com o próximo, como esta carta pastoral de 1999:

O grito dos excluídos nasce do crescente processo de exclusão que atinge o mundo todo e, de forma contundente, o Brasil, como resultado histórico de sistemas políticos injustos, cujas raízes remontam à época de seu descobrimento, e que se agrava atualmente em vista do modelo neoliberal, implantado a partir de 1990, o qual reforça a estrutura de desigualdade na realidade brasileira, situação que chega a limites extremos com a globalização econômica e reduz uma grande parte da população à mais dolorosa e extrema situação de miséria. Assim, diante de uma sociedade cada vez mais sufocada por anseios materiais e, por isso mesmo, tanto mais afastada de Deus e do seu semelhante, mas, ainda, assim, à procura de ideais éticos, ansiosa por participação e cidadania e inclinada ao exercício da solidariedade, através dos tempos, firmou-se a Igreja na sua convicção maternal de que lhe cabe formar consciências voltadas para as questões sociais e convictas de que Cristo está presente na Igreja e no mundo através dos pobres (SARTORI, 1999, p.01)

Embasando-se no discurso diante da necessidade de melhor atender os fiéis que lhe foram confiados, Dom Agostinho anunciou em 1987 o desdobramento da sede administrativa da diocese de Palmas. Obviamente que esta ação foi movida por interesses políticos e sociais, afinal a parte administrativa da Igreja permaneceu e permanece até hoje em Palmas, enquanto a parte pastoral foi transferida para a cidade de Francisco Beltrão, havendo assim um deslocamento parcial do bispado para a região central do Sudoeste, mais próxima dos municípios atingidos pela problemática da terra e da fronteira com a Argentina.

Tendo a cidade situada no território da Diocese de Palmas, publicamente denominada de Francisco Beltrão, em razão de sua feliz localização, de seu aumento demográfico e ainda de seus crescentes recursos, com o correr dos anos, alcançando bom nível de desenvolvimento e, ainda gora, continua florescendo, pelo número crescente de fiéis, foi-nos solicitado que esta fosse elevada à dignidade e distinção de Concatedral, sendo aceito decreta-se que seja acrescido sempre à Igreja de Palmas o título e a denominação de Francisco Beltrão (DECRETO DE CRIAÇÃO DA CONCATEDRAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, 1987, p.02)

A partir deste ato, a Diocese de Palmas, agora em situação única no Brasil, passou a ser denominada Diocese de Palmas – Francisco Beltrão, tendo uma sede administrativa na cidade de Palmas e uma sede pastoral na cidade de Francisco Beltrão, ambas respondendo a um só bispado.

Neste contexto, observa-se o bispado sendo desdobrado sob outras redes de governança e referência, adotadas em função de outros processos que estavam marcando a configuração e organização sociopolítica da região. Entre as quais podemos destacar o surgimento de diversas igrejas protestantes, em sua maioria com base neopentecostal, que na

ausência ou distância da Igreja Católica poderiam tornar-se agentes da alienação religiosa; a questão do abandono do sacerdócio por vários padres, relacionadas diretamente a distância do bispado, o que com o desdobramento diminuiria, já que o bispo poderia estar “nas duas pontas” do território diocesano, acompanhando de perto seu “rebanho”; e por fim, a necessidade da aproximação com os fiéis com o objetivo de conscientizar o católico sob o seu papel no mundo, algo instituído no Concílio Vaticano II, assumido não somente pela Igreja Diocesana, mas por outras instituições que auxiliaram neste processo, como por exemplo a ASSESSOAR – Associação de Assuntos, Orientação e Assistência Rural – formada por religiosos que, autonomamente ou em nome da diocese, atuavam junto aos colonos expropriados. A ala do clero vinculada a ASSESSOAR, desde a sua fundação, esteve comprometida com uma ação pastoral mais incisiva, com forte inspiração nas propostas progressistas surgidas pós-Concílio.

Essas questões político-sociais, ainda que pequenas, ajudaram a conceber a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão com esta realidade única e singular, e estas ações foram essenciais para as grandes movimentações de viés político realizadas por Dom Agostinho, conforme veremos no decorrer deste capítulo.

3.2 Dom Agostinho e o direito divino sobre a terra

O bispado de Dom Agostinho, desde o início, foi marcado por embates que envolviam estruturas internas da Igreja, local e nacional, por consequências das tensões políticas que se faziam presentes no Brasil. A ruptura de uma parte da Igreja, incluindo a diocese de Palmas, com o Estado a partir do golpe de 1964, por causa das denúncias das torturas por membros do clero e as demandas exigidas no pós-Concílio Vaticano II, permitiram que alguns religiosos assumissem uma postura mais crítica, articulada as causas dos movimentos sociais. Segundo Sader (1988), isso proporcionou o apoio de um grande número de bispos e agentes do clero aos movimentos sociais urbanos e rurais, resultando, posteriormente, numa força política e mobilizadora dentro da Igreja, permitindo que outras pessoas adotassem a causa, como leigos e instituições vinculadas.

Entretanto, no Sudoeste, grande parte do clero e da população em geral não adotou tais posições. Até hoje é perceptível a resistência diante de determinadas questões políticas, sobretudo as de viés progressistas. Isso resultou numa manutenção das alas mais conservadoras e moderadas da Igreja pelo clero e católicos, que mais tarde se identificariam e

popularizariam o movimento da Renovação Carismática Católica. Essas movimentações se deram ao mesmo tempo em que se havia um processo de grande tensão no campo, ocasionando a saída de parte da população deste ambiente. Os que permaneceram se encontraram com a organização dos colonos, com um viés mais progressista fundamentado nos movimentos sociais. Aos que saíram, adotaram uma postura menos sensível a causa, não necessariamente reprovando-a.

Todavia, essa postura adotada por Dom Agostinho apresenta sua clareza diante das dificuldades e da complexidade sociológica na qual a região Sudoeste havia sido concebida, pois segundo ele, a colonização “fez-se de qualquer maneira e qualquer preço” (SARTORI, 1974, p.02). Isto foi resultado da atração dos colonos diante de um “elemento invejável”:

Chamados pela miragem de terras férteis, mas infelizmente, marcadas por interesses escusos que levaram à assim chamada “revolução do Sudoeste”. As companhias colonizadoras parecem que não tinham outra preocupação a não ser a de locupletarem-se (SARTORI, 1974, p.03).

Disto, resultou uma região mal planejada, sem infraestrutura adequada, municípios pequenos e mal distribuídos, sem organização estrutural.

[...] umas perto demais, outras distantes demais, mal localizadas e sem planejamento e previsão para o seu desenvolvimento. Por outro lado, municípios de recursos limitados não, não permitem que se implante em seu âmbito a infraestrutura necessária. Assim também, uma região, na qual não existe nenhum programa que vise a industrialização, e calcada exclusivamente na pequena propriedade agrícola, está sujeita as vicissitudes da fácil migração ou do empobrecimento ou então da corrida para a cidade que, por sua vez, não conta com mercado de trabalho e daí estamos a um passo da marginalização. Desta situação, sob o ponto de vista pastoral, surge a quase inevitável caminhada para uma religiosidade e consequentes prática religiosas que levam, quase sempre, a uma alienação (SARTORI, 1974, p.04).

Pois, a ocupação da região Sudoeste foi consolidada ao final da década de 50, período em que o número de migrantes oriundos do sul do país ultrapassou o número da população de origem paranaense, onde maioria ainda eram caboclos. Esse fluxo migratório proporcionou o adensamento das vilas, das populações e da Igreja Católica.

Em primeiro momento, ao chegaram no novo território os migrantes ocuparam propriedades, pois era isso que buscavam. Entretanto, com a saturação populacional, a demarcação de terras exigiu que para se adquirir as terras era necessário a compra de posses, o que aconteceu inicialmente em relação a dos caboclos. “A compra se dava a preços reduzidos e em muitos casos eram medidas por trocas em espécie. Os valores envolvidos normalmente eram animais e pequenas quantidades de produtos como o milho” (SCHREINER, 2002, p.83).

Essa prática gerou várias tensões entre esses dois grupos, afinal os caboclos e seu modo de vida sofreram um grande impacto com a entrada massiva dos migrantes. “Aos poucos foram perdendo as suas propriedades e sendo empurrados para as vilas, muito devido à demarcação da propriedade e às negociações com os colonos, que na maioria das vezes eram extremamente desvantajosas para os caboclos” (SCHREINER, 2002, p.83)

Outra questão relevante corresponde aos valores socioculturais dos caboclos, negativados em múltiplas frentes. Primeiramente pelas instituições como a Igreja e a CANGO, que normatizaram e reprovavam seus costumes religiosos e de trabalho. Essas instituições somadas aos colonos, resultam em diversas tensões vivenciadas pelos caboclos com estes que não compreendiam sua cultura em relação a apropriação de terra, ao trabalho e a à religião.

“A diferenciação dos costumes característicos dos colonos com o tempo permitiu a afirmação da positividade das práticas culturais dos migrantes, sobretudo as relacionadas ao modo de apropriação da terra” (RENK, 1997, p.23). Assim, nesse primeiro momento, a propriedade passa por uma revalorização moral, outorgada pelas instituições e pela manutenção dos modos de vida de um grupo em relação ao outro. Os caboclos, por sua vez, não conseguiram manter resistência a tentativa de extinção de seus costumes de vivência. Entretanto, a resistência aparecerá mais articulada alguns anos depois, quando, com os movimentos sociais, sobretudo no final dos anos 70 e início dos anos 80, os elementos da cultura cabocla foram reapropriados por grupos como o MST, que se valeram delas para suas reivindicações.

Desta forma, o Sudoeste do Paraná tratava-se de uma região em que as dinâmicas populacionais como a migração desordenada permitiram o arrolar de inúmeros conflitos de questão agrária. Nesse sentido, algumas medidas foram tomadas com a finalidade de se construir entre os colonos e a Igreja laços mais estreitos de identificação. Os processos de dissolução das raízes e bases rurais trouxeram impactos ao catolicismo diocesano, pois para os fiéis a vivência religiosa passou a ser influência por outros elementos singulares. Para aqueles que saíram do campo de forma passiva, não houve traumas. Porém, quem tentou se manter no campo e não conseguiu, encontrou a luta coletiva como alternativa. “A processualidade proveniente da tensão entre manter-se no campo, modernizar-se ou abandoná-lo, polarizou grupos, criou alinhamentos e flexionou a Igreja entre segmentos bastante distintos” (SANCHIS, 1992, p.102).

Para aqueles que optaram pela luta, a Igreja diocesana se apresentou como uma fonte de apoio e alento, auxiliando na organização e resistência, articulados aos movimentos sociais que surgiam ao longo do estado e do país. Afinal, o sudoeste do Paraná tem sua história marcada à luta pela terra. Ao final da década de 50, houve uma série de conflitos relativos à apropriação das terras devolutas existentes na região, entre os quais destaca-se a Revolta dos Posseiros de 1957, que conforme anteriormente destacado, consistiu na organização dos expropriados contra os interesses das companhias colonizadoras que exploravam economicamente a região.

Foi a busca por terras devolutas que embasou o processo de migração, mas foi a regularização das propriedades a maior conquista dos colonos, sendo o ponto de partida para o desenvolvimento da região. Esta Revolta foi consequência direta da forma desordenada em que se deu a ocupação, tornando o Sudoeste um marco da luta coletiva dos colonos diante do perigo de que as terras em que cultivavam e residiam lhes fossem tiradas.

A situação foi parcialmente resolvida a partir da instalação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), com o objetivo de delinear e efetivar a colonização, medir, demarcar e dividir os lotes, construir estradas, postos de assistência a agricultura, escolas e incentivar o associativismo (LAZIER, 1998). A partir desses trabalhos, os posseiros conseguiram se estabelecer em suas terras e desenvolveu-se um modo de vida fundamentado em profundas ligações com a manutenção da propriedade privada e um modelo de comunidade rural compatível com essa estrutura social. Afinal a identificação com a ideia de propriedade regularizada, cultivável, respondia aos objetivos concretos que levaram ao fluxo migratório.

A atuação da GETSOP e a possibilidade de regulamentação das propriedades trouxe aos colonos a sensação de garantia da posse da terra e a fuga do processo de proletarianização que se desenvolvia, proporcionando expectativa entre os migrantes, principalmente em relação as situações de conflitos, violência e incertezas vivenciadas anos antes. (LAZIER, 1998, p.135)

Entretanto, outras conjunturas sociais e políticas, mais uma vez prejudicaram os trabalhos e projetos dos colonos que se fundamentavam na agricultura de subsistência. Os planos políticos para o campo da agricultura buscavam colocar a produção agrícola subordinada ao capital industrial, gerando oportunidades de lucro para os grandes latifundiários e indo de contramão aos anseios dos pequenos produtores.

A grande concentração de terras nas mãos da minoria e o excessivo êxodo rural iniciado em todo o país nos anos 70, por consequência dos projetos políticos de mecanização

da agricultura, favoreceu o nascimento de ideias e a união de milhares de famílias para lutar em favor dos prejudicados.

A ida forçada para a cidade e a perda das terras possibilitaram a formação de organizações que lutassem ao lado dos agricultores por seus direitos e pela consumação da reforma agrária. “[...] a modernização no campo apresentou-se como um ‘elemento ao mesmo tempo desestruturador e estruturador das relações sociais’, pois significou uma nova composição de forças a partir da qual emergiu o ‘sem-terra’” (BATTISTI, 2006, p.75).

A política econômica definida para o campo, acarretou que ele precisasse cada vez menos dos recursos naturais e cada vez mais de recursos processados e produzidos nas indústrias, gerando um grande índice de trabalhadores assalariados e afetando fortemente a agricultura familiar, que foi excluída mais ainda das políticas públicas, dado que o sistema de crédito e subsídio favorecia exclusivamente as grandes propriedades, que conseqüentemente, com a venda das pequenas propriedades, aumentavam sua concentração de terras (FERNANDES, 1999).

Nesse contexto, o Movimento dos Sem Terra no Sudoeste – MST do Paraná – teve sua oportunidade de lutar contra a desigualdade no campo. Segundo Battisti (2006), este se constituiu como forma de organização dos agricultores que não se encaixavam no método moderno de produção que tinha uma intenção seletiva e beneficiava somente os poderosos.

A primeira ação concreta do movimento foi a ocupação da Fazenda Anoni no Município de Marmeleiro, em 1983. Segundo Battisti (2006), essa ação teve a participação de 650 famílias de trabalhadores sem-terra da região sudoeste paranaense, que se fixaram numa área de 4 mil hectares de terras improdutivas, que já havia sido totalmente explorada após a extração de madeiras na área.

Neste mesmo ano foi formado o Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra do Sudoeste (MASTES), unindo os trabalhadores rurais de forma organizada buscando encontrar soluções para os problemas que enfrentavam.

Assim, segundo Danieli (2014), o MASTES tinha por objetivo lutar pela reforma agrária e construir ações que possibilitassem a dignidade do trabalhador rural para que este tivesse garantia sob sua terra e pudesse trabalhar nela com segurança. O movimento se estruturou e cresceu rápido pelo Sudoeste, tanto que em 1985 já estava presente em 20 municípios. A autora relata ainda que, a primeira ocupação do MASTES se deu em 1984 na fazenda Imaribo, no município de Mangueirinha, com uma área de 17 mil hectares ocupados por 91 famílias.

A importância do MST e do MASTES era tão grande em todo o Paraná, que na cidade de Cascavel entre 21 a 24 de janeiro de 1984, realizou-se o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores que criou oficialmente o MST (FERNANDES, 1999). A igreja diocesana, diante desta problemática regional, engajou-se nesta questão, atuante diretamente com o MST.

Ambos os movimentos tiveram apoio de outras organizações e movimentos que agiam, até então, em nome da Igreja. No Sudoeste os trabalhadores obtiveram apoio da ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), de Sindicatos Rurais e da Comissão da Pastoral da Terra (CPT). A ASSESOAR desde a metade da década de 1960 foi a entidade responsável em implantar junto aos colonos as diretrizes mais progressistas do Concílio Vaticano II.

Segundo Fernandes (1999), a Assesoar, partindo da ideia de construir um sujeito ativo e atuante, sem deixar a condição de colono, montou sua linha de ação, sempre prezando pela busca do “sujeito de sua história” ou “fiel ativo”, que diante das condições de expropriação no campo, do aumento da atuação dos bancos e da especulação, atuou sempre em favor da organização e da resistência de inúmeros colonos.

Um dos elementos que energizavam a luta coletiva foi o catolicismo, principalmente a partir da organização e ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade que foi presidida por Dom Agostinho e embasada nos pressupostos da Teologia da Libertação. Esse processo logo se uniu ao MST e ao Movimento dos atingidos por barragens (MAB).

A Comissão da Pastoral da Terra (CPT), foi criada oficialmente em junho de 1975 durante o encontro de Bispos e Prelados da Amazônia. O evento convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas teve participação também de representantes de outras igrejas cristãs, e teve como objeto de discussão as ações necessárias para promover ao trabalhador do campo o protagonismo de sua história, dando suporte e acompanhamento em sua organização e trabalho (CPT NACIONAL, 2010). A CPT desde sua concepção em âmbito nacional, buscou criar espaços de interação política para os trabalhadores rurais, proporcionando o contato entre os integrantes do MST de diferentes estados e regiões, visando uma troca de experiências e a convivência entre os iguais.

No sudoeste paranaense, a atuação da Igreja Católica no âmbito do campo iniciou-se de forma efetiva nos anos 1960, baseada na Doutrina Social da Igreja, resultado das modificações do Concílio Vaticano II (1962-1965). Sua presença ajudou no surgimento de lideranças na região, porém um dos primeiros trabalhos foi o acompanhamento de migração

de agricultores na região sul do país que vinham para o sudoeste dentro da política governamental conhecida como “Marcha para o Oeste”, com o objetivo de ocupar terras de fronteira. Nesse contexto, a congregação Sagrado Coração de Jesus envia ao Brasil um grupo de missionários e padres belgas em 1963, que tinham como função acompanhar de perto as ações no campo (DANIELI, 2014).

É nessa realidade, que em 1966, constitui-se a ASSESOAR, formado por 33 jovens militantes da Juventude Agrária Católica (JAC), amparados pelos padres belgas, que buscavam promover melhorias na vida dos trabalhadores rurais e desenvolver a agricultura familiar baseada na Doutrina Social Cristã (CALLEGARI & ALBA, 2016).

Porém, é somente em 1978 que os agricultores vão participar ativamente na ASSESOAR, passando a assumir a entidade, o que proporcionou uma maior aceitação e representatividade dela entre os trabalhadores rurais.

Uma prova disso são os números de participantes em Assembléias que, em 1976, foi de 43 pessoas, em 1977, de 50 pessoas e, em 1978, de 169 pessoas. Foi nesta Assembléia geral que foi eleito o primeiro agricultor como presidente da ASSESOAR (CALLEGARI & ALBA, 2016, p.10).

De início, os agentes da CPT encontraram nos agricultores um medo e um receio enorme de lutar por seus direitos, o que era de se esperar, já que viviam em uma ditadura que ceifava todo movimento contrário a ela. Outra preocupação presente entre os agricultores era sobre a questão da propriedade privada, para a qual os agentes usaram da Bíblia e do Estatuto da Terra (1964) como ferramenta para sensibilizar e afirmar que o direito à terra estava previsto nas leis dos homens e nas leis divinas.

Esses setores progressistas da igreja e a CPT, foram essenciais para a superação da noção moralista em relação a propriedade e introduziram a noção de direito à terra.

[...] a noção de direito a terra de trabalho foi articulada na 18ª Assembléia Geral da CNBB, em Itaici (1980), no documento ‘Igreja e Problemas da Terra’. Também a Igreja de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) tratou da questão da terra no documento ‘Terra de Deus – Terra para Todos’, de 1981. (SCHREINER, 2002, p.171).

A CPT fundamentava seu trabalho na Teologia da Libertação, usando a Bíblia para legitimar a ação e os moldes de vida e de trabalho dos pequenos agricultores, incentivando os trabalhadores sem-terra a luta. Formaram-se assim, ocupações e acampamentos, tendo como protagonistas a organização interna da CPT.

Outra ação desenvolvida dentro desta temática pela Igreja Diocesana eram as Romarias da Terra, acompanhadas em toda sua organização e ação por Dom Agostinho.

Romarias da Terra foram eventos religiosos organizados a partir da década de 1980 por uma série de entidades e grupos vinculados as causas dos colonos expropriados. A primeira Romaria da Terra aconteceu em Guaíra, no dia 28 de julho de 1985. As Romarias da Terra foram em diversos momentos lideradas por líderes religiosos que encabeçaram a luta coletiva dos colonos. Destaca-se neste tocante, a atuação de Dom Agostinho José Sartori e de outros religiosos. (SHREINER, 2002, p.184)

Por outro lado, a Igreja também foi cobrada por outros setores quanto ao alinhamento supostamente “esquerdista”, “comunista”, das suas ações políticas. Dom Agostinho veio a público em vários momentos para negar que estivesse estimulando “invasões”, “depredações”, dentre outras ações. “Todavia, se sabe que o seu envolvimento com os “acampados”, como eram conhecidos os trabalhadores rurais expropriados, era constante” (SCHREINER, 2002, p.188).

Dom Agostinho sabia quem eram os sujeitos que necessitavam da sua atenção quanto representante da Igreja. Durante sua trajetória como bispo, sempre relacionou a ação da Igreja na região com a manutenção dos modos de vida da população e com a conservação da dignidade dos diferentes grupos existentes na diocese. A sua convicção quanto a eficácia de modelos comunitários da Igreja, dando condições concretas de existência aos indivíduos, o fizeram entender que “somente haveria de fato evangelização no momento em que os sujeitos construíssem coletivamente uma sociedade eclesial” (SARTORI, 1987, p. 08). Nesse sentido, o coletivo deveria ser compreendido como a possibilidade de superação da desigualdade, promovendo a superação do atraso ocasionado pela marginalização.

Esse discurso de Dom Agostinho vai fazer emergir entre o clero diocesano uma ação mais alinhada ao pensamento progressista e comprometido com os projetos sociais. Um dos mais populares entre esses projetos foi a criação das Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s, as quais, Dom Agostinho acompanhava de perto e participa das mais próximas. Obviamente que esse modelo de catolicismo não foi aceito por uma parcela significativa dos fiéis e pelos padres mais idosos, formados antes do Concílio Vaticano II e resilientes diante de qualquer ação que flerte com a “esquerda”. Isso porque as CEB’s se fundamentavam em um catolicismo mais engajado e intelectualizado, para o qual se exigia além uma fé ampla, formação política.

A CPT reunia-se com os agricultores nas Comunidades Eclesiais de Base para discutir ideias, incentivar a reforma agrária, organizar o modo de vida nos acampamentos, se

referenciando em documentos elaborados pela própria Comissão, como por exemplo, o caderno “Bíblia e a Terra”, de 1981, que relaciona os desígnios de Deus com o cotidiano dos homens. Esses documentos eram produzidos para auxiliar a CPT nos grupos de reflexão a despertar a consciência do problema da terra. (SCHREINER, 2002).

O caderno “Bíblia e a Terra” é uma espécie de roteiro para grupos de reflexões e se organizava em três partes: o problema da terra no Antigo Testamento; a terra no Novo Testamento e na Igreja dos primórdios; e a terra e a Igreja dos nossos tempos. O caderno ainda abordava como deveriam ser realizadas as reuniões: de forma calma, analisando os problemas com criticidade, as leituras deveriam ser feitas com voz firme, e as reuniões deveriam iniciar com cantos para que todos se sentissem a vontade. (PERIN; NADEL; GEEURICKX, 1981).

O caderno faz uma contextualização entre os cristãos desde o Antigo Testamento até o Concílio Vaticano II. Apresentando que tanto os primeiros cristãos quanto os primeiros padres pós concílio permaneceram na perspectiva e nos ideais de ajuda mútua entre os homens. Afirmando que “[...] a igreja, quando hoje defende a propriedade individual da terra e dos meios de produção, sempre insiste que [...] mesmo sendo propriedade privada deve servir a todos” (PERIN; NADEL; GEEURICKX, 1981, p.42). Defende ainda, que a terra deve servir a todos e que “a história do uso da terra é uma constante luta entre o projeto (plano) de Deus e a realidade do pecado e egoísmo até parece que, sempre de novo, o egoísmo vence: os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres” (PERIN; NADEL; GEEURICKX, 1981, p.46).

A partir desse roteiro do caderno, os agentes da CPT ligavam a história do cristianismo com a realidade do Sudoeste nos anos 80, buscando mostrar aos agricultores que Deus tende a justiça e defende a igualdade de condições de terras a todos e do uso para o trabalho.

A CPT manteve-se firme ao lado dos sem-terra mesmo após as ocupações, tanto que quando se instalava um novo acampamento, se fixava uma cruz no local onde os agricultores estavam dispostos a ficar (BONIN, 1991), e Dom Agostinho, assim que possível, ia até o acampamento fazer a missa campal “inaugural” do novo acampamento (SCHREINER, 2002).

Dentro dos acampamentos, a Pastoral realizava reuniões periodicamente, abordando questões de organização do local como produção, segurança, saúde e bem-estar, visando garantir que os agricultores permanecem nos acampamentos com uma estrutura mínima de condições básica de vida. Outro tema abordado nas reuniões é a questão de Deus quanto ligado a terra, próximo do povo que sofre. (SCHREINER, 2002). Partindo desse princípio de

um Deus presente, preocupado com a vida dos agricultores, manifestado na luta e nas ocupações dos sem-terra, a CPT se firmou entre os agricultores, ajudando-os a lutar por uma terra onde poderiam produzir e construir uma vida digna.

Entretanto, Daniel Meurer, ex-soldado e agricultor, membro da ASSESSOAR e residente no Sudoeste, relata em uma entrevista ao Jornal de Beltrão, que essas ações realizadas pela Igreja Diocesana eram constantemente questionadas pelo governo militar, chegando a ter membros presos e torturados. Eram constantemente vigiados, por isso a ordem do bispo era que não usassem telefone e não fizessem anotações nas reuniões, principalmente após as correspondências da entidade e do bispado passarem a ser interceptadas por agentes do governo, o que Dom Agostinho driblou, utilizando-se da cidade de Barracão, divisa com a Argentina, para enviar e receber correspondências, principalmente as internacionais, já que a ASSESSOAR e a CPT recebiam fundos belgas em sua manutenção.

[...] todas as correspondências que vinham de países de fora não podiam vir mais pra cá. Ela foi orientada para a paróquia de Bernardo Irigoyen na Argentina, na fronteira com Barracão. Nós saía daqui com as correspondências de lá durante a noite, levava e buscava as que vinham para a Assessoar. Não chegava nenhuma correspondência que fosse investigada. Outra coisa é que, quando a gente recebia informação que o Dops estava descendo e ia chegar na Assessoar ou na diocese, nós pegava todo o material e à noite saía na casa de algum agricultor para esconder. Na minha casa foi muito e isso dava muito medo na minha mulher [...] tinha que cuidar do que você falava, onde, com quem estava falando com você, se era amigo ou inimigo. Muitas vezes eles vieram e foram no bispo Dom Agostinho (JORNAL DE BELTRÃO, 2014, p.13)

O regime militar enviava seus representantes para solicitar ao bispo que tomasse medidas para conter os membros da Igreja. Os militares, com quem Dom Agostinho mantinha diálogo, tinham o propósito de controlar as atividades das pastorais e dificultar a atuação dos militantes na região. Entretanto, Dom Agostinho mantinha sua bandeira contra a ditadura de forma discreta, a partir das ações que realizava. Conforme relata Meurer:

Naquele tempo não tinha algo que declarasse que a gente era contra a ditadura, nem um documento, nem uma bandeira. O trabalho era a prova de que nós éramos contra o sistema. A gente buscava algo diferente e isso incomodava. Eles pegavam algum material nosso, livro nosso, com os catequistas, grupos de reflexão, lideranças, e nesse material dava de entender nossa posição (JORNAL DE BELTRÃO, 2014, p.13)

Assim, através desse trabalho realizado pela Diocese de Palmas em conjunto com a ASSESSOAR, disseminado pelas CEB's e a CPT, é possível identificar a preocupação e ação de Dom Agostinho em formar lideranças para atuar na mobilização dos pequenos agricultores

que se mantiveram a frente de tais pastorais. Também assinalamos a participação de integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na formação destas lideranças e nas organizações das reivindicações de questão agrária, mesmo que de forma discreta, já que sofriam ferrenha oposição pela parte anticomunista da Igreja.

A preocupação e ação voltados ao social, garante a presença da Igreja na sociedade e, com o objetivo de promover a dignidade humana entre aqueles marginalizados pela política e pelas leis do país, suscita iniciativas como as Romarias da Terra, as CEB's e o trabalho voltado ao atendimento dos assentados e indígenas, que são assumidos pela Diocese de Palmas, por suas pastorais e organismos, contando com ajuda de intelectuais e leigos ligados a movimentos sociais, entre os quais destaco os membros do PCB e do MST regional, que mesmo diante de represálias do conservadorismo presente, se mantêm firmes na luta pelos marginalizados e excluídos, confiando no Senhor que conforta os homens e mulheres de boa vontade que se engajam na luta pelos pobres (SARTORI, 1986, p.18)

Buscando promover suas ações progressistas os bispos criaram táticas para evitar os militares, publicando na imprensa seus discursos, mesmo diante da censura que filtrava as informações. Pois, era necessário mostrar uma Igreja unida em torno de uma pauta, para não serem vistos como vozes isoladas, principalmente no período de repressão e vigilância por parte do governo em relação aos manifestos, já que estes acompanhavam as atividades de todos que se demonstrassem sensíveis as causas dos mais pobres e excluídos.

Esses documentos divulgados na imprensa pela Igreja não tratavam somente das dificuldades dos colonos, um exemplo é o que trata da questão indígena. O documento “Y-Juca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer”, de 1973, foi elaborado pelos fundadores do Conselho Indígena Missionário (CIMI) como Egydio Schwade, Ivo Poletto, Pe. Antonio Iasi Jr., e o dominicano Eliseu Lopes, apresentando sobre a situações dos indígenas no Brasil. Dom Agostinho assinou publicamente o documento e o divulgou por toda a diocese (COLETÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS ALUSIVOS A DIOCESE E A DOM AGOSTINHO JOSÉ SARTORI - TOMO I, 2004, p. 115).

Na Diocese de Palmas organizou-se a Pastoral Indígena, iniciada pelo Bispo Diocesano, visando auxiliar os indígenas em sua luta pela terra, pelos seus direitos, além de ajudar na organização das reservas, sendo assim, um trabalho parecido com o realizado nos acampamentos, isso se deve ao fato de a Pastoral Indígena estar diretamente relacionada com a CPT.

Os agentes da Pastoral Indígena em nossa Diocese, têm em seu trabalho, o objetivo de transmitir, que deve ser realizado juntamente com os indígenas, o sentimento de pertencimento no mundo e de engajamento histórico indígenas, tomando os direcionamentos das lutas de classes e da solidariedade comunitária, que acreditamos ser a expressão real do amor cristão. Assim, toda a teoria da inculturação, que pretende ser evangelho na vida de outra cultura, respeitando as diferenças e valorizando aquilo que seja a cultura do outro, se envolve como ideais próprios do cristão. A valorização da ação católica em um sentido mais político, passa por cima da necessidade específica de cada cultura e as engloba todas em um mesmo local histórico, onde elas estão oprimidas e necessitam ser valorizadas através de conquistas materiais, tais como suas terras ou seus direitos constitucionais (SARTORI, 1989, p.03)

Desta forma, mesmo que não haja a intenção de intervir e a preocupação maior seja a de respeitar a cultura, há, mesmo que de forma não consciente, uma imposição do pensamento político e religioso da Igreja Católica. Desta forma, o agente da pastoral deveria organizar e realizar discussões, de forma institucionalizada, para reunir as lideranças e organizarem juntos sua luta pela terra e por seus direitos básicos, a serem fornecidos dentro da reserva.

Entretanto, assim como o capital simbólico do modelo de comunidade migrante em relação a Igreja era alto, a estrutura da Igreja foi tensionada por Dom Agostinho a transformar-se em função das demandas que incidiam sobre a sua ação na realidade da região. A maior parte dessas foi estabelecida face à necessidade de assistir e garantir à fixação de todos que estavam na região. Uma vez que lá estavam, a Igreja teve de acomodar também, a série de complexidades que vieram como consequência.

Assim, percebemos que Dom Agostinho incentivou ao longo de seu episcopado, a organização e as ações da CPT e do MST desde sua concepção, organização e movimentações na região, pois afirmava que “a Igreja deveria se fazer presente em suas ocupações, acampamentos e nos conflitos, trabalhando a partir da ideologia cristã do direito divino e terreno da terra” (SARTORI, 1987, p. 19). Além de participar ativamente das reuniões, acompanhando de forma direta as ocupações e movimentações do MST e a formação dos acampamentos, aos quais fazia visitas frequentes, utilizando-se da realização de missas e de ritos para justificar a população em geral sua ida a estes lugares, já que haviam parcelas dos fiéis e do clero que não simpatizavam com os movimentos. Lutou, ainda, pela realização da Reforma Agrária na região, principalmente em relação aos conflitos consequentes da Revolta de 1957.

Apoiou em seu bispado os movimentos como o MASTES e o MST buscando defender e auxiliar os trabalhadores rurais em sua luta pelos seus direitos quanto a terra. Traçou diretrizes de trabalho que agiam diretamente nas comunidades, trabalhando com os indivíduos, com as famílias e em grupos, num processo de sensibilização, reflexão, criticidade

e solução dos problemas enfrentados pelo homem do campo, principalmente quanto a má distribuição de terras, se embasando na Bíblia quando instrumento de ação e política, incentivando um ideal de luta.

Posterior as ocupações, “a CPT trabalha a organização interna social dos acampamentos, realizando reuniões abordando temas básicos de vida diária. Visando estabelecer as famílias e construir uma comunidade” (BONIN, 1991, p.165).

Em todas as ações destes, destaca-se o discurso de Dom Agostinho com o uso do divino, das abordagens de “um Deus presente, que luta, que deseja a justa distribuição de terras e que se preocupa com o seu povo” (SARTORI, 1987, p.10). Ideia essa, que era enriquecida pela produção de material contendo a mística cristã e a luta pela terra, ligando passado e presente. Porém, é essa ação da Igreja diocesana, traçada por Dom Agostinho, que ajudou os agricultores na luta pela terra e que fez do Sudoeste e de seu povo um exemplo de labuta pela tão desejada reforma agrária.

3.3 Dom Agostinho e a sua caminhada na área educacional sudoestina

Na década de 60, adquirindo um caráter pós-golpe militar (1964), o desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira caracterizava-se pela irrupção do capitalismo monopolista. Pois, nas décadas de 50 e 60, com os processos de modernização, industrialização e monopolização, aliadas a política populista, a educação passa a ser vista como necessária para a formação do homem em relação ao crescimento econômico de base nacionalista. Firmando-se, assim, uma relação estreita entre desenvolvimento e educação.

Neste contexto, é aprovada a LDBEN 4.024/1961, que garantiu a equivalência de todos os cursos ofertados em nível de 2º grau. Essa diretriz acarretou em uma grande demanda por educação em nível superior, pois a partir de agora, o aluno que tendo concluído o ensino médio, poderia ter acesso a graduação via vestibular. Segundo Cunha (2003), em resposta a essa demanda pelo ensino superior, o governo federal assumiu três posições:

- 1) criação de novas faculdades onde não as havia ou onde só havia instituições privadas;
- 2) gratuidade dos cursos superiores em instituições federais, ainda que a legislação continuasse determinando a cobrança de taxas nos cursos públicos;
- 3) a federalização de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as em universidades (p.123)

Porém, com a implantação da Ditadura Militar em 1964, se criam acordos entre o Ministério da Educação - MEC e a United States Agency for International Development -

USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), que fica em vigência até 1971. Esse acordo afirmava que a universidade teria autonomia diante das amarras do Estado desde que implantasse em sua administração o modelo industrial de gestão, se desenvolvendo enquanto empresa privada. Desta forma, o ensino superior brasileiro passa a ser controlado por grupos hegemônicos, detentores do capital, que juntamente com o Estado difundiam o discurso de modernização do país, que começaria pelo sistema educacional. O que se sintetizava em “[...] sincronizar a educação com as necessidades do desenvolvimento econômico e social” (CUNHA, 2003, p. 172).

Esse apoio da iniciativa privada à educação é validado pela Constituição de 1967, onde no Artigo 168, parágrafo 2, apresenta-se que “Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo”. É válido lembrar, que o fornecimento de bolsas de estudos por parte do governo federal era realizado ao longo do curso, porém era de responsabilidade do aluno reembolsar ao mesmo o valor concedido após a finalização deste. Entretanto, enquanto a Constituição de 1967 aplica percentuais mínimos de recursos para a educação, mantendo a obrigatoriedade dos municípios e incentivando “[...] a proliferação de escolas superiores isoladas de qualidade duvidosa, em sua maioria exploradas pela iniciativa privada” (GERMANO, 1994, p.207).

A educação quanto dever do Estado só vai aparecer na Constituição Brasileira após a Emenda de 1969, no Artigo 176. Porém, mesmo a oferta da educação sendo um dever do Estado, ela se deu, na maior parte, via setor privado, com amparo legal e financeiro do Estado.

A partir do golpe de 1964 que as empresas educacionais vão alcançar notável expansão. Isto ocorreu na medida em que o Estado criou mecanismos de ordem legal, muito expressivos – como a Constituição -, que abriram espaço à iniciativa privada, à educação como negócio lucrativo. Com efeito, os governos militares tentaram não somente se desincumbir de financiar a educação pública e gratuita, mas também cuidaram de estabelecer as condições legais que permitissem a transferência de recursos públicos para a rede particular (GERMANO, 1994, p.196)

Ou seja, é durante o governo militar que se tem um acentuado aumento de instituições de ensino superior, sendo a maior parte de ordem privada, mas que representou uma expansão significativa deste nível de ensino no país. Nesta realidade, os empresários da educação “impulsionados pela demanda de vagas, pelo freio na velocidade de expansão das redes públicas de ensino e, especialmente, pelas normas facilitadoras, as instituições privadas de ensino multiplicaram-se em número e cresceram em tamanho” (CUNHA, 2004, p.802), vendo

do ramo educacional em nível superior uma oportunidade promissora para a expansão dos negócios e a lucratividade.

No Paraná, é pertinente lembrarmos que foi neste período que ocorreu as frentes pioneiras e, por consequente, a ocupação do território. Em relação ao fator educacional, em especial ao ensino superior, podemos afirmar que:

Historicamente, as Instituições de Ensino Superior do Paraná foram criadas não atendendo às expectativas e demandas da sociedade como um todo, mas, sim, aos apelos oriundos dos segmentos e regiões com maior capacidade política de pressão sobre o Estado. O fato evidenciou a quase total inexistência, ao longo do tempo, de uma política que sistematizasse a educação superior estadual. Isto evidencia as influências políticas no âmbito do Estado para a implantação das faculdades em Palmas, tendo como principal mediadora a Igreja Católica (SCHMIDT, 199, p. 97).

Nesse sentido, percebemos que o desenvolvimento do ensino superior em determinadas regiões do Paraná se dera por interesses e importância política. Pois até a década de 1960 a hegemonia política se detinha a dois grupos, um deles formado pelos proprietários de terras e o outro formado por representantes da burguesia comercial-industrial, principalmente da economia madeireira e extrativista da erva-mate. “Este segundo grupo, mesmo que forte economicamente, desde os tempos da província, terá seu poder político alcançado a partir da República, onde tomam para si o poder dos proprietários de terras, que garantiram sua hegemonia desde a colonização” (CORRÊA, 1970, p. 173). Isso acaba quando se finaliza o governo de Ney Braga e se inicia o governo de Paulo Pimentel, em 1965. Este assume o Estado num momento crítico de início do regime militar, embasando seu projeto de governo na “ideologia do desenvolvimento integrado”, que além de dar continuidade às ações do governo anterior, acrescentando a “implantação de infraestrutura básica (transportes, energia elétrica, telecomunicação), mas ao mesmo tempo, ir além, concentrando esforços no estímulo à diversificação agrícola e à industrialização” (SCHMIDT, 1998, p. 111).

A educação, assim como a saúde e a habitação, incorporava o projeto de governo na pasta dos aspectos sociais. Entretanto, mesmo que se reconhecesse ser necessário recursos humanos qualificados como base desse processo de desenvolvimento almejado, não se expressa como prioridade, já que o ensino superior não era tratado como essencial. É essa realidade política que configura o processo de implantação e desenvolvimento do sistema de ensino superior do Paraná, que segundo Horta (1985), entre os anos de 1962 a 1972, o ensino superior apresentou uma interiorização de 86%, mesmo com a introdução da cobrança de mensalidades e a nova organização estipulada pelo governo vigente.

Essa interiorização, segundo Sheen (1986, p.152), aconteceu em três fases:

- os anos 50 e 60 do século XX caracterizam-se pela criação de estabelecimentos de ensino superior isolados;
- ao final dos anos 60 são criadas três universidades estaduais: Ponta Grossa, Londrina e Maringá integrando a política educacional definida pela Lei nº 5540/68, Lei da Reforma Universitária;
- em meados dos anos 70, a partir de 1975, observa-se a expansão do ensino superior, sob a responsabilidade de instituições municipais.

Nesta realidade, surge no Sudoeste do Paraná o CPEA – Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos¹³ e, posteriormente, a UNICS – Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná, composto primeiramente pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas – FAFI, e anos depois agregada por instituições de responsabilidade da Diocese de Palmas criadas ao longo da região.

Sendo o primeiro município da região Sudoeste, Palmas foi também precursora na oferta de ensino superior na região. Em julho de 1967, a Diocese de Palmas ainda no bispado de Dom Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Mello, aprovou o estatuto de criação do CPEA, que a partir de então seria a mantedora da Faculdade Católica de Palmas. Conforme consta no Livro de Atas das Assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias do CPEA (1967-1970), o representante legal do então bispo diocesano neste evento solene, Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado afirmou: “[...] com letras de ouro, escrevemos hoje, nos Anais da História palmense, o acontecimento do século para Palmas, a criação de um Centro Educacional e Assistencial, Entidade mantenedora da futura Faculdade Católica de Palmas” (FACULDADES INTEGRADAS DE PALMAS, p. 03-04).

O Estatuto do CPEA, revisado em 2004, afirma que uma das suas finalidades é “preparar profissionais altamente qualificados em todos os ramos do conhecimento, capazes de promover o processo social global, mediante a aplicação dos recursos da ciência e da técnica” (CPEA, 2004, Art.3).

É importante ressaltar que na solenidade de formatura de 2º grau do Colégio Estadual Leonel Franca, em dezembro de 1966, que tinha como representante de turma o Governador do Estado Paulo da Cruz Pimentel e como Paraninfo o Deputado Arnaldo Busato, “[...] o Patrono Monsenhor Eduardo, num discurso vibrante e cheio de emoção, pediu às autoridades

¹³ O processo de construção do “Centro Pastoral Dom Carlos” se deu em meados dos anos de 1965, mais especificamente na data de 29 de outubro de 1965, como um Salão Paroquial ou Centro Social da Paróquia de Palmas, tendo por objetivo atender obras sociais, instrução catequética, formação da juventude e da família e honesta recreação (CATEDRAL DO SENHOR BOM JESUS DA DIOCESE DE PALMAS, 1958-1970).

presentes o apoio para a criação das faculdades” (NAZARO, 2011, p. 128). Pois um dos objetivos do CPEA (2004) era de “Contribuir para que a cidade de Palmas, Estado do Paraná, exerça efetiva função na vida social, política e cultural da Nação por meio de um núcleo de ensino e de pesquisa do mais alto padrão [...]” (CPEA, 2004, Art.4).

Conforme registrado no Livro *Tombo nº IV*, da Catedral do Senhor Bom Jesus da Coluna – Diocese de Palmas (1958-1970), o movimento pela implantação da Faculdade Católica de Filosofia em Palmas teve como precursor o Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado, sendo oficializada em 01 de julho de 1967, tendo por órgão mantedor o CPEA com o apoio dos segmentos sociais, econômicos, e políticos em nível local, regional e estadual. Em 03 de outubro do mesmo ano, foi encaminhado ao Ministério da Educação (MEC) o processo nº 906, solicitando a autorização de funcionamento da instituição, aprovado em 11 de fevereiro de 1968, criando assim, legalmente, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas (FAFI). Após a vistoria dos peritos do MEC, o Conselho Federal de Educação solicitou algumas alterações no Parecer nº252/68, que incluíam substituição de alguns professores, melhorias da biblioteca e correções no regimento institucional. Após realizados os ajustes, em 30 de setembro de 1968, foi concedida a FAFI a tão esperada aprovação. Tendo seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal no. 63.583 de 11 de novembro de 1968 (publicado no Diário Oficial da União (DOU) – 14 de novembro de 1968) e reconhecida pelo Decreto Federal no. 72.452 de 11 de julho de 1973 (DOU 12 de julho de 1973) a FAFI iniciou seus trabalhos com quatro cursos de licenciaturas: Filosofia, História, Letras (habilitações: português e francês) e Pedagogia (LIMA, 1997).

A ideia da formação do CPEA inicialmente, da cristandade, de formar uma elite intelectual, e se investiu inicialmente no professor, porque o professor poderia justamente ser uma liderança, ser um católico que supostamente formaria as crianças e jovens (DIEL, 2015, p.10).

Desde sua posse como bispo da Diocese de Palmas, Dom Agostinho, além de criar quatro seminários e inúmeros colégios voltados para a educação de meninas, sendo organizados por religiosas, buscando melhorar a qualidade da educação na região. Sempre acompanhou de perto a organização, preparação e prática das instituições, buscando conhecer de perto cada uma e participando ativamente destas. “Privilegiei sempre os conjuntos de ações, que de forma mais direta contribuíssem para a melhoria da qualidade de ensino e o alcance dos objetivos propostos” (SARTORI, 2008, p. 126). Em seus escritos, Dom Agostinho deixa claro que tinha por objetivo, em todas as instituições educacionais mantidas

pela Diocese, que abordavam desde a educação infantil até a educação superior, um currículo com diretrizes “capazes de oportunizar uma educação holística, libertadora, cidadã e competente, sintonizando-a com os interesses e as necessidades da sociedade” (SARTORI, 2008, p. 126).

Em sua primeira participação na Assembleia Geral Extraordinária do CPEA, propôs a criação da Universidade do Sudoeste do Paraná. Esta teria sede em Palmas, por conta de ser onde estava localizado o CPEA, e responderia ao objetivo do bispo em implantar uma universidade que unificasse e expandisse o ensino superior na região sudoeste com bases na doutrina católica. Mesmo após Dom Agostinho declarar criada a Universidade, ainda durante os trâmites legais e organização da documentação, o Conselho Estadual de Educação do Paraná encaminhou uma resposta negativa a proposta (NAZARO, 2011).

Mesmo enfrentando problemas econômicos que ameaçavam a manutenção da FAFI, Dom Agostinho se empenhou na busca de sua expansão, estipulando relações com lideranças políticas regionais e estaduais. A partir disso, em 1979, o CPEA recebeu autorização e reconhecimento das Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas (FACEPAL), mantida pelo Poder Executivo Municipal e administrado pelo CPEA, que ofertava os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia. Legalizada por meio da Lei Municipal nº. 654 de 17 de agosto, pelo Decreto Federal nº 84.784 de 16 de junho de 1980 e pela Portaria Ministerial nº. 76 de 18 de fevereiro de 1983. Alguns anos depois foram incorporados os cursos de Educação Física, Administração Rural, e Ciências com as habilitações de Matemática, Biologia e Química (LIMA, 1997).

Nesse sentido, a Faculdade de Palmas agora passa a ser constituída por duas instituições, a FAFI e a FACEPAL, congregadas na mesma administração e direção, e tendo como entidade mantedora o CPEA. Conforme Lima (1997), a FAFI com os cursos de licenciatura respondia a preocupação do “grupo de pioneiros com a educação e com a formação de professores na região” (p. 12). Ainda segundo a autora (1997, p. 13), para evitar “[...] a evasão de centenas de jovens de Palmas e da região para outras cidades e estados; e devido também à existência de mercado de trabalho na região e seu conseqüente aumento de divisas”, é que se implanta a FACEPAL.

A demanda cada vez maior por formação profissional em nível de graduação na região de Palmas tornou promissoras o plano de concretização e desenvolvimento das Instituições Superiores da Diocese de Palmas. Estas faziam parte de um projeto de desenvolvimento educacional em uma região essencialmente agrária, onde não haviam indústrias consistentes.

Sucesso este, fruto do entendimento de “toda a comunidade local que era preciso voltar-se para o setor educacional” (SARTORI, 1975, p.04). Nesse sentido, Dom Agostinho estabeleceu relações próximas com a elite palmense, despertando nelas a consciência da importância de se ter uma instituição de nível superior na região. Relação esta que rendeu frutos, pois em 1986, iniciaram-se os trabalhos de construção do campus universitário de Palmas, que recebeu ajuda financeira de muitos líderes da cidade. É importante ressaltar ainda, que Dom Agostinho

[...] dividiu a cidade em noive zonas onde uma comissão de pessoas, chamadas de “Comissão de Fábrica”, teria a atribuição de visitar as famílias, para expor o projeto e solicitar auxílio financeiro que visava servir aos anseios de toda a comunidade palmense. Todos que fizessem mensalmente suas contribuições voluntarias se constituiriam sócios do CPEA e receberiam a visita do Bispo Diocesano (RELATÓRIOS GERAIS DO CPEA, 1979, s/p).

Através da consulta ao Registro de Imóveis do Município de Palmas, observa-se que o terreno onde está situado o campus universitário, de Matrícula 6.864 pertencia ao CPEA. Este terreno é oriundo dos seguintes Registros:

R14 - no. 932: Área total de 193.600m² – O CPEA comprou de Zilda Maria Loyola;
 R22 - no. 932: Área total de 48.400m² - O CPEA comprou de A. Brustolin e CIA/LTDA;
 R1 - no. 3.469: Área total de 251.624m² - O CPEA comprou de Eurico de Souza Tibes;
 R1 - no. 2.700: Área total de 242.000m² – A Prefeitura Municipal de Palmas doou ao CPEA;
 R2 - no. 2.700: Área total de 48.400m² – O CPEA comprou da Prefeitura Municipal de Palmas. (REGISTRO DE IMOVÉIS DO MUNÍCIPIO DE PALMAS)

Portanto, os terrenos para construção do campus universitário foram adquiridos através de compras realizadas pelo CPEA e por doação da Prefeitura de Palmas. Já em relação as verbas da construção, os dados indicam que os recursos eram provenientes do próprio CPEA, de verbas dos governos federal, estadual e municipal, além de doação da comunidade diocesana que vinham por meio das capelas atreladas a Diocese, sendo assim uma parceria entre setor privado e público.

Antes da criação da Faculdade de Palmas, a elite palmense ia até Curitiba/PR, Ijuí/RS e Florianópolis/SC para cursar o nível superior. Com a instalação destas instituições, alguns ainda se deslocavam por conta do curso que escolhiam, mas a maioria buscou formação nestas instituições que ofertarem cursos nas áreas de licenciatura, contábeis e administrativas

(empresarial e rural). Assim, a criação do ensino superior em Palmas pela Igreja significou uma expansão deste nível de ensino no Estado do Paraná, já que se vivia um momento em que o Estado buscava modernizar o país iniciando pelo sistema educacional.

No início da década de 1990, a partir da tentativa por parte de Dom Agostinho, de criar a Fundação Universidade Estadual Vale do Iguaçu (UNIVALE), com sede na cidade de Palmas, integrando a FAFI, a Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória (FACE) de União da Vitória, a FACEPAL de Palmas, a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco (FUNESP) de Pato Branco e a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL), de Francisco Beltrão. O projeto foi aprovado pela Lei nº. 9.484 de 17 de dezembro de 1990 na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que acabou resultando na estatização destas instituições (LIMA, 1997).

Sendo o último ato do Governo de Álvaro Dias, assinado as 18 horas do último dia de seu mandato, o estatuto da nova universidade firmou a estatização da UNIVALE. É importante ressaltar que o CPEA “[...] foi a primeira entidade a fazer a doação do patrimônio de suas faculdades, ao Governo do Estado do Paraná, na tentativa de agilizar o processo de constituição de uma universidade forte e madura voltada aos reais interesses da comunidade regional” (LIMA, 1997, p. 15).

Ainda, conforme consta na Ata da Assembleia Geral Ordinária do CPEA de 1991, mesmo após a implantação da Univale, o CPEA permaneceria existindo, atuando em outros setores educacionais. Quanto ao patrimônio doado ao Estado do Paraná, Lima (2015, p.19) ressalta que “[...] se o Estado não implantasse a Universidade, este patrimônio voltaria ao CPEA. De um lado, os alunos queriam o ensino gratuito. De outro, Dom Agostinho, se antecipou e fez a doação. Na verdade, foi uma jogada política muito grande”.

Embora não haja dados que de fato apresentem os verdadeiros motivos para a doação de toda a estrutura para o Estado, é importante destacar, com base na Ata da Assembleia Geral Ordinária do CPEA, que tanto as Faculdades de Palmas quanto o CPEA enfrentavam problemas econômicos, mesmo que pequenos. Dom Agostinho afirmou em tal ocasião que estes problemas poderiam se expandir em consequência da construção do campus. As discussões para a criação da Univale já estavam bem adiantadas quando, com a posse do novo governador Roberto Requião (1991-1994), tais discussões perderam força. Este assume um discurso de falta de verbas para manter o projeto. O que, segundo Lima (1997, p.16) representa que “[...] o Estado do Paraná não dispunha de recursos suficientes para absorver mais gastos com o ensino superior e que mais uma universidade, englobando seis faculdades,

era totalmente inviável”. Enfatiza, ainda, que a partir de inúmeras audiências, a Comissão de Implantação da UNIVALE propõe, em 10 de setembro de 1991, ao Governo Estadual, um Termo de Cooperação Financeira, visando subsidiar as instituições que estavam envolvidas no processo de estadualização. No final do ano de 1993, o Governo assina um convênio de Amparo Técnico e Financeiro para as Faculdades de Palmas e Francisco Beltrão, uma vez que a Faculdade de União da Vitória já estava estatizada e a de Pato Branco com o processo bem adiantado de federalização.

Nós, na época, já tínhamos uma desconfiança, quase uma certeza de que o Requião não faria uma universidade, porque, ele chegou a dizer que “se eu não prometi isso num palanque, porque eu vou absorver todas essas faculdades”. Uma universidade que começaria com um gasto enorme. A situação foi a seguinte: “Requião, você não implanta a universidade, o que você dá em troca?” “Eu subsídio”. Aí é que surgiu o subsídio. Este amparo técnico resultou, em subsídios para descontos nas mensalidades, financiamento de projetos de pesquisa, investimentos em laboratórios e no acervo bibliográfico (LIMA, 2015, p.25).

Entretanto, a partir de 1990, a Igreja Diocesana novamente busca demarcar seu espaço no processo privatista da educação, garantindo verbas públicas.

[...] a Igreja desempenhará um importante papel na formação de um tipo de liderança que, no seu entendimento, apta a articular ciência e fé, trabalhe na construção de uma sociedade totalmente de acordo com o paradigma neoliberal, para o qual a participação social encaminha-se, não para a contestação e para o conflito e, sim, neste mesmo receituário, para a fraternidade. (SANT’ANA, 2002, p.231)

Assim, Dom Agostinho firma um acordo com o Governador Requião, seu amigo pessoal e que sempre acompanhou de perto todo o seu episcopado e a caminhada do bispo para a instalação da Universidade, onde com o apoio técnico e financeiro do Estado, as Faculdades de Palmas voltaram a ativar retornando aos cuidados da Igreja Diocesana. Em 1993, protocolam diante ao Governo a solicitação de implantação de novos cursos, juntamente com a abertura do processo de criação da Universidade Católica do Sudoeste do Paraná, porém com o fechamento do Conselho Federal de Educação, o processo foi arquivado.

Entretanto, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996, se prioriza os investimentos estatais no ensino fundamental, ampliando o caráter privado nesse segmento. Entre esses setores, se inclui o sistema escolar ofertado pela Igreja Católica (SENRA, 2008). A partir dessa lei, as instituições de Palmas passam a receber um aumento significativo de

alunos, chegando a contabilizar cinco mil alunos entre graduação e pós-graduação lato sensu, o que resultou num aumento considerável as receitas do CPEA.

Por se diferenciar das outras instituições de ensino privadas laicas, as instituições de Palmas ao ofertar um ensino de qualidade reconhecida, com caráter ético e religioso, apresentando-se como uma entidade sem fins-lucrativos, passou a passar uma imagem de prestadora de serviços públicos embora não-estatais (SENRA, 2008).

Embora os interesses particulares sejam privados, opostos ao interesse público, apresentam-se como devotados ao atendimento do público, assentando-se na concepção de que os projetos privados têm um interesse público, tem um sentido social. E tal direcionamento argumentativo estrutura tanto os interesses privados preocupados com o empresariamento das instituições escolares quanto com os interesses privados, de natureza confessional, que concebem a educação escolar como uma instância de irradiação de evangelização (ARAÚJO, 2005).

Sob a liderança de Dom Agostinho, as faculdades de Palmas persistiram na luta para se tornarem uma instituição universitária. Nesse sentido, Dom Agostinho liberou verbas diocesanas ao CPEA para adequá-las as determinações da legislação do ensino superior, promoção de pós-graduação strictu sensu, sendo ofertados mestrado em ciências sociais e educação, através da parceria com a Pontifícia Universidade Católica – PUC/PR, além de reorganizar as instituições as demandas de formação que a região apresentava. Desta forma, no ano de 2004, Dom Agostinho anunciou a elevação das Faculdades Integradas de Palmas para Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná – UNICS, credenciada ao MEC pela Portaria nº1274/2004.

Entretanto, essa tão almejada transformação, trouxe consigo desafios de caráter pedagógico e administrativos. Porém, a UNICS se destacou por seu investimento em pesquisa, contratação de professores titulados, qualificação de docentes e por ofertar uma educação que atendesse as demandas regionais, integrando novos cursos, como Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Farmácia e Agronomia. É importante ressaltar a articulação que a UNICS estabelece com a comunidade por meio de:

[...] um diálogo mais fecundo visando a elevação geral de conhecimento das massas populares, o acesso a essa informação e o exercício da cidadania por parte dessa comunidade. Na retrospectiva que se faz da caminhada das Faculdades (UNICS), um dos aspectos mais positivos dessa busca de expansão foi o trabalho integrado e de equipe no desenvolvimento de todas as atividades, (na consecução) das metas institucionais, para que se pudesse falar uma linguagem que traduzisse conceitos e valores consistentes, possibilitando assim a interação de pessoas da comunidade interna e externa, no esforço de legitimar uma Universidade em Palmas. Toda a história da instituição foi sempre permeada de muita luta, uma luta que foi sempre a bandeira maior de toda a sua comunidade, que entendeu, desde o início, que uma

região essencialmente agropecuária, sem indústrias e sem comércio consistente, precisaria voltar-se para o setor educacional. Uma comunidade que acreditou que seria a criação de uma Instituição de Ensino Superior, que abriria as portas, viabilizando novas alternativas de crescimento e expansão” (LIMA,2015, p.18).

Ainda, a UNICS, desenvolve um sentimento de frustração diante da falta de reciprocidade entre as forças sociais e o poder público, pois em relação a instituição universitária, o governo estadual garantiu o cumprimento das metas estatais de verbas e financiamento, porém não assumiu a criação e desenvolvimento de políticas públicas que fornecessem acesso a estas.

Apesar do apoio financeiro do Estado para a capacitação e manutenção da UNICS, percebemos a fragilidade da garantia de continuidade, dessa parceria em governos futuros e entendemos a necessidade de buscar novas alternativas e caminhos para a manutenção da mesma, que fossem além das mensalidades dos acadêmicos e verbas da Diocese (SARTORI, 1990, p.06).

Diante desta realidade, Dom Agostinho assume um discurso em relação a população, defendendo que somente a educação teria poder para desenvolver a região social e economicamente, buscando mais auxílio financeiro da sociedade palmense. Obviamente, que a presença de estudantes oriundos dos outros municípios da Diocese e dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, impulsionaram a indústria e o comércio local e regional, além de a presença da UNICS contribuir para a elevação do nível de escolaridade e de formação da população.

Com o sucesso da UNICS na região de Palmas, Dom Agostinho resolveu ampliar e expandi-la, sendo implantada a Faculdade Vizinhança Vale do Iguazu – VIZIVALI em 1999, no município de Dois Vizinhos, e a Faculdade da Fronteira – FAF no mesmo ano, no município de Barracão. “Houve uma expansão do UNICS. Por ele estar consolidado, achou que era o momento de expandir fora da sede. Os recursos saíram do UNICS” (LIMA, 2015, p.28). Ainda, segundo a autora, “houve, a partir de 1990, uma expansão desenfreada do ensino superior privado. Lembro que o Paulo Renato, que era o Ministro da época, tinha a seguinte convicção, de que o mercado iria regular estas instituições. E na verdade, sabemos que não é bem assim”. Já, Fonseca (2015, p.35), ressalta que essa expansão “com a criação da FAF e VIZIVALI, vinha ao encontro de um desejo do Bispo Diocesano Dom Agostinho de criação de uma Universidade do Sudoeste”.

Diante da responsabilidade sob as Instituições de ensino superior que compunham a UNICS, Dom Agostinho buscou criar e intensificar as condições de recursos, objetivando que a UNICS se firmasse como uma instituição de característica peculiar e diferenciada.

Privilegiando um conjunto de ações, que de forma mais direta contribuíssem para a melhoria da qualidade de ensino e o alcance de objetivos propostos. Dom Agostinho levantava, durante os encontros educacionais com a equipe diretiva, diretrizes capazes de oportunizar uma educação holística, libertadora, cristã, cidadã e competente, sintonizando-a com os interesses e as necessidades da sociedade regional (NAZARO, 2011, p.126)

Entretanto, com o aumento das Instituições de Ensino Superior no país e na região Sudoeste, a partir da política de privatização do ensino superior do Governo Fernando Henrique Cardoso, e da expansão de instituições privadas e públicas no Governo Lula, surgiram novas instituições de ensino superior no Sudoeste tanto privadas quanto públicas. Isso resultou numa diminuição de alunos na UNICS, principalmente no campus de Palmas, por conta da localização retirada no município em relação a região. Em consequência, a UNICS passou a enfrentar graves problemas financeiros, o que exigiu dos gestores e do diretor-presidente Dom Agostinho, uma busca de alternativas diante da influência política da Igreja na região para resolver tal situação.

Primeiramente, “buscou-se a reestruturação administrativa com a redução dos custos com a folha de pagamento, ajustes nas mensalidades e nas grades curriculares e, extinção dos cursos deficitários” (NAZARO, 2011, p.147). Tornando assim, a instituição mais enxuta, o que a denominaria novamente faculdade, o que era considerado por Dom Agostinho um retrocesso. Então, na tentativa de evitar expor os problemas da UNICS, o bispo, agora emérito, pois Dom José Antônio Peruzzo já havia tomado posse 2005, utilizou de sua amizade pessoal com o governador estadual Roberto Requião para articular e efetivar a estatização da UNICS, que, através das articulações realizadas pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad, se tornou parte do Instituto Federal do Paraná, tendo o campus de Palmas nomeado Complexo Dom Agostinho José Sartori.

Neste contexto de negociações e de articulações o acordo se efetivou: O Governo do Estado do Paraná comprou do CPEA a estrutura física (bens imóveis e laboratoriais) do UNICS, os quais transferiu ao Governo Federal para a implantação de um *campus* do IFPR, e este, por sua vez, assumiu, com pessoal próprio, os cursos em andamento bem como os alunos matriculados.

Todo este processo, meandroso e envolto por redes de negociações complexas, foi se desenvolvendo por meio de uma articulação política e que teve a contribuição do cenário nacional de expansão das instituições públicas a partir do Governo Lula. No

entanto, a venda do UNICS foi motivada como estratégica, para resolver sua crise financeira, em que o Estado comprou sua falência (NAZARO, 2011, p.149)

Nesse sentido, pode-se concluir que caso a instituição não estivesse com problemas econômicos, dificilmente seria vendida. Assim, mesmo na falência, a Igreja Diocesana adotou a “arte de cair em pé”, pois os problemas da instituição de sua responsabilidade resultaram na oferta de ensino superior gratuito na região. “A Igreja Católica, em todas as épocas procura exercer, suas funções eclesiais adaptando-se, na medida do possível, às condições históricas da conjuntura brasileira, ampliando as relações público/privado por meio da efetiva colaboração entre Igreja e Estado” (NAZARO, 2011, p.150).

Porém, mesmo o Estado assumindo a UNICS e a tornando pública, ao longo desse processo, priorizou os interesses de Dom Agostinho e do CPEA, pois houve a socialização do prejuízo e a privatização do lucro.

[...] aclaramento de que no âmbito da sociedade capitalista prevalecem os interesses eminentemente privados e o mesmo ocorre na educação, seja na forma como ela se estrutura diretamente vinculada ao Estado, seja sob os auspícios da iniciativa privada. Os fins últimos desta educação não transcendem os limites da própria sociedade capitalista (SANFELICE, 2005, p. 185).

Entretanto, sabemos que não é recorrente o Estado comprar uma Instituição de Ensino privada, assumindo seus alunos, cursos e custos, quando esta está em pleno funcionamento. Isso deixa nítido que contemplar a UNICS como campus do IFPR, não foi política pública, mas uma política de compadrio, realizada através da amizade pessoal e política entre os representantes da Igreja e do Estado no período em questão. Assim, Dom Agostinho realizou o que tanto almejava em seus primeiros discursos a frente da Diocese de Palmas, estabelecer uma Universidade na região Sudoeste do Paraná, como direito social e público.

3.4 Dom Agostinho e as redes de comunicação como instrumento de divulgação da Diocese

Meios de comunicação de massa além de serem sinais de presença da Igreja, são estratégias por onde circulam objetivos, proposições e posições, disputas e conflitos e modos de enraizamento desta instituição junto a determinados grupos ou junto à sociedade em geral. Portanto, nestes espaços travam-se diálogos constantes em torno da Igreja, de sua ideologia e

de sua cultura e, também, as formas com que esta cultura pode circular ampla e constantemente pelas malhas sociais. Além disso, alguns veículos de informação de posse da Igreja surgem em conjunturas marcantes de determinados períodos da história do Brasil ou da região em que está inserida, como em caso diocesano, com o intuito de nela se posicionar e intervir respondendo aos desafios que são colocados por estas conjunturas, como também para responder a questões internas da própria instituição. E a mídia é, sem meias palavras, um veículo produtor e disseminador de informação e de cultura; age como amplo formador de opinião pautando-se pelos seus interesses, mas também tentando conciliá-los com interesses gerais.

Mas antes de tratarmos o caso da Diocese de Palmas, é necessário pensarmos do que trata a comunicação religiosa. Segundo ALVES (2008), ao contrário da teologia, que se preocupa com a doutrina e com o que dizer, a comunicação se volta para o como dizer, qual a melhor maneira de mostrar as proposições teóricas e práticas sobre a sua verdade, sem sacrificar o conteúdo teológico. Como a teologia está diretamente relacionada à Revelação divina, ou seja, a um nível mais elevado e soberano, a comunicação deve sempre se submeter à teologia, se não é passível de provocar distorções e contradições. O documento Constituição Dei Verbum, elaborado no Concílio Vaticano II sobre a comunicação religiosa, afirma que para uma comunicação válida, é necessário que ela esteja de acordo com a Sagrada Tradição, as Sagradas Escrituras e o Magistério da Igreja. Sendo assim, o objetivo da comunicação é conhecer a doutrina para passar aos outros que não são seus fiéis ou fortificar os que já são. “Para uma comunicação eficaz os fiéis ou os crentes em potencial devem necessariamente ser atraídos pela sua forma de expressar a doutrina” (ALVES, 2008, p.09).

Desta forma, a comunicação é vista pela Igreja como ferramenta de transmissão da doutrina, por isso a preocupação se estabelece em como dizer a sua doutrina sem mudar ou interferir no que realmente ela é, pois após o Concílio Vaticano II surgiu a necessidade de tornar a doutrina e o discurso católico mais acessível e compatível com o mundo, sem deixar de lado a tradição e a teologia. Entretanto, enquanto a Teologia da Libertação e a Renovação Carismática Católica priorizam a melhor forma de transmitir a fé sem muita preocupação com a doutrina, do outro lado, para os tradicionalistas, qualquer mudança no como transmitir provoca uma mudança no que se é.

O Papa Bento XVI afirma: “Esquece-se que a Igreja é viva (...) também aqui devemos respeitar a lei católica que é sempre o melhor e mais profundo conhecimento do patrimônio que nos foi confiado. O puro arcaísmo não serve, assim como não serve a mera

modernização” (RATZINGER apud ALVES, 2008, p.42). Segundo SOUZA (2009), a relação Igreja e mídias de comunicação sociais, ao longo da história, pode ser dividida em cinco fases. A primeira seria o surgimento da imprensa no século XV, caracterizada pela censura e pela Inquisição. A Igreja coloca-se como “a intermediária entre a produção do saber (não somente teológico) e sua difusão na sociedade” (SOUZA, 2009, p.42), buscando combater, posteriormente, a Reforma Protestante. Também, a Revolução Francesa e seu ideário de caráter liberal começam a abalar a influência da Igreja no fim do século XVIII, fazendo com a Igreja se posicionasse contrária a essa tal liberdade. Já na segunda fase, final do século XIX e início do século XX, há uma “aceitação desconfiada dos novos meios” (SOUZA, 2009, p.3), com um uso controlado e instrumental dos meios de comunicação, como forma de transmitir as mensagens eclesiais. Com as guerras e ascensão dos movimentos totalitários, que utilizavam os meios de comunicação para a propagação de suas ideias, principalmente ao longo da Segunda Guerra Mundial, com a expansão do fascismo e do nazismo, se estabelece um período onde a Igreja faz total oposição à total liberdade de expressão existente. Com o fim da guerra, se prioriza a necessidade de se criar uma “opinião pública” forte e bem informada, como garantia de democracia.

Nesse contexto, Papa Pio XII foi o primeiro papa a defender a liberdade de imprensa e de opinião (DELLA CAVA, 1991, p.136). Já tendo instalado uma emissora de rádio própria em 1931, o Vaticano se identifica com o advento da televisão, que parecia “casar perfeitamente” com a natureza transcultural da Igreja. O Papa Pio XII via a TV como um novo renascimento religioso: “Se dizia ao povo que o papado estava morto e moribundo; e ao invés, esse mesmo povo verá as multidões transbordando da imensa praça de São Pedro para receber as bênçãos do Papa e para ouvir sua palavra” (DELLA CAVA, 1991, p. 137). Embora com a exaltação, ainda havia receios por parte da Santa Sé, que não confiava totalmente na idoneidade dos meios de comunicação. Por isso, o Vaticano publica o decreto *Inter mirifica*, que pedia vigilância dos fiéis diante destes.

É a partir do Concílio Vaticano II ainda, que se configura a terceira fase, na qual a Igreja passa a ver os meios de comunicação como necessários para aumentar o alcance da mensagem de evangelização no mundo. Chamada de “deslumbramento ingênuo” (SOUZA, 2009, p.03) esta nova posição da Igreja frente à comunicação está presente e desenvolvida na Constituição pastoral *Gaudium et spes*, de 1965, que analisa a comunicação a partir da perspectiva da cultura. E, “diferentemente do Estado, ou das indústrias de cultura, a Igreja

Católica age como produtor cultural orientada por finalidades ético-morais” (DELLA CAVA, 1991, p.131), com base em seus valores e na sua doutrina.

Em relação as bases que fundamentam e definem a forma como a Igreja vê o homem e o mundo na realidade das mídias de comunicação, Della Cava (1991) afirma que: “o homem está no centro do fenômeno comunicativo e é definido por ele; a Igreja é o interlocutor privilegiado entre as culturas; a sociedade se transforma, pela comunicação, numa grande comunidade” (p.132). Essa relação se divide em três afirmativas: a primeira é a cultura, que é considerada o fundamento do homem e expressão dos modos de pensar e de agir, o que resulta na diversidade cultural. Nesse contexto, os meios de comunicação teriam a função de unificar a diversidade, o que coincidiria com a “vocação universalizante” da Igreja.

A Igreja não está ligada, por força da sua missão e natureza, a nenhuma forma particular de cultura ou sistema político, económico ou social, pode, graças a esta sua universalidade, constituir um laço muito estreito entre as diversas comunidades e nações, contanto que nela confiem e lhe reconheçam a verdadeira liberdade para cumprir esta sua missão (DELLA CAVA, 1991, p.32)

Diante do pluralismo e desigualdade de culturas que se apresenta na sociedade, a Igreja se vê como a representante da humanidade com o dever de promover o diálogo. Também se considera a consciência crítica dos meios de comunicação, pois, falando em nome de Deus, estaria isenta de interesses próprios, necessitando corrigir a imperfeição dos meios (DELLA CAVA, 1991, p.134-135). Contudo, há muitas relações desiguais entre os interlocutores e os receptores dos meios de comunicação, pois os meios não são voltados a promover a paz e a concordância mundial.

A Igreja Católica também não possuía meios suficientes para promover sua influência diante de tantos concorrentes que se apresentavam a ela no mundo moderno. Consciente das desigualdades no campo da comunicação, a Igreja entra na quarta fase, que ocorre de forma mais significativa nos países da América Latina, que busca a valorização da comunidade durante as ditaduras, em meio à realidade de dependência e de atraso socioeconômico. Ocorre, então, a busca de “novos padrões pelos quais incentiva e respalda experiências de comunicação do próprio povo, providenciando e facilitando para que seus próprios meios sejam a voz dos que não têm voz” (SOUZA, 2009, p.03), contra a manipulação, o consumismo, a massificação e o monopólio. Tais experiências eram incentivadas no Brasil, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Nesse sentido, de modo geral, após o Concílio Vaticano II, e de forma especial na Instrução Pastoral *Communio et Progressio*, de 1971, a Igreja “desloca-se de uma postura

defensiva, que procurava controlar o conteúdo das mensagens em nome de sua ordem moral, e tenta compreender este novo mundo que emerge à sombra dos sistemas de comunicação” (DELLA CAVA, 1991, p.137). Por não ter o controle dos meios de comunicação foi necessário reorganizar sua prática evangelizadora, o que se estabeleceu a partir de quatro novas dimensões. Em primeiro, o público para o qual se dirige a mensagem da Igreja não é o mesmo. Além de a Igreja buscar evangelizar para culturas não-europeias e não-ocidentais, era preciso que sua mensagem se preocupasse com assuntos humanos, não somente sobrenaturais e metafísicos. O novo desafio que se estabelecia era como conciliar a possibilidade de ampliar o campo para divulgar a Palavra de Deus com a singularidade pessoal que a conversão supõe.

Em segundo, o novo público que se apresenta é o público tornado massa: “heterogêneo em sua composição, mas homogêneo em seu comportamento” (DELLA CAVA, 1991, p.145). A dificuldade que aparece é como transformar a mensagem religiosa no objeto de convergência das escolhas individuais e atender suas expectativas, o que também é visado pelos meios de comunicação de massa e por agências formadoras de opinião. Além disso, “o fiel se torna um consumidor de bens religiosos” (DELLA CAVA, 1991, p.145), tornando o sagrado uma espécie de mercadoria, o que desagradava tanto a setores mais conservadores quanto aos setores progressistas da Igreja.

Em terceiro lugar, a Igreja passa a aceitar o conceito de “opinião pública”, entrando em concordância com a exposição de opiniões, que podiam se confrontar; além de aceitar plenamente a autonomia do pensamento individual e a relatividade das verdades. “Como corpo vivo, a Igreja necessita duma opinião pública para alimentar o diálogo entre os seus membros, condição do progresso no seu pensamento e ação” (INSTRUÇÃO PASTORAL COMMUNIO ET PROGRESSIO, Art.115). Entretanto, ao mesmo tempo, a Igreja reafirma que existe uma hierarquia das ideias, onde se precisa distinguir claramente o campo da investigação científica, no qual as pessoas têm a liberdade necessária para o seu trabalho e o direito de comunicar a sociedade o resultado da sua pesquisa; e o campo da instrução dos fiéis, em que se apresentam, como doutrina da Igreja, as verdades reconhecidas como tais pelo Magistério autêntico, em relação ao campo das questões de fé e moral.

Obviamente, que a Igreja em seus discursos, aborda aspectos de outras áreas como forma de dar uma orientação aos fiéis. E, diante da pluralidade de opiniões, cabe ao fiel discernir o que se adequa a sua fé. A CNBB mobiliza uma campanha em relação aos meios de comunicação, para dar visibilidade aos acontecimentos da instituição, porém, os meios de comunicação estão nas mãos de terceiros, que podem difundir a imagem da Igreja que mais

lhes interessar, e a Igreja espera que eles “se esforçarão por tratar de assuntos religiosos, com todo aquele cuidado que a natureza da matéria exige” (PUNTEL, 2005, p.25), o que nem sempre ocorre.

Por fim, durante o papado de João Paulo II, a Igreja adota um discurso de que o mundo das comunicações unifica e transforma a humanidade, pois os meios de comunicação social são instrumentos de informação e formação, principalmente em relação as novas gerações, que já nascem neste mundo condicionado pelas massas.

Conforme Souza, os meios de comunicação não são apenas meros instrumentos, que podem ser aceitos ou rejeitados.

A visão que o Magistério da Igreja nos impulsiona a levar em consideração, é compreender a comunicação social como um fenômeno cultural do nosso tempo que requer formação cultural, ou seja, não se trata apenas de elencar mais uma nova tecnologia no rol existente, mas considerar os vários e novos discursos que a semiologia, as linguagens, a mediação nos oferecem e nos fazem conceber a comunicação de maneira acentuadamente diferente do que a visão tradicional da mesma (2009, p.4).

Entretanto, essa posição não é hegemônica sendo necessário progressos para que haja uma real integração entre fé e cultura, no que se refere às relações entre Igreja e comunicação. No documento “Ética nas comunicações sociais” a Santa Sé faz um balanço da relação entre meios de comunicação e religião e lista algumas tentações presentes em ambos os lados.

As tentações da parte da religião incluem: julgar os mass media de maneira exclusivamente negativa; o fato de não se conseguir compreender os padrões sensatos da prática dos meios de comunicação bons, como a objetividade e a imparcialidade, pode impedir um tratamento especial dos interesses institucionais da religião; apresentar as mensagens religiosas com um estilo emocional e manipulador, como se fossem produtos em concorrência num mercado ávido; usar os mass media como instrumentos para o controle e a dominação; promover um sigilo desnecessário ou então ofender a verdade; subestimar a exigência evangélica da conversão, arrependimento e emendamento da vida, substituindo-a por uma religiosidade branda que exige pouco das pessoas; encorajar o fundamentalismo, o fanatismo e o exclusivismo religioso, que fomentam o desprezo e a hostilidade em relação aos outros (FOLEY, 2000, p.4).

Para o autor, as tentações dos meios de comunicação seriam:

[...] ignorar ou marginalizar as ideias e a experiência religiosas; abordar a religião com incompreensão, talvez até mesmo com desdém, como um objeto de curiosidade que não merece atenção séria; promover as modas religiosas, em desvantagem da fé tradicional; abordar os grupos religiosos legítimos com hostilidade; medir a religião e a experiência religiosa mediante parâmetros seculares daquilo que é apropriado, e favorecer pontos de vista religiosos que são conformes aos gostos seculares, sobre aqueles que não o são; e procurar encerrar a transcendência nos limites do

racionalismo e do cepticismo. Os mass media de hoje frequentemente refletem o estado pós-moderno de um espírito humano fechado dentro dos limites da própria imanência, sem qualquer referência ao transcendente (FOLEY, 2000, p.4)

O documento ainda complementa: “O comunicador cristão em particular tem uma tarefa profética, uma vocação: falar contra os falsos deuses e ídolos do nosso tempo – materialismo, hedonismo, nacionalismo exasperado, etc” (FOLEY, 2000, p.5). Nesse sentido, O Papa João Paulo II afirma que, enquanto em outros tempos eram os meios de comunicação que apresentavam os acontecimentos, agora estes são frequentemente modelados para corresponder a seus interesses.

O fato é que o campo da comunicação é uma área muito fecunda e essencial para a Igreja Católica, seja no Brasil, seja no mundo, como ferramenta de propagar suas ideias e doutrina, ou de expor seus eventos e acontecimentos, mas sempre se deve tomar cuidado com o que se é propagado pela Igreja e colocado sobre a Igreja.

É nessa perspectiva que Dom Agostinho, durante seu episcopado, criou e esteve à frente de mídias sociais pertencentes e mantidas pela Diocese de Palmas, que tinham por objetivo repassar aos fiéis as informações referentes aos acontecimentos da Diocese e de transmitir as ideias do bispo diocesano em relação a temas relevantes de âmbito social e espiritual.

Nesse sentido, de evangelizar e informar dos fiéis diocesanos, Dom Agostinho investiu na criação de cinco emissoras de rádio, que juntas abrangiam todo o território pertencente a Diocese. Todas eram dirigidas por padres diocesanos e tinham por missão “promover a difusão da informação, cultura e entretenimento, contribuindo decisivamente com o desenvolvimento de uma formação crítica, participativa e solidária” (SARTORI, 2008, p. 226), nas quais Dom Agostinho fazia participação abordando temas sociais, culturais, políticos, religiosos e econômicos, através do programa O Bispo Responde, onde os ouvintes enviavam perguntas e ele as respondia no ar.

O programa ia ao ar nas cinco emissoras, sendo elas: Rádio Club AM de Palmas-PR, criada em 1976; Rádio Horizonte FM também de Palmas, criada em 1992; Rádio Difusora América de Chopinzinho-PR, criada em 1992; e Rádio Onda Sul FM de Francisco Beltrão-PR, criada em 2000. Todas estas compõem a Rede Bom Jesus de Comunicação que as integra, transmitindo em comum os programas que envolviam o Bispo Diocesano, como o Bispo Responde e Palavras do Bom Pastor.

O primeiro, que permitiu aos fiéis ouvintes participarem ao vivo fez muito sucesso nos anos em que esteve no ar, de 1976 à 2002, pois permitia a todos conhecerem o que o bispo

pensava diante de assuntos polêmicos, como aborto, eutanásia, doação de órgãos, homossexualidade, entre tantos outros que despertavam curiosidade e discussão. Já o segundo programa, tratava exclusivamente de assuntos pastorais e religiosos da Diocese.

Um exemplo, é a resposta dada no programa O Bispo Responde de 1997, onde o ouvinte questionou a posição de Dom Agostinho em relação a clonagem de animais, já que no mesmo ano havia sido realizado a clonagem da ovelha Dolly, sendo a resposta dada por Dom Agostinho:

O caso recente da ovelha Dolly tem suscitado muitas interrogações e até sérias preocupações, principalmente por se ter começado a cogitar numa possibilidade de clonagem humana. O caso tem dado oportunidade para o debate sobre a discutida autonomia da ciência e sobre o limite ético que o bom senso parece exigir. Esse assunto ainda dará muito o que falar por se referir diretamente à engenharia genética e à conseqüente possibilidade de manipulação humana. A grande questão não é se a clonagem é cientificamente possível, mas se o senso possível é eticamente aceitável. Enquanto a experiência científica, sua evolução e aperfeiçoamento se limitarem aos animais irracionais ou vegetais, não tenho nenhuma reserva a fazer. Contudo, me preocupo com os possíveis desvios da engenharia genética e, seus conseqüentes perigos. Por isso, acredito que nós cristãos católicos devemos estar atentos e aceitar da engenharia genética somente o que for saudável ao ser humano (O BISPO RESPONDE, 1997, gravação nº25)

Na maioria dos programados salvos em arquivos são casos como esses, polêmicas envolvendo a sociedade e a Igreja, onde Dom Agostinho responde apresentando sua opinião de forma clara e objetiva. Outro exemplo é quando foi questionado, em 1995, a respeito das relações homossexuais, onde apresentou o seguinte posicionamento:

Ultimamente tem sido frequente a referência feita às diversas formas de homossexualidade, pois tramita um projeto de lei no Congresso que busca legalizar tais relações. É claro que a Igreja Católica tem posição tomada e firme no sentido contrário. Porém, defendo que estes devem ser acolhidos com respeito, compaixão, e delicadeza em nossa comunidade, pois sua condição já é uma verdadeira provação. Peço que se evite qualquer sinal de discriminação ou preconceito, pois essas pessoas também são chamadas a realizar a vontade de deus na sua vida, sendo convidadas a unir-se a cruz do Senhor diante das dificuldades que podem encontrar por causa de sua condição (O BISPO RESPONDE, 1995, gravação nº42)

Essa questão nos mostra um Dom Agostinho, que mesmo defensor e divulgador da doutrina católica, apresenta sem medo suas ideias diante das problemáticas apresentadas, como nesse caso onde condena qualquer discriminação em relação aos homossexuais e defende a inserção destes nas comunidades, mesmo que com restrições diante da prática religiosa.

Como esses exemplos, tantas outras problemáticas foram respondidas por Dom Agostinho ao longo dos programas que iam ao ar uma vez por semana, sendo reprisado em três horários, para que abrangesse o maior número possível de fiéis diocesanos. Mas é nas mídias impressas onde teremos mais clareza da postura do bispo.

Visando integrar de “forma rápida e eficiente a Sede da Diocese e as 34 paróquias, com 692 capelas, com os seus 18.725km² e seus 650.000 filhos que tem o direito de ouvir a voz de seu Pai e Pastor” (INFORMATIVO DIOCESANO, 1975, p.01), funda-se em 1975 o *Informativo Diocesano*, jornal composto da publicação de materiais que servissem de guia espiritual e político para os católicos diocesanos.

O *Informativo Diocesano* foi publicado até 1977. A sua circulação foi implementada na medida em que as condições permitiram, embora viessem a maior alcance. O periódico inicialmente foi composto de forma bastante artesanal e com tiragem reduzida. Podendo assim, ser considerado, uma ampliação dos canais de comunicação com as paróquias para além das Cartas Pastorais. Declarou Dom Agostinho na página inaugural do informativo:

Saudamos e abençoamos este primeiro número do Informativo Diocesano de Palmas, para que seja “Linguagem dos nossos acontecimentos” pois os “Sinais dos Tempos” não são fáceis de serem descobertos. Eles não estão nos livros. Estão na vida do povo, e não aparecem liquidamente, ao primeiro olhar. Vem dentro de contradições e inseguranças e são vistos como negativos. Só um exame mais lúcido consegue descobrir que, sob essas arestas e cascalhos, o saldo é positivo (INFORMATIVO DIOCESANO, 1975, p. 01)

Dom Agostinho voltou a maior parte de sua escrita a composição desses materiais, uma ação que percorreu todo o seu episcopado. Em 1985, se concretizou o projeto jornalístico tão sonhado pelo bispo diocesano, com a criação e publicação do jornal “*Até que...*”, periódico que foi publicado até o ano 2017.

No primeiro número do *Informativo Diocesano*, a análise já de forma clara a concepção política adotada por Dom Agostinho como coerente para a Igreja. Nessa primeira edição, foram criticadas as arbitrariedades cometidas pelo governo militar contra os religiosos e os fiéis católicos. Também apresentou o desejo dele em realizar na Diocese de Palmas um trabalho de conscientização política, para tornar os fiéis cientes das causas e dos interesses dos movimentos sociais, tanto à questão agrária quanto indígena. Essa inclinação logo foi compreendida pelo povo que passou a chama-lo de “bispo dos pobres”. A própria divulgação de uma série de escritos no Informativo e, posteriormente no jornal, revelam a tentativa de

Dom Agostinho de evidenciar suas posições. Um exemplo da percepção do povo diante da postura do bispo são as “cartinhas” de fiéis divulgadas no Informativo:

De Planalto escreve Constantino Libardi, que saudando Dom Agostinho, congratula-se com a Comunidade pela apresentação do ABC das eleições que nos tem ajudado muito a compreender o que é a verdadeira política e que política não termina com as eleições, mais continua porque política é tudo que é feito para o bem do povo e para a total libertação do homem.

De Capanema escreve Nilvo Felipe que assim comunica: Reverendíssimo Bispo Dom Agostinho. Quem lhe escreve é o ministro iniciante da Capela de São Sebastião do município de Capanema. É a primeira que escrevo, quero agradecer o Informativo Diocesano, isto nos mostra melhor o caminho a seguir. Usamos o boletim nas reuniões de grupo, reunião do conselho pastoral e dirigentes de grupos.

Da Comunidade São Roque – Planalto – escreve as forças vivas que assim se expressam: Sr. Bispo Diocesano Dom Agostinho José Sartori, eu Geraldino Gelim e Osvaldo Ribeiro, como futuros ministros extraordinários da eucaristia da Comunidade São Roque em conjunto com a liderança da capela resolvemos escrever-lhe pedindo se fosse possível o sr. Vir em nossa comunidade para dar-nos o mandato, pois gostaríamos todos de conhecer-vos pessoalmente... sabemos que sois o bispo dos humildes, dos pobres e que luta pela libertação do povo. Toda a liderança da capela assina a cartinha (INFORMATIVO DIOCESANO, 1976, p.2)

Essas “cartinhas” demonstram a simplicidade do povo que se referenciava em Dom Agostinho, tendo assim, uma influência ideológica a partir de seus escritos e discursos. Sua luta diante de problemas sociais ganhou adeptos a partir da sua defesa pública, envolvendo os fiéis mais humildes também nesta causa, seja como os envolvidos que viam no bispo um amigo de luta, seja como mero defensor da causa, influenciado pelo discurso do pastor que unia o problema em nível terreno e divino, sensibilizando assim, os que não estavam diretamente envolvidos. Vale ressaltar ainda, que assim como Dom Agostinho era ouvido por seu povo, o povo também era ouvido por ele, como na “cartinha” da comunidade São Roque aqui citada, resultou na ida do bispo diocesano até a capela assim como solicitado, tornando o bispo uma pessoa conhecida pela sua humildade e disposição em atender os “pequenos” da diocese.

Nesse *Informativo* também teremos o posicionamento assumido por Dom Agostinho, sendo um dos poucos bispos do Brasil a ser assumidamente progressista, posição essa demonstrada através do apoio dado as causas indígenas e camponesas. Nesse sentido, podemos usar como exemplo, sua assinatura e divulgação do documento “Y-Juca Pirama – o Índio: aquele que deve morrer”, já aqui citado, que foi produzido por missionários que atuavam na região da Amazônia e denunciava a exploração e expropriação dos indígenas nas fronteiras amazônicas.

Essa visão sociológica adotada auxiliou e proporcionou à Dom Agostinho uma constante aproximação com os pastores protestantes, principalmente da Igreja Luterana, em prol da luta camponesa, evidente em seu histórico à frente da CPT, como já mencionado. O respeito pelo protestantismo de confissão luterana, se manifestou em seus escritos, em que até onde a pesquisa revelou, não expressaram qualquer tipo de ressalva.

No ano de 1985, foi publicado a primeira edição do tão esperado jornal diocesano “*Até que...*”, nascido através de Dom Agostinho. Em sua primeira edição traz em sua capa uma explicação dada pelo bispo diocesano sobre o nome escolhido.

Chega em suas mãos o primeiro número de nosso jornal Até Que... Até o quê? perguntarão vocês com toda a certeza. À primeira vista parece um título estranho, sem significado, fora de propósito; porém, se o tomarmos no seu verdadeiro sentido, veremos que vem carregado de forte dinamismo interno. Disse o poeta: “Mais do que nunca é preciso cantar”, referindo-se aos negros tempos de repressão do país. Mas... cantar até quando? Pregava ele, até que venha a liberdade e a democracia. Nós cristãos esperamos muito mais que a democracia e, por isso, precisamos muito mais que cantar! Precisamos ver com os olhos bem abertos e agir na construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Mas... até quando? Até que Cristo venha! (ATÉ QUE..., 1985, p.01)

No jornal *Até que...* os temas são apresentados sempre de forma bem clara, enfocando textos diversos, pois para Dom Agostinho o jornal tinha por objetivo “apresentar temas de forma clara, enfocando textos diretos e diversos que vão da abordagem religiosa às outras abordagens de interesse dos cidadãos diocesanos” (Coletânea de Documentos Históricos Alusivos à Diocese e a Dom Agostinho José Sartori - Tomo I, 2004, p. 530). Cada edição se preocupa em formar, propondo textos para reflexão; e também se preocupa em informar, apresentando notícias, não só de âmbito diocesano, mas abordando temas de interesse nacional.

Já é bem conhecida a afirmação, tornada quase slogan por aqui e por toda a parte: “A Igreja não se mete em política”. Se a “Igreja não pode meter-se em política” como dizem certos “coronéis” das políticas locais, porque buscam pessoas ligas à Igreja para alcançar seus intentos eleitoreiros? Qual a coerência de nossas lideranças políticas neste caso? É verdadeiramente lamentável! Ouço dizer agora que, na região, estão à procura exatamente das lideranças da Igreja, daqueles leigos que foram chamados a prestar serviço à hierarquia, para serem candidatos. A contradição é flagrante e as intenções bem duvidosas. (ATÉ QUE..., 1985, p.01)

Com este discurso, Dom Agostinho abre o jornal no ano de 1985, ano eleitoral, realçando a regra diocesana de que padres, lideranças e ministros da eucaristia não poderiam ser candidatos e nem exercem funções ligadas a hierarquia de partidos políticos, assim como,

só poderiam atuar em cargos indicados após aprovação do bispo diocesano. Isso, porque, para ele, cargos políticos só poderiam ser assumidos por pessoas que tenham “o verdadeiro espírito político, que buscam utilizar suas funções para transformar o país em um local justo, humano e fraterno, que acolha todos os seus filhos e filhas” (SARTORI, 1985, p.02).

Em 1985, como a emenda constitucional que propunha eleições diretas para presidente foi rejeitada pelo Congresso Nacional, as eleições foram realizadas de forma indireta, onde venceu a chapa Tancredo Neves e José Sarney. Porém, a posse nunca aconteceu, pois às vésperas da posse, Tancredo foi hospitalizado, indo a falecer dias depois. O que resultou na posse do vice, José Sarney como presidente do Brasil. Diante dessa realidade, Dom Agostinho escreve em seu espaço no jornal diocesano, sua análise a respeito da conjuntura política que se instalara:

Parece-nos que o país vive uma fase de grande confusão não se sabe mais quem é quem... Pontos de vista desencontrados, opiniões divergentes, mesmo nos quadros do governo, aliança apregoada nas palavras, mas inexistentes de fato, gera confusão e insegurança generalizada. Além da confusão, há também desconfiança. Ninguém discute que o povo se sentiu traído e até vilipendiado com o Plano Cruzado II, atirado sobre a população. O Brasil se tornou uma confusão, cheio de desconfiança, abuso de poder e econômico. A “luta” democrática empreendida por Tancredo Neves, Ulisses Guimarães e tantos outros, atravessando o país, convocando multidões, entoando em plena praça o hino nacional, entre outras coisas, sempre investiu veemente contra a influencia do poder econômico nas eleições e em outros setores da vida nacional; investiu contra a falta de programas dos partidos brasileiros e apresentou o PMDB como sendo o único partido verdadeiramente comprometido com os interesses populares. (ATÉ QUE..., 1986, p.02)

Nesse discurso fica nítido a empatia de Dom Agostinho pelo Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, no qual tinha amigos políticos, como deputados estaduais com quem mantinha uma relação próxima, pois era a eles que recorria em busca de recursos para o Sudoeste. Porém, em 1987, o bispo diocesano escreveu novamente ao jornal *Até Que...*, desta vez uma dura crítica ao partido.

Sempre acreditei no PMDB, porém o que vejo hoje? O poder econômico comandando o processo eleitoral de 1986, o dinheiro derramando a rodo para a compra de votos, gerando um frívolo espetáculo de uma vergonha a ciranda eleitoral. Candidatos comprometidos até o pescoço com os mais descarados esquemas econômicos selvagens e exploradores, acobertados no PMDB. Gente comprometida com a UDR disputando as eleições pelo PMDB. Como acreditar, como confiar? Estão juntando em um partido Pilatos e Herodes, o lobo e o cordeiro. A “farsa” da constituinte mostra de sobra como a democracia não constituiu, para muitos o ideal a ser vivido, mas o pretexto a ser usado, se for possível, para o engodo geral. Saudades do MDB que lutava pela democracia, que pensa no povo. Aquele sim, sempre terá meu apreço. (ATÉ QUE..., 1987, p.01)

A forma como Dom Agostinho assume seu lado nas questões políticas nacionais e regionais, deixa claro que ele, mesmo sendo o administrador diocesano, sabia se envolver neste mundo. Afinal, manteve relações estreitas com vários líderes regionais e estaduais do PMDB, e mesmo assim, não demonstra receios em expressar publicamente suas opiniões, e a transmiti-las para inúmeros fiéis que o viam como referência de opinião. O que podemos concluir a partir das “cartinhas” que o jornal recebia, onde uma destaca:

De Francisco Beltrão escreve o grupo de colonos: Sr. Bispo Diocesano Dom Agostinho José Sartori, nós do interior de Francisco Beltrão, queremos agradecer por o Senhor nos ajudar a entender a política, porque nós que somos simples, não sabemos direito sobre essas coisas. O Senhor é a luz de Cristo, o nosso pastor, que não nos abandona, mas nos ajuda sempre. Que Deus sempre o abençoe e lhe de muitos anos pra cuidar da nossa Igreja. (ATÉ QUE..., 1986, p.4)

É nesse povo simples e humilde do Sudoeste, que Dom Agostinho transmite seu discurso com êxito, afinal suas palavras realçando a justiça e a dignidade conquistam os que sofrem. Isso nos dá a certeza que seus discursos eram como sementes, que davam frutos ao encontrar um povo que via no bispo uma pessoa correta e, porque não, com traços divinos, afinal a própria Igreja se refere ao bispo como um representante de Cristo na terra. Estes “assinam o jornal e ouviam pelas rádios o seu pastor em busca de uma direção diante dos mais variados dilemas que se apresentavam” (NAZARO, 2011, p.223).

Um exemplo dessa “espera” do povo pela orientação de seu pastor, é a pergunta feita no programa “O Bispo responde”, que foi ao ar nas rádios diocesanas, mas também foi publicada na capa do jornal *Até Que...*, um caso inédito, mas que se repetiu posteriormente, quando o assunto era de grante interesse político nacional e regional. Neste caso, em setembro de 1998, um fiel encaminhou a seguinte pergunta: “Em quem nós católicos devemos votar nestas eleições que se aproximam?”, lembrando que neste ano concorriam ao cargo de presidente da República Fernando Henrique (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PPS) e mais nove candidatos, tendo como resultado Fernando Henrique reeleito ainda no primeiro turno, com 35.936.918 votos (53,6%). Luiz Inácio Lula da Silva recebeu 21.475.348 (31,71%), Ciro Gomes 7.426.235 (10,97%) e Enéas Carneiro 1.447.076 (2,14%) (JORNAL DE BELTRÃO, 1998). Sendo a resposta dada por Dom Agostinho:

As eleições estão a porta. E como são importantes estas eleições. O país está cansado. A nação está farta. A bandeira está enxovalhada. É preciso mudar. Aí está a oportunidade ao alcance de nossas mãos: as eleições. Elas podem começar a passar o Brasil a limpo. Mas, em quem votar? Oportuna pergunta que merece uma satisfatória resposta. Façamos do voto nossa arma. Assim, não se deve votar em

candidatos que não se ponham a serviço da comunidade; em candidatos que não entendam da vida do povo e com o povo não queiram comprometer-se; candidatos que não tenham demonstrado honestidade na vida pessoal e no exercício de função pública; candidatos que não visem, com toda a força, a buscar e a promover o bem comum. Candidatos que se dispõem a comprar votos, que fazem promessas mirabolantes e inexecutáveis, não merecem votos do eleitor cristão e do cidadão consciente. Daí a importância de se fazer uma espécie de pesquisa em torno da vida progressa de cada candidato. Vote bem, vote em candidato honesto. Se não, curtiremos por mais quatro anos, a consequência do nosso erro. E a situação continuará a mesma. (ATÉ QUE..., 1998, p.01)

Talvez o fiel esperasse um nome, uma orientação direta em quem votar. Porém, a única referência próxima a isso se deu na edição às vésperas da eleição, onde se lê: “Está chegando o dia de votarmos, lembremos acima de tudo que vivemos uma grande comunidade onde somos irmãos. Assim, pensamos em nossos irmãos que lutam por uma vida digna na hora do nosso voto, para que eles não sejam mais ainda prejudicados” (ATÉ QUE..., 1998, p.01). Isso, demonstra uma inclinação de Dom Agostinho por um candidato mais social, que apresente propostas voltadas aos mais pobres, e aos seus defendidos, como os indígenas e assentados. Não se pode dar exatidão há quem o bispo diocesano estava se referindo, pois ao longo da pesquisa não encontramos nada além.

Cabe lembrar, que a campanha presidencial de 1998 teve como um de seus focos a estabilidade econômica e, dessa forma, o então presidente Fernando Henrique Cardoso empreendeu um discurso no qual o principal argumento era a internacionalização do mercado como forma de explicar os pífios resultados apresentados pela economia brasileira (RENNO, 2006), enquanto que o programa de Lula ia de encontro ao discurso neoliberal. Apesar dos resultados econômicos e sociais apresentados no governo FHC, a sua reeleição se deu já no primeiro turno. Perry Anderson faz um relato dos oito anos de governo FHC:

Houve avanços na área social e administrativa. O aparelho do Estado passou por uma modernização genuína, sob alguns aspectos, tornando-se menos opaco e mais eficiente. [...] Seria um erro menosprezar esses avanços. Mas eles são muito modestos quando comparados à escala dos danos provocados pelas políticas macroeconômicas do governo. A característica que define o governo de FHC tem sido o neoliberalismo light, do tipo que predominou nos anos de 1990. [...] A conquista da qual o governo mais se orgulha, a estabilidade monetária, está em ruínas. (ANDERSON apud XAVIER, 2004, p.114)

Nesse sentido, nos fica claro a importância dos meios de comunicação na Diocese de Palmas, como forma de Dom Agostinho expressar e transmitir suas ideias para os seus fiéis, como o “bom pastor” que orienta suas “ovelhas”, seja no âmbito religioso, mas também em questões políticas e sociais. Obviamente, que ele tinha plena consciência do uso desses meios

para tais fins, afinal, ao longo de toda a sua caminhada a frente destes se mostrou firme em suas palavras e ações. Assim, mesmo que sem consciência, os fieis acabam sendo influenciados pelas opiniões de Dom Agostinho, que além de ser a referência religiosa era, para muitos, liderança social e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa visou compreender, a partir de uma abordagem prospectiva, a historicidade da influência política da Igreja Católica na região Sudoeste do Paraná durante o episcopado de Dom Agostinho José Sartori que vai de 1970 até 2005, sendo um dos mais longos da história do bispado brasileiro. A investigação partiu do anseio de compreender como as ações adotadas por ele influenciaram no desenvolvimento da região e de seus habitantes de modo constante.

Conforme o produto final demonstra, a pesquisa lançou luz sobre um universo muito rico, tanto de descobertas quanto de possibilidades a serem exploradas. A Igreja Católica presente no Sudoeste e as práticas ali desenvolvidas evidenciaram o quanto tal região é singular. Assim, constitui-se devido aos múltiplos embates que compuseram a complexidade sociocultural que atualmente se observa. Desde o primeiro contato com as fontes, tais elementos eram evidentes.

Essa escolha, considerando a relação do político com o âmbito religioso, parte do princípio que “(...) estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta” (REMOND, 1996. p. 444). A partir de tal prisma, espacialidades e relações foram sendo redefinidas e recriadas. Na realidade em questão, a Igreja utilizou de suas ações para transmitir seu lado político e seu ideário social. Pois, “assim, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim, os partidos são políticos porque têm como finalidade, e seus membros, como motivação, chegar ao poder” (REMOND, 1996. p. 444), nesse sentido, a Igreja diocesana de Palmas buscou manter sua hegemonia na região Sudoeste, visando construir uma sociedade embasada nos valores cristãos e em sua doutrina.

Aliada à análise documental, portanto, se objetivou compreender como Dom Agostinho, enquanto líder religioso regional, contribuiu na organização social da região, sobretudo após a migração e os conflitos envolvendo a regulamentação das terras. O modo como a população migrante se arranhou após o processo, e não negligenciando o choque com a população que até então habitavam a região, demandou a reorganização de sua cultura, capaz de permitir coerência nas novas relações e experiências sociais. Com vistas a centralizar os sentidos, a Igreja diocesana atuou tanto no espaço formativo quanto no fomento de novas

práticas sociais. Nesse sentido, a processualidade sociocultural do Sudoeste do Paraná teve na ação da Igreja Católica uma de suas referências mais pujantes.

Essas questões foram exploradas no decorrer deste trabalho. A partir delas se redigiu três capítulos que evidenciaram como se construiu o Sudoeste e as ações empreendidas pela Igreja e o modo como foram sendo apropriadas pelos diferentes grupos e modelos comunitários. As mudanças foram sendo absorvidas conforme as especificidades de cada grupo e de cada campo de ação.

A partir dessas complexidades, notou-se uma Igreja que atuou socialmente como moldadora. A organização dos movimentos sociais e o envolvimento da Igreja com eles em alguns momentos são elementos que permitem visualizar a resistência e conflitos internos e externos que se resultaram dessas ações. As relações sociais que se procederam diante desse quadro revelam um complexo e multifacetado “jogo social”.

Inicialmente, visou a construção de uma análise sobre as complexidades históricas da ocupação e colonização da região Sudoeste do Paraná, desde seus habitantes iniciais, os indígenas e caboclos, até a chegada dos migrantes e das companhias colonizadoras. Discorreremos sobre a problemática da terra, que foi muito marcante na concepção na região. Pois, a história da região sudoeste é um exemplo rico de luta pela terra, luta esta, que se dá nas esferas política, social, econômica e cultural.

Assim, percebe-se como a mobilidade influenciou no território e na construção da identidade, a partir das novas territorialidades emergentes. Um determinado indivíduo ou grupo social constrói no seu cotidiano diferentes relações de comunicação com o território de origem e também de destino, entre migrantes e não migrantes. Nesse contexto, os migrantes, em sua maioria descendentes de europeus, moldaram e modificaram o território e a natureza sudoestino, tanto no âmbito econômico, cultural e político, implantando identidades singulares através da des-re-territorialização, num processo de relações sociais entre os lugares de origem e de chegada, sobretudo na migração entre Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Deste modo, todo o processo de povoamento do Sudoeste do Paraná, está expresso em sua territorialização, pois foi concebido a partir de interesses políticos e econômicos voltados para a construção de um novo território com inclinações específicas, o que fez com que a Igreja não se demorasse para demarcar na região.

Buscou-se, ainda, compreender a inserção da Igreja Católica na região dos Campos de Palmas, posteriormente conhecida como Sudoeste do Paraná, e conseqüentemente, a chegada do segundo bispo diocesano de Palmas, Dom Agostinho José Sartori, personagem desta

pesquisa. Num primeiro momento, observaram-se alguns contornos que envolveram a ação da Igreja anteriormente e após a construção da Prelazia de Palmas. Notadamente, apontou-se que, para além do aspecto religioso, a Igreja inseriu-se em um projeto de maior amplitude, convergente a interesses de “civilizar” e remodelar uma região considerada longínqua e improdutiva.

A população que ali vivia deveria também passar por essa reformulação. Os choques produzidos por esse processo foram evidenciados no decorrer do texto. Obviamente, que a concretização de tal projeto passava pela transformação do modo de vida do caboclo. No âmbito da ação religiosa e social da Igreja, tais medidas se desdobraram primeiramente pela romanização das práticas religiosas locais, pela reprovação dos costumes típicos daqueles sujeitos pela afirmação do modelo cultural que deveria ser adotado. Essa medida acabou favorecendo outros sujeitos: os migrantes, oriundos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses projetos não foram empreendidos exclusivamente pela Igreja, mas, como se mostrou ao longo da pesquisa, essa cumpriu um papel importante.

Nota-se, diante da expansão da Igreja Católica na região, a superação do catolicismo popular, estruturando-se politicamente como Igreja e se regionalizando através da criação de inúmeras paróquias ao longo de todo o Sudoeste, impondo unilateralmente os valores do seu catolicismo, articulando-se com um caráter hierárquico e centralizador com atuação regional. Esta formulação vai resultar na elevação da Prelazia de Palmas em Diocese, que desde sua concepção, foi marcada pela diversidade cultural de seus fiéis, e na enraização da Igreja como referência e guia para questões cotidianas, religiosas, econômicas, sociais e culturais. Sendo esta realidade encontrada por Dom Agostinho José Sartori, o segundo bispo da Diocese de Palmas, enviado a região Sudoeste em 1970, no qual apresentamos sua biografia e sua formação, para assim, melhor compreendermos o jovem frei capuchinho de 42 anos de idade que chegou na região e começou a dar forma a igreja diocesana, organizando-a de forma a atender as carências não só religiosas de seus fiéis, mas pensando neles em seu todo, abordando os aspectos sociais, políticos e culturais.

Através da análise diante do segundo bispado, comandado por Dom Agostinho, retratando as transformações e a compreensão constituída pelo bispo diocesano, frutos de um momento de transformações pelo qual a Igreja e a sociedade estavam passando, observa-se, notadamente, que o segundo bispo de Palmas inseriu em seu modelo de ação eclesial, político e social as sementes de uma autocompreensão até então nova para a Igreja Católica brasileira.

Desta maneira, buscou-se compreender como a Igreja diocesana se inseriu face ao modelo de sociedade que se constituía na região a partir da migração. Processo que gerou tensões e evidenciaram elementos que compõe a singularidade da região Sudoeste do Paraná. Na pesquisa, foi possível delinear os muitos embates sociais e o papel da Igreja em cada um deles. Observou-se, nesse sentido, uma região formada por grupos de interesse e costumes diferenciados coabitando e agindo socialmente. Ao mesmo tempo, em que se vê uma Igreja apreensiva quanto ao futuro da população e profundamente envolvida com as demandas sociais daquele presente.

Destacamos, no decorrer do texto, algumas ações adotadas por Dom Agostinho como prioritárias nestes 35 anos de episcopado, com alto teor político. Cabe elencar que, durante a pesquisa, estes foram investigados em sua totalidade, havendo necessidade de compreender como se processaram as transformações no interior da Igreja do século XX, pois estas incidiram nos modelos de ação eclesial adotados na região. Pois, a Diocese de Palmas viveu as modificações propostas no Concílio Vaticano II, considerado por muitos o maior Concílio da história da Igreja Católica Apostólica Romana.

Nesse sentido, objetivou-se evidenciar os projetos de ação políticos elaborados e colocados em prática por Dom Agostinho na Diocese de Palmas, aproximando-se do projeto inicial, que visou deter-se à análise da influência política da Igreja Católica na região Sudoeste do Paraná e suas respectivas processualidades. A partir deste momento do texto, e tendo em vista o que foi construído até ele, buscou-se evidenciar o contexto social-político em que se encontrava o país e a região no período em que Dom Agostinho assumiu a Diocese de Palmas, pois ele defendia que a Igreja não poderia se mostrar alheia aos problemas e a realidade que a cercavam. Pensamento esse, que ele pôs em prática, ao assumir a responsabilidade social da Igreja diante dos marginalizados e pobres, além de atuar e defender a luta dos movimentos sociais presentes na região, o que deixa nítido sua inclinação com a Teologia da Libertação.

Desta forma, pôde-se evidenciar como Dom Agostinho defendeu abertamente suas ideias e a transmitiu para seus fiéis. Sua postura de ferrenhas críticas para com o governo militar, mesmo com o Dops indo a Palmas buscar esclarecimentos, mostram um líder sem “papas na língua”, que se manteve firme em seus ideais. Em relação aos movimentos sociais, apoiou abertamente e incentivou movimentos como o MASTES e o MST, aderindo à luta pelo direito da terra dos trabalhadores rurais, defendendo e auxiliando-os. Traçou diretrizes de trabalho que agiam diretamente nas comunidades através da CPT, da ASSESSOAR e demais

movimentos internos da Igreja, que trabalhavam com os indivíduos, com as famílias e em grupos, como no caso das CEB's, num processo de sensibilização, reflexão, criticidade e solução dos problemas enfrentados pelo homem do campo, principalmente quanto a má distribuição de terras, se embasando na Bíblia quando instrumento de ação e política, incentivando um ideal de luta.

Abrangeu-se também, que a partir do discurso defendido por Dom Agostinho em relação a educação, difundiu-se uma crença desmesurada, por parte da população, no poder da educação como fator único para o processo de desenvolvimento socioeconômico. Neste sentido, o bispo concretizou seu projeto de criação do UNICS, em Palmas, através da colaboração da população e lideranças regionais, sem esquecermos de seu amigo pessoal e governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, com quem mantinha uma relação próxima diante de assuntos de interesse que envolviam Igreja e Estado. Essa promoção ao ensino superior, iniciada na região pela Igreja diocesana, foi fator determinante para o avanço do desenvolvimento sócio econômico da cidade e da região, para a melhoria das condições de vida da população, especialmente por meio das ações extensionistas e de pesquisa, articuladas às atividades de ensino.

Também se abordou o uso dos meios de comunicação de massa como sinais de presença da Igreja diocesana ao longo da região, como forma de informar e formar os fiéis, sendo estratégias por onde circulam objetivos, proposições e posições da Igreja e do bispo diocesano voltados à sociedade em geral. Portanto, nestes espaços travam-se diálogos constantes em torno da ideologia e da cultura cristã. Além disso, esses veículos de informação de posse da Igreja, no caso da Diocese de Palmas, cinco emissoras de rádio, o *Informativo Diocesano* e o Jornal "Até Que...", surgiram com o objetivo de se posicionar e intervir diante de problemáticas sociais e espirituais, como também para responder a questões internas da própria instituição. Nestes, Dom Agostinho apresenta de forma clara e objetiva seus ideias e pensamentos, tornando público sua postura progressista, sendo um dos poucos bispos a fazê-la. Através destes, repassou seus discursos sobre variados assuntos, que foram adotados pelos seus fiéis, conforme o texto apresentou.

São essas múltiplas tensões e ações os elementos que conduziram esse trabalho como um todo. Essas demandas foram marcas indeléveis dos muitos diálogos e trocas que se estabeleceram entre o pesquisador e o objeto pesquisado. A partir de investigação, conseguimos compor o mosaico de realidade que, de modos singulares, compõe o real vivido. O passado nutre o presente e se faz experiência de múltiplas formas. O manancial de fontes

investigadas proporcionou a reconstrução de um passado que sobrevive de modo pujante. Afinal, quando se estuda assuntos que envolve a religião e a religiosidade, mesmo que correlacionada a outros aspectos como a política, se adentra num universo que toca os sujeitos não só do ponto de vista político, econômico ou social, mas também existencial.

Portanto, o presente trabalho se fecha tendo alcançado o objetivo ao qual ele se propôs, mas também continua permeado por muitas questões ainda em aberto. Para muitos, algumas indagações elencadas talvez não tenham sido respondidas ao todo, outras certamente surgirão. A pesquisa e, sobretudo, a metodologia certamente abriu flancos para o avanço de outras pesquisas e abordagens. Essas poderão ampliar a visão da ação da Igreja e do próprio Dom Agostinho em muitos aspectos. Se essa pesquisa proporcionar esse impulso já terá cumprido grande função, pois a escrita da história do Sudoeste ainda é um campo aberto.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) USP.

ABREU, C. *Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ALVES, Bernardo Veiga de Oliveira. *Comunicação e tradição em Bento XVI*. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2008. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Refkalefsky.

ARAÚJO, José Carlos Souza. O público e o privado na história da educação brasileira: da ambivalência ao intercâmbio. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (Org.). *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR;UNISAL, 2005. p. 125-143.

AURAS, Marli. *A guerra do contestado: a organização da irmandade cabocla*. Florianópolis: UFSC, 2001.

BACZKO, Bronislaw. *A Imaginação social*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

BATTISTI, E. *As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX*. Campo-Território: revista de geografia agrária, n.2, p.65-91, 2006.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja entre a Revolução de 1930: o Estado Novo e a Redemocratização*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

BERGUER, Peter. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2006.

BERNARDES, L. M. C. *O Problema das "Frentes Pioneiras" no Estado do Paraná*. In: Revista Brasileira de Geografia. n° 3, julho-setembro de 1953.

BOCCHESI, Neri França Fornari. *Pato Branco sua história sua gente: história de Pato Branco*. Pato Branco: Imprepel, 2004.

BONETI, Lindomar Wessler. A Exclusão Social dos Caboclos do Sudoeste do Paraná. In: *Os caminhos da Exclusão Social* (Org. ZARTH, Paulo). Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

BENEVIDES, Marijeso de Alencar. *Os novos territórios federais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946

BERTONI, M. *La civilización Guarani: Descripción Física, Económica y Social del Paraguay*. La Higiene Guarani. La Medicina Guarani. 2 ed. Puerto Bertoni: "Ex Sylvis", 1982.

BONIN, A. A. A luta pela terra no Paraná. In: *Cenários de Economia e Política: Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BREVES, Wenceslao de Souza. O Chapecó que eu conheci, In: *Nossa Senhora do Desterro – Memória*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1979.

BRUXEL, A. O gado na antiga banda oriental do Uruguai. *Pesquisas: História*, São Leopoldo, 1960. v.13, p. 1-110.

BUHRER-THIERRY, Genevieve. Fronteiras, Sociedades de fronteira e identidades na Europa da Alta Idade Média. In: Campos, Adriana Pereira et all. *Territórios, Poderes, Identidades: A ocupação do espaço entre a política e a cultura*. Vitória: GM Editora; Paris: Université de Paris; Braga: Universidade do Minho, 2012, p.193-212.

CALLEGARI, R.; ALBA, R. *ASSESOAR: primeiros passos e a organização dos agricultores como protagonistas*. Francisco Beltrão: Revista Cambota, 2016.

CAMPOS, Índio. *Os colonos do Rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústrias no Oeste Catarinense*. UFP, 1987.

CAPSDEQUI, J.M.O. *El estado español en las Índias*. 3ed. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1957.

CARDOZO, R.I. *El Guairá, historia de la antigua provincia (1554-1676)*. Asunción: El Arte S.A, 1970.

CARNEIRO, Maria Esperança. *A Revolta Camponesa de Formos e Trombas*. Goiânia: Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Convênio CPDA/EIAP/FGV/Fundação FORD, 1981.

CEOM. *Para uma história dos índios do oeste*. Ano 4, 1989.

CHIQUIM, Carlos Alberto. *CNBB no Paraná e a história da evangelização*. Curitiba: Instituto Gaudium de Proteção a Vida, 2005.

CHMYS, I. *Pesquisas de arqueologia histórica no Paraná*. São Paulo: Dédalo, 1985.
CIMI – Regional Sul. *Toldo chimbangue: História e luta kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê, Regional Sul, 1984.

Código de Direito Canônico, promulgado por João Paulo II, Papa. Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987.

CONSTANTINO, Núncio Santoro. *O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local*. São Leopoldo, Revista Unisinos nº 10, 2004.

CORRÊA, Lobato Roberto. O Sudoeste paranaense antes da colonização. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 32, n.01, jan-mar., 1970.

CORRÊA, R. L. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1970.

CPT NACIONAL. *Sobre nós*. Histórico: o nascimento da CPT. 2010. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/sobre-nos/historico>> Acesso em: 15 de jul.2017.

CUNHA, Luiz Antônio. *Ensino Superior e Universidade no Brasil. 500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

DANIELI, J. P. *Educação do campo e movimentos sociais no sudoeste do Paraná: Lutas, redes e alguns apontamentos históricos*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Universidade Estadual de Maringá, 2014.

DELLA CAVA, Ralph. *E o Verbo se faz imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.

DIEL, Paulo Fernando. *Em nome de Deus: a reforma católica e o catolicismo popular caboclo no oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná (1903-1958)*. São Paulo – SP, 1995. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Universidade Nossa Senhora da Assunção.

DIEL, Paulo Fernando. *Religião e Religiosidades*. Palmas: CPEA, 2004.

ELLIS JÚNIOR, A. *Capítulos da história social de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1944.

FERES, João Bosco. *Propriedade da terra: opressão e miséria*. Latin American Research, 56. Amsterdam, 1990.

FERNANDES, B. M. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST(1979-1999)*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

FOLEY, John. *Ética nas comunicações sociais*. Vaticano: Santa Sé, 2000.

FONSECA, S.G. *Ser Professor no Brasil: história oral de vida*. Campinas, SP: Papirus, 2015.

FORTES, Adílio. *A proto história do município de Chapecó oeste de Santa Catarina (1641 a 1917)*. São Paulo: Carthago Editora Limitada: 1990.

GERMANO, José Wellington. *Estado militar e educação no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOMES, L. Z. *1957: A Revolta dos Posseiros*. 2 ed. Curitiba: Criativa, 1987.

HASS, Mônica. *Os Partidos Políticos e a Elite Chapecoense*. Um estudo do poder local 1945-1965. Florianópolis: UFSC, 1993.

HAUBERT, M. *Índios e jesuítas no tempo das missões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HEINEN, Luiz. *Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina: Aspectos Sócio Político e Econômicos*. Joaçaba: UNOESC, 1997.

HEINSFELD, Adelar. *A Geopolítica de Rio Branco: As fronteiras nacionais e o isolamento argentino*. Joaçaba: UNOESC, 2003.

HEINSFELD, Adelar. *A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe, SC*. Joaçaba: UNOESC, 1996.

HEINSFELD, Adelar. *O olhar da geopolítica sobre as fronteiras*. História: debates e tendências, Passo Fundo, v.3, n.2, p.105-114, dez.2002.

HORTA, J.S.B. *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis, v.69, n.6, p.29-48, ago.1985.

IBGE. *Censo Demográfico do Paraná de 1959 e 1990*.

KLEINKE, Maria de L. U. DESCHAMPS, M. MOURA, R. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. In: *Anais do 20 Encontro Nacional Sobre Migração - Perspectivas regionais da dinâmica migratória no Brasil*. Ouro Preto, 1999. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/2EncNacSobreMigracao/AnaisZENSMigracaoOuroPreto1999pi87a228.pdf>> Acesso em 26/11/2017.

KRÜGER, Nivaldo. *Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho e de fé*. Posigraf, 2004.

LARA JUNIOR, Nadir. Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST. *Revista NERA (UNESP)*, ano 15, nº20 – jan/jun de 2012, p. 156-174. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1854/1754>. Acesso em 05 abr. 2017.

LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3ª. Ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1998.

LAZIER, Hermógenes. *Paraná: terra de todas as gentes e de muita história*. Francisco Beltrão-PR: GRAFIT, 2003.

LEMIECHEK, Lucimara. *Aspectos históricos da formação de professores normalistas no município de Laranjeiras do Sul - PR (1946 – 1980)*. Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Dissertação de mestrado, 2014.

LIMA, Delcio Monteiro. *Os demônios descem do Norte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

LIMA, Madalena Margarida Mergen. Contextualização das faculdades de Palmas: uma retrospectiva de sua caminhada. *Consciência*, Palmas/PR, 11 (1), p. 09-38, jan./jun. 1997

LOPES, Sérgio. *O Território do Iguaçú no Contexto da “Marcha para Oeste”*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

LOWY, Michel. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUZ, Aujor Ávila. *Os fanáticos – crimes e aberrações da religiosidade de nossos caboclos: contribuição para o estudo da antropologia, sociologia criminal e da história do movimento dos fanáticos em Santa Catarina*. Florianópolis: Edição do autor, 1952.

MAACK, R. *Geografia física do Estado do Paraná*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Editora, 1981.

MACHADO, P.P. *Lideranças do Contestado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

MAEDER, Othon. *A rebelião agrária do Sudoeste do Paraná em 1957*. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1958.

MAEDER, E.J.A. & GUTIERREZ, R. *Atlas histórico del nordeste argentino*, Resistencia: Inst. Invest. Geohistoricas Conicet, Fundanord, 1995.

MAGALHÃES, M. Valle. Guzmán, J. J. Beltran. O Paraná e a versão do crescimento populacional: o papel da migração. In: *Anais do IV Encontro de Estudos Populacionais*. Águas de São Pedro, 1984, v.4, p. 1989-2016. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V04A07.pdf>> Acesso em 24/11/2017.

MAGALHÃES, Marisa Valle. *O Paraná e as migrações - 1940 a 1991*. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado), UFMG/ CEDEPLAR.

MARCON, Telmo. *História e cultura Kaingang no sul do Brasil*. Passo Fundo: Editora e Gráfica da UPF, 2008.

MARTINE, George. *A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80*. Texto para Discussão. Janeiro de 1994.

MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e posseiros*. 1ª ed. Curitiba: GMP:, 1986.

MELZ, L. *Palmas e Francisco Beltrão: 60 anos de Diocese*. CPEA, 1993.

MENDES, A. M.; RODRIGUES, E. R.; FILHO, J. P. R. *Dom Carlos Eduardo Sabóia de Mello: biografia documental*. CPEA, 2002.

MCA I MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS I. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549- 1640)*. Introdução, notas e glossário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, São Paulo: Papiros, 1995.

MONDARDO, Marcos L. *As Migrações e as Transformações Territoriais na Comunidade Barra do Rio Tuna - Francisco Beltrão - PR*. Francisco Beltrão, 2005. Monografia (Bacharelado em Geografia), Unioeste.

MONDARDO, Marcos Leandro. *Os Caboclos no Sudoeste do Paraná: de uma “Sociedade Autárquica” a um grupo social excluído*. Revista Eletrônica História em Reflexão, UFGD: Dourados, v. 2, n. 3, Jan/Jun, 2008.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do contestado*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1974.

MONTEIRO, J.M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTOYA, A.R. *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraná, Paraguai, Uruguai e Tape*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MORGAN, N. L; CASTANHA, A. P. *Conflitos entre índios e europeus na região de Guaira no Paraná: séculos XVI e XVII*. Revista Faz Ciência. Marechal Candido Rondon: UNIOESTE, 2012, vol. 13, n. 18, p. 205-228.

NAZARO, Lucy Salete Bortolini. *Dom Agostinho José Sartori: uma história singular na história de Palmas e do Sudoeste do Paraná*. Palmas/PR: Kayganguê, 2011.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria de Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PASSOS, Aruanã Antônio. *"História de sangue e dor"*. Crimes passionais no Sudoeste do Paraná (1909-1939). Curitiba, 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

PAULA, Nilson Maciel de. *Os Camponeses e a Intermediação Comercial: um estudo sobre as relações mercantis dos pequenos produtores do Sudoeste Paranaense*. 1983. Dissertação (mestrado) Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

PERIN, A; NADEL, O.; GEEURICKX, J. *Bíblia e Terra*. ASSESOAR, 1981.

PIERUTTI, A.; PRANDI, R. *Um sopro no espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático*. São Paulo: Fapesp, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1976.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução, Maria Cecília França. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RANGEL, Ignácio. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2004.

Relatório do Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Goes de Vasconcellos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 08/02/1855.

RENK, Arlene. *A luta da erva*. Chapecó: Grifos, 1997.

RENK, Arlene. *Cadernos do Centro de organização da memória sócio cultural do oeste de Santa Catarina*. Ano 5, n.7, abril/1991.

RENNO, Lucio; SPANAKOS, Anthony P.. *Fundamentos da economia, mercado financeiro e intenção de voto: as eleições presidenciais brasileiras de 1994, 1998 e 2002*. Dados, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, 2006.

ROOS, Djoni. *O aprendizado e resistência camponesa nos acampamentos e assentamentos de sem-terra em Quedas do Iguaçu/PR*. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2010.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entrem em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970/1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANCHIS, P. *Catolicismo: modernidade e tradição*. São Paulo: Loyola, 1992.

SANFELICE, José Luis. A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (Org.). *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005. p. 177-185.

SANT'ANNA, Ronaldo. “Novos” passos da mesma caminhada. In NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo/SP: Xamã, 2002. p. 221-234.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *A integração do índio na sociedade regional: a fundação dos postos indígenas em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1969.

_____. *Nova história de Santa Catarina*. Florianópolis: Edição do Autor, 1977.

SANTOS, W. *Contestado: A guerra dos equívocos. O poder da fé. Vol I*. Rio de Janeiro: Record, 2009

SAQUET, Marcos et al. *Agroecologia*. Francisco Beltrão: Grafit, 2005.

SARTORI, Agostinho José. *Voz escrita de Dom Agostinho*. Francisco Beltrão: Berzon, 2008

SCHMIDT, Leide Mara. *O ensino superior no contexto das políticas públicas: uma experiência de gestão no Estado do Paraná*. 1999. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

SCHREINER, D. F. *Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2002.

SENRA, Álvaro de Oliveira. Propostas educacionais da Igreja católica sob o neoliberalismo. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *Educação e política no limiar do século XXI*. 2 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2008. p. 103-132.

SEYFERT, Giralda. Identidade Nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Região e Nação na América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p.81-110.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra C. *O Contexto da política de criação das universidades estaduais do Paraná*. 1986. 277 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1986.

SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil: Colônia, Império, República*. São Paulo, SP: Moderna, 1992.

SOARES, O. *O andarilho das Américas: Cabeza de Vaca*. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1981.

TEDESCO, J. C. Conflito de Interesses e Tutela Camponesa: o associativismo católico no RS – década de 1950-1960. *Diálogos*, v. 15, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/artuculo.oa?id=305525027009>> Acesso em: 22 jun. 2018.

THOMÉ, Nilson. *Trem de ferro: história da ferrovia do contestado*. Caçador: Edições UNC, 1992.

TRIBUNA DO SUDOESTE. Francisco Beltrão, 06/07/68, p. 04.

VANINI, Ismael. *A Ocupação da região colonial italiana do Rio Grande do Sul e as correntes migratórias para o oeste catarinense e sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão: Editora e Gráfica Grafisul, 2007.

VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e Campesinato: um estudo comparativo saa partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VERONESE, Claudino Domingos. *O papel pedagógico da Assesoar no apoio à construção da cidadania dos ex-posseiros do Sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado). Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 1998.

WACHOWICZ, Ruy. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Litero Técnica, 1986.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Movimento popular, político e religião*. São Paulo: Loyola, 1985.

XAVIER, Ubiran. *Lula paz e amor: a estratégia da elite para manter-se hegemônica*. Revista Espaço Acadêmico, nº 32, Janeiro, 2004.

ZATTA, Ronaldo. *Sentinelas do Sudoeste: o Exército brasileiro na fronteira paranaense*. Passo Fundo, 2009. 219 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

LISTA DE FONTES/DOCUMENTOS

Atas da Diocese de Palmas. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão. Palmas – PR.

Boletim Eclesiástico da Diocese de Palmas – Francisco Beltrão (1970-2005). Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos – CPEA. Regulamentos, Atas e Documentos institucionais. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

Coletânea de Documentos Históricos Alusivos a Diocese e a Dom Agostinho José Sartori. Tomo I, 2004. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, Palmas – PR.

Coletânea de Documentos Históricos Alusivos a Diocese e a Dom Agostinho José Sartori. Tomo II, 2004. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, Palmas – PR.

Coletânea de Documentos Históricos Alusivos a Diocese e a Dom Agostinho José Sartori. Tomo III, 2005. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, Palmas – PR.

Coletânea de Documentos Históricos Alusivos a Diocese e a Dom Agostinho José Sartori. Tomo IV, 2005. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, Palmas – PR.

Coletânea de Documentos Históricos Alusivos a Diocese e a Dom Agostinho José Sartori. Tomo V, 2006. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão, Palmas – PR.

Compilado de Decretos e Portarias da Diocese de Palmas. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão. Palmas – PR.

Decreto de Criação da Concatedral Nossa Senhora da Glória. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

Faculdades Integradas de Palmas: Regulamentos e Coletânea de Documentos institucionais. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

Informativo Diocesano (1974-2002). Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

Jornal de Beltrão. Notícias relacionadas a Diocese de Palmas – Francisco Beltrão de 1990 à 2005. Arquivo Jornal de Beltrão, Francisco Beltrão-PR.

Livro de Crônicas da Paróquia de Palmas – 1948, p.111. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

LIVRO de Tombo da Catedral do Senhor Bom Jesus da Diocese de Palmas. Livro I 1879-1887. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão. Palmas – PR.

LIVRO de Tombo da Catedral do Senhor Bom Jesus da Diocese de Palmas. Livro II 1886-1918. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão. Palmas – PR.

LIVRO de Tombo da Catedral do Senhor Bom Jesus da Diocese de Palmas. Livro III 1917-1957. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão. Palmas – PR.

MELLO, Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira de. *Manuscritos com anotações de Dom Carlos (1936-1945)*. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

MELLO, Carlos Eduardo de Sabóia Bandeira de. *Sobre a administração apostólica em Palmas*. (Cartas Circulares). Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

Registro de Imóveis do Município de Palmas – PR. Cartório Municipal de Palmas.

Regulamento EISPAL. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

Regulamento Lar do Velinhos Nossa Senhora das Graças. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

SARTORI, Agostinho José. *Diário Pessoal*. Arquivo familiar.

SARTORI, Agostinho José. *Cartas Pastorais: 1970 à 2004*. Arquivo da Cúria Diocesana de Palmas e Francisco Beltrão: Palmas – PR.

